

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Selvina da Costa Mendonça

Dependência do Estado como barreira à emancipação dos
pequenos produtores assentados no Perímetro Irrigado de
Maniçoba (Juazeiro-BA)

São Cristóvão/SE
2006

Selvina da Costa Mendonça

Dependência do Estado como barreira à emancipação dos pequenos produtores assentados no Perímetro Irrigado de Maniçoba (Juazeiro-BA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe-UFS, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, sob a orientação do Professor Dr. Rubens de Toledo Júnior.

Cidade Universitária “Professor José Aloísio de Campos”
São Cristóvão/SE
2006.

Mestranda

Selvina da Costa Mendonça

Orientador

Prof. Dr. Rubens de Toledo Júnior

Banca Examinadora

Presidente Orientador

1º Examinador

2º Examinador

Mestranda: SELVINA DA COSTA MENDONÇA

São Cristóvão/SE, _____ de _____ de 2006

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento e meu muito obrigada a todos que contribuíram para a realização deste trabalho:

A Deus

Aos meus pais pela vida e exemplos.

Aos professores do Mestrado, pelo estímulo e orientação.

Aos produtores do Perímetro Irrigado de Maniçoba, Juazeiro-BA, pela compreensão e colaboração.

À Codevasf, pelo total apoio dispensado para realização deste trabalho.

Ao Professor Dr. Rubens de Toledo Júnior, orientador e sempre disponível as minhas solicitações.

Aos colegas da Sede e da 6ªSR Codevasf e, de forma especial; Carminha e Socorro, pelo incondicional apoio à elaboração deste trabalho.

Ao colega de trabalho o Agrônomo Carlos Alberto Moreira Cavalcanti, pelas leituras feitas deste trabalho e pelas as contribuições dadas.

À equipe de ATER de Maniçoba pelo apoio e contribuições prestadas.

À gerência do Distrito do Perímetro Maniçoba pelas informações disponibilizadas.

E, à minha filha Carolina, por sua existência.

RESUMO

Este trabalho observa as transformações ocorridas no espaço rural do submédio São Francisco e o desenvolvimento da agricultura, com a implantação dos projetos públicos de irrigação, implantados e administrados pela Codevasf. Enfoca o processo de transferência de gestão da Codevasf para os pequenos produtores (emancipação), levando em consideração os fatores que interferem no referido processo. É tomada como referência a proposta de trabalho dos programas de emancipação, preconizados pelo Ministério da Integração Nacional que orienta os trabalhos da Codevasf. Neste estudo, vem à luz, a complexidade das práticas dos atores (Codevasf/Pequenos Produtores), envolvidos nesta trama de relações e os efeitos delas na dinâmica interna dos perímetros. Trata também de como se realiza o processo de acesso à terra no Brasil, reportando-se às primeiras ocupações na história (posse e colonização) até o acesso à terra nos perímetros públicos irrigados e do papel determinante da lei de irrigação na operacionalização dos programas de irrigação. Ressalta a importância do Rio São Francisco na implantação de políticas públicas para o desenvolvimento da região e para o crescimento agrícola do vale sanfranciscano, através de programas de assentamento de pequenos produtores em áreas irrigadas. São evidenciados os impactos das políticas públicas de irrigação e seus efeitos sobre os pequenos produtores dos perímetros irrigados, no município de Juazeiro-BA. A análise de documentos oficiais, depoimentos de técnicos, observações in loco, os contatos diretos com os produtores são instrumentos para compreensão da problemática que envolve os perímetros de irrigação. A ênfase maior da análise centra-se no Projeto Maniçoba, em Juazeiro-BA, por ter sido o perímetro onde foi vivenciado o maior tempo da prática profissional da autora. Constata-se que a forma de atuação da Codevasf é ainda bastante paternalista em relação aos produtores e que as ingerências políticas têm gerado um comportamento dependente tanto dos produtores, quanto de suas organizações. Conclui-se daí que para reverter a situação evidenciada, a Codevasf deve tomar a decisão de afastar-se da gestão dos perímetros, colocar em prática ações necessárias para superação dos obstáculos que têm dificultado a efetivação da emancipação, deixando que os produtores se responsabilizem por seus atos.

Palavras-Chaves: Transferência de Gestão, Emancipação, Agricultura Irrigada, Submédio São Francisco, Espaço Agrícola.

ABSTRACT

This work notices the transformations occurred in rural areas of the sub-médio San Francisco River and it analyses the development of irrigated agricultural perimeters since the implementation of public projects of irrigation in the region by Codevasf. Those public projects focus on the process of transference of management to small farmers and the factors that interfere in these processes. Some difficulties arise from the relationship Codevasf and small farmer workers. To solve them, reference was taken from the proposal of work of emancipation programs elaborated by the Ministério da Integração Nacional that guides the work done by Codevasf. In this study, we try to comprehend the complexity of practices of different actors involved in the relationship between those parties and their effects in the internal dynamism of irrigated perimeters. We made reference on how this process is done in the access to the land in Brazil since the first occupations up to the present moment and the importance of the role of the Lei de Irrigação. Also, the vital role of the San Francisco River was observed when the implementation of public policies in the agricultural development of the San Francisco Valley through programs of settlement of small farm workers in irrigated areas. It was tried to understand the web that involves the irrigated perimeters. The principal part of the analyses was done in the Maniçoba Project in Juazeiro Bahia for it is the perimeter where most of the time was spent on professional practices. Codevasf still works in a paternal way in relation to the farmers and political interference is still done which creates a dependence from the part of the producers and their organizations. To reverse this situation, it is necessary that Codevasf take the decision to set itself apart from the management of the irrigated perimeters and it should put into practice the needed actions to overcome obstacles that have put the effectiveness of its emancipation in order to make agricultural workers responsible for their own acts.

Key-words: management transference, emancipation, irrigated agriculture, sub-médio of the San Francisco River, space agricultural.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS _____	IV
RESUMO _____	V
ABSTRACT _____	VI
SUMÁRIO _____	VII
LISTA DE FIGURAS _____	X
LISTA DE TABELAS E QUADRO _____	XI
LISTA DE GRÁFICOS _____	XII
LISTA DE GRÁFICOS EM ANEXO _____	XIII
LISTA DE SIGLAS _____	XIV
APRESENTAÇÃO _____	1
CAPÍTULO I: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS _____	4
1.1 Introdução _____	4
1.2 O trabalho de campo, organização da pesquisa e conceitualização das categorias utilizadas. _____	8
CAPÍTULO II: A CODEVASF E OS PERÍMETROS IRRIGADOS _____	14
2.1 – Pressuposto Histórico _____	14
2.2 - A Emergência dos Perímetros Irrigados _____	18
2.3 – Políticas Públicas e Emancipadas _____	24

CAPÍTULO III: A LEI DE IRRIGAÇÃO E O ACESSO À TERRA NOS PERÍMETROS PÚBLICOS IRRIGADOS _____	33
3.1 – Acesso à Terra no Brasil _____	33
3.2 - A Lei de Irrigação _____	43
3.3 - Acesso à terra nos Perímetros Públicos Irrigados _____	47
CAPITULO IV: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA _____	52
4.1 – Características Físicas e Infra-estrutura _____	52
4.2 – Aspectos Sociais _____	54
4.3 – Situação Fundiária _____	54
4.4 – Meio Ambiente _____	55
CAPÍTULO V: O MOMENTO DA CHEGADA-CONSTRUÇÃO DE UM NOVO TERRITÓRIO _____	61
5.1 – Do ponto de vista da Codevasf (técnicos da 6ª SR) _____	61
5.2 – Do ponto de vista do Produtor _____	66
CAPÍTULO VI: DINÂMICA INTERNA E FATORES EXTERNOS QUE INFLUENCIAM NOS PERÍMETROS IRRIGADOS. _____	73
6.1 – Organização dos produtores _____	73
6.2 – Assistência Técnica e Extensão Rural _____	81
6.3 – Fatores que obstaculizam o desenvolvimento _____	82
6.4 – A emancipação que não se completa _____	84
6.5 – A Codevasf e o processo de co-gestão _____	90
CAPITULO VII: CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: _____	100

ANEXO I - SÍNTESE DOS RESULTADOS DA PESQUISA _____ 105

ANEXO II - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA _____ 117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Vale do São Francisco _____ 16

Figura 2: Rio São Francisco. Divisão Fisiográfica da Bacia e Afluentes mais importantes _____ 19

Figura 3: Áreas de atuação do Codevasf _____ 29

Figura 4: Projetos de Irrigação na área da 6ª Superintendência Regional	53
Figura 5: Lixo doméstico – Núcleo Habitacional. Perímetro Irrigado de Maniçoba	57
Figura 6: Enchimento de pulverizador no Canal Terciário. Perímetro Irrigado de Maniçoba	57
Figura 7: Canal Parcelar Lote 196. Perímetro Irrigado de Maniçoba	59
Figura 8: Dreno Coletor. Perímetro Irrigado de Maniçoba	59
Figura 9: Manga tipo exportação - Lote 19. Perímetro Irrigado de Maniçoba	78
Figura 10: Canal Terciário. Sem conservação. Perímetro Irrigado de Maniçoba	89
Figura 11: Canal Secundário. Sem conservação. Perímetro Irrigado de Maniçoba	89

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela A: Exportação de Uvas no Vale do São Francisco	23
Tabela B: Exportação de Mangas no Vale do São Francisco	23

Quadro 1: Demonstrativo da exploração produtiva econômica do perímetro- colonização _____	30
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da área colhida no Perímetro Maniçoba – 2000 – 2005 _____	30
Gráfico 2: Evolução da renda no Perímetro Maniçoba 2000 – 2005 _____	30

LISTA DE GRÁFICOS – ANEXOS

Gráfico 1: Sexo _____	105
Gráfico 2: Faixa etária _____	105
Gráfico 3: Nível de Instrução _____	106
Gráfico 4: Condições de vida _____	107
Gráfico 5: Bens que possuíam antes do assentamento e os que possuem no momento atual _____	108
Gráfico 6: Dificuldade de adaptação _____	109
Gráfico 7: Mão-de-obra familiar _____	110

Gráfico 8: Culturas produzidas no lote _____	111
Gráfico 9: Sistema de irrigação adotado _____	111
Gráfico 10: Tipo de mão-de-obra utilizada no lote _____	112
Gráfico 11: Conceito de Distrito _____	113
Gráfico 12: Conceito de Emancipação _____	113
Gráfico 13: Afastamento do Estado _____	114
Gráfico 14: Ações da Emancipação _____	114
Gráfico 15: Emancipação se traduz como afastamento do Estado ou crescimento do produtor _____	115
Gráfico 16: Efetivação da Emancipação _____	116
Gráfico 17: Nível de Satisfação _____	117

LISTA DE SIGLAS

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CVSF – Comissão do Vale do São Francisco

SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

CODENO – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

GEIDA – Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento

CPATSA – Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido

BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento

VALEEXPORT – Associação dos Exportadores de Hortigrangeiros e Derivados do Vale do São Francisco

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

PROINE – Programa de Irrigação do Nordeste

FNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

ACAVASF – Associação do Comércio Agropecuário do Vale do São Francisco

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

SUREC – Secretaria Estadual de Educação e Cultura

FSESP – Fundação de Serviços de Saúde Pública

SUCAM – Superintendência de Campanhas e Endemias

FNS – Fundação Nacional de Saúde

CAMPINA – Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores do Projeto Maniçoba

ACOPIIM – Associação dos Produtores do Perímetro Irrigado de Maniçoba

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário

CONFRUMAN – Cooperativa Agrícola Mista dos Fruticultores de Maniçoba

APMB – Associação dos Pequenos Produtores de Manga do Perímetro Irrigado de Maniçoba

TCU – Tribunal de Contas da União

PROEMA – Programa de Emancipação dos Perímetros Irrigados

CTI – Centro de Treinamento de Irrigantes

GESPAR – Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local

DACO – Didática de Apropriação e Construção do Conhecimento

FETAG – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Estado da Bahia

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
Renováveis

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

Apresentação

Este trabalho trata das transformações ocorridas no submédio São Francisco, a partir da implantação dos Perímetros Públicos de Irrigação, tomando como foco de atenção a dependência do Estado, como a principal barreira à efetivação da transferência de gestão (emancipação) dos pequenos produtores assentados em Projetos Públicos de Irrigação, sob a administração da Codevasf.

Até meados do século passado, o vale do São Francisco era conceitualmente um lugar, ou seja, uma porção de terra identificada por um nome específico pela presença do rio e pelas atividades a ele ligadas, até quando a ação do Estado se fez presente, com a implantação da agricultura irrigada e com políticas públicas de investimento voltadas para o desenvolvimento da região, através de programas de assentamento de pequenos produtores, em áreas irrigadas.

Isso trouxe no seu bojo, uma gama de transformações de ordem tecnológica, econômica, social e produtiva.

Essas transformações foram objeto do presente estudo, na situação real do Perímetro de Irrigação de Maniçoba, área ribeirinha do São Francisco, a 38km da sede do município de Juazeiro, Estado da Bahia, onde viviam pequenos agricultores, que na sua maioria praticavam a agricultura de sequeiro e a criação de gado.

Com acentuada tradição agrícola de sequeiro, esses pequenos agricultores passaram por um processo de mudanças bastante significativas, não apenas como consequência da introdução de atividades e práticas impostas pela modernidade que imprimiram um novo modo de trabalho – a agricultura irrigada - mas também por ter o ciclo “natural” de vida interrompido abruptamente pela desapropriação compulsória de suas áreas, tendo que passar a conviver em um novo espaço geográfico, dividindo com outras pessoas que poderiam ou não fazer parte do círculo familiar.

Ao serem assentados nos seus respectivos “lotes” os pequenos agricultores foram chamados de “colonos”, por estarem ocupando uma área considerada pelo Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como de colonização. Esses pequenos agricultores que ocuparam os “lotes” nos perímetros irrigados foram pouco a pouco inserindo-se na dinâmica produtiva do Vale. Também chamados de “pequenos produtores”, depois de “irrigantes” e “pequenos empresários” procuram se adaptar ao novo sistema produtivo ¹ numa forte tendência à especialização.

Inicialmente as culturas produzidas nos “lotes” irrigados eram as de ciclo curto (cebola, melão, tomate, melancia, feijão...) que atendiam à demanda local e regional de consumo e das agroindústrias. Embora já sendo culturas que se inseriam no pacote tecnológico da modernização agrícola, não eram desconhecidas totalmente dos pequenos agricultores, uma vez que eles já as praticavam na região do Vale do São Francisco. De certa maneira, as novas práticas associavam-se aos sistemas tradicionais de produção dos pequenos produtores que ocuparam os “lotes” nos perímetros.

A utilização da tecnologia de irrigação exigiu que os produtores passassem a explorar culturas que requeriam maior grau de especialização, para atender a produção, visando não só ao mercado interno (nacional) mas, e principalmente, ao mercado externo (internacional) imposto pelo novo modelo – agricultura “modernizada” que é caracterizado pelo investimento transformador do sistema produtivo dos perímetros, pela especialização, pelo uso de insumos, pelo alto nível de capital. Essas transformações foram induzidas pelo Estado, através de um dispositivo de enquadramento importante como: crédito, assistência técnica e promoção de técnicas modernas.

PARA MELHOR COMPREENSÃO, DIVIDIMOS O PRESENTE TRABALHO EM SEIS CAPÍTULOS. NO CAPITULO I, CONSTAM A INTRODUÇÃO, AS PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS. NO CAPITULO II, TRATA-SE DA OPERACIONALIZAÇÃO DA LEI DE IRRIGAÇÃO E DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTO DOS PEQUENOS PRODUTORES NESSE ESPAÇO, DANDO TAMBÉM UMA VISÃO GERAL DO ACESSO À TERRA NO BRASIL, ALÉM DE UM RELATO DE COMO ACONTECEU A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO A PARTIR DO SEU DESCOBRIMENTO PELOS PORTUGUESES. NO CAPITULO III, TRATAMOS DA CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

¹ SISTEMA PRODUTIVO É O MEIO PELO QUAL O HOMEM ORGANIZA A PRODUÇÃO DE BENS PARA RESPONDER AS SUAS NECESSIDADE. É UM PROCESSO INSTITUÍDO DE INTERAÇÕES HOMEM MEIO AMBIENTE QUE GARANTEM OS MEIOS MATERIAIS PARA A SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES. (TONNEAU, APUD BARROS, 2004).

ESTUDADA, INCLUINDO CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E INFRA-ESTRUTURA, ASPECTOS SOCIAIS, SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E MEIO AMBIENTE. NO CAPÍTULO IV, RELATA-SE O MOMENTO DA CHEGADA DOS PEQUENOS PRODUTORES, PARA INICIAR A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO TERRITÓRIO CUJA INTENÇÃO FOI SUBSIDIAR A COMPREENSÃO DO CENÁRIO E DO ESPAÇO NO QUAL A POPULAÇÃO ESTUDADA ESTÁ INSERIDA. O CAPÍTULO V, TRATA DA DINÂMICA INTERNA E DOS FATORES EXTERNOS QUE INFLUENCIAM NOS PERÍMETROS PÚBLICOS IRRIGADOS E FINALMENTE NO CAPÍTULO VI, ESTÃO EXPOSTAS AS CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TRABALHO.

Capítulo I

Perspectivas Metodológicas e Pressupostos Teóricos

1.1 - Introdução

O estabelecimento de Perímetros Irrigados dá-se no bojo de uma Política Pública por parte do Estado, visando a incorporação de novas áreas com potencial de uso para a agricultura, nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba. Política essa que visa fazer frente aos problemas que afetam essas regiões, devido às secas prolongadas, que permitiam até então apenas a existência de uma agricultura de subsistência e pecuária extensiva. Os Perímetros Irrigados constituem-se como estabelecimento de uma determinada infra-estrutura (canais, Estação de bombeamento) distribuída ao longo de uma determinada área. Essa área é destinada a empresas rurais (com médias e grandes propriedades), colonização pública e privada (pequenas propriedades).

A categoria social que nos interessou conhecer refere-se àquela dos pequenos produtores rurais que possuem lotes na área de colonização pública dos Perímetros Irrigados. A adoção da agricultura irrigada dá-se pela busca de um uso intensivo do solo, mais produtividade por hectare, incremento da produção, aumento do nível de renda para os pequenos produtores, além da emancipação desses pequenos produtores pela auto-gestão do Perímetro. Estes são, em linhas gerais, os pressupostos de uma política pública voltada para atender aos pequenos produtores rurais.

A natureza da área de incidência dos Perímetros Irrigados da 6ªSR ocorre na região de caatinga semi-árida, com uma exploração agrícola basicamente de subsistência e pecuária extensiva. A população existente nessas áreas era camponesa, criadora de caprinos e bovinos, com presença significativa de população ribeirinha apresentando outra característica, o alto índice de analfabetismo.

Os quatro perímetros irrigados localizados em Juazeiro-BA: Mandacaru, Tourão, Maniçoba e Curaçá, no Submédio São Francisco, enfrentam uma série de problemas de ordens técnica, econômica, social, ambiental e administrativa, apesar dos investimentos aplicados através da Codevasf, nos últimos anos, visando a emancipação na perspectiva do desenvolvimento para garantir sua auto-sustentação.

A região do submédio São Francisco, localiza-se no Nordeste do Brasil, espaço social e afetivo que foi construído ao longo de muitas décadas, a partir de diferentes discursos que lhes atribuíram determinadas características físicas e que o investiram de inúmeros atributos morais, culturais, simbólicos e sexualizantes, como ressalta Albuquerque Jr. (1999) . Para o referido autor o Nordeste e os nordestinos são invenções das relações de poder e de saber a elas correspondentes. Para, Milton Santos (1999, p.51) “isso se dá porque o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

Numa distinção muito interessante entre território como recurso e território como abrigo, Santos (1999) afirma que, enquanto “para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares”, para os “atores hegemonzados” trata-se de um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares (HAESBERT, 2004 p.95).

Sendo o território uma construção social e política, porque apresenta relações endógenas particulares entre seus componentes públicos e privados, as relações de poder estabelecem-se, criam comunidades políticas guiadas por objetos econômicos e sociais. Assim sendo, os Perímetros Irrigados também são comunidades territoriais que apresentam vínculos econômicos fortes, devido às constantes trocas de bens e serviços entre os participantes e à existência da comutação no mercado de trabalho.

Segundo Santos (1994 p.16), em se tratando de território, não basta falar de mundialização ou globalização. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. E Raffestin (1993 p.152) diz que as “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda.

Fávero (2000, p.30) assim diz: “é importante sublinhar também que mudaram as próprias concepções do mundo rural. Nesse aspecto, uma mudança substancial diz respeito às estruturas do setor. Nesse sentido, a agricultura deixou de ser um setor da economia, para constituir uma multiplicidade de cadeias ou de especialidades, ao lado de uma agricultura tradicional, diversificada e marginalizada”. Insere-se nesse contexto os Perímetros Irrigados.

No exemplo dos Perímetros Irrigados onde numa área materializou-se o sistema de irrigação para diferentes tipos de produção, alterou aquela área. Alterando a área, altera também as relações de trabalho e as relações do lugar. Não se está alterando apenas a área, está se alterando a vida humana. E quando se altera naquele lugar, não se altera só ali. Tem todo um movimento que é mundial. Não pode se definir numa área. É maior. Mas não deixa de ser área, porém deve ser visto na totalidade, então é espaço.

É importante levar em consideração que convivem nos perímetros uma agricultura globalizada com uma agricultura tradicional, o que impõe uma diferenciação sócio-econômica entre os irrigantes. Isso porque “a forma como se deu a distribuição social, setorial e espacial dos incentivos, provocou uma crescente divisão do trabalho, acentuando ainda mais a diferenciação entre as unidades produtivas” (Barros 1992.39).

Apesar de a maioria desses produtores possuir tradição agrícola, eles passaram por um processo de mudança bastante significativo. De um lado, pela conseqüente introdução da atividade e da prática imposta pela modernidade que imprimiu um novo modo de trabalho, a irrigação e, por outro lado, por terem sido desapropriados de suas terras, de forma compulsória, e, dessa forma ter sido interrompido o ciclo natural de vida, sendo assim desterritorializados.

Mesmo com a diversificação e especialização do processo produtivo que vem se consolidando no campo, não se tem constatado uma melhoria significativa na vida da maioria dos pequenos produtores.

Num mundo em constante processo de transformação, em que a globalização se afirma como tendência irreversível(...) o desenvolvimento da técnica vem implicando profundas transformações no processo produtivo, as mudanças nos meios de comunicação ligando os espaços em redes de fluxos cada vez mais densas, ultrapassando fronteiras, coloca antes de mais nada, uma necessidade de repensar a natureza do espaço num momento em que uma relação espaço/tempo se transforma de modo incontestável (Carlos, 1996:27).

No nosso entender, essas transformações e/ou mudanças não têm garantido a inserção do pequeno produtor no espaço global. E tudo isso faz refletir sobre o que coloca Fadel: Para quem a globalização é benéfica? Para quem o mundo é uma “aldeia global”? E ele responde: os primeiros beneficiários são as grandes corporações transnacionais da indústria e do capital financeiro. Seguem-se os governos que adotam uma política neoliberal e as classes sociais abastadas. Questiona mais ainda: quem lucra e usufrui? E responde: Evidentemente quem possui meios econômicos para produzir, comprar ou ter acesso aos produtos e serviços globalizados (Filho 2002, p.11).

Nesse contexto está convivendo a maioria das organizações dos pequenos produtores. Cooperativas e Associações estão vivenciando um momento de crise, de ordem administrativa, organizacional e financeira, o que tem acarretado um processo de inadimplência generalizada dos agricultores.

Nos Perímetros, o processo de organização da produção tem condicionado diversos produtores a trabalharem em regime de meiação² por não terem condições para produzirem sozinhos. A maioria permanece na atividade, mas carregando por trás grandes endividamentos bancários, comerciais que não lhes oportunizam o crescimento. A produção e a produtividade conseguidas não custeiam as despesas necessárias como: pagamento da terra (titulação da parcela), da infra-estrutura, dos equipamentos de

irrigação, da manutenção dos mesmos e da água utilizada para produção. A manutenção da família continua difícil para muitos e às vezes nas mesmas condições anteriores.

No entanto, alguns produtores conseguem sobreviver a essas contradições e inovações e inserirem-se no modo de produção capitalista e promovem algumas mudanças na sua qualidade de vida. Outros que já dispõem de certo capital para investir ou mesmo o

²Meiação – Sistema de plantio em que o lavrador arrenda a terra sob a condição de entregar metade da colheita ao proprietário.

adquirem com facilidade e na quantidade e tempo adequados, podem desenvolver uma agricultura moderna com todas as condições necessárias. Detendo um retorno lucrativo que gera acumulação de riquezas, em geral, passam a comprar outros lotes agrícolas, dos que não conseguem produzir, concentrando assim a terra, bastante valorizada pelos benefícios implementados através do setor público.

Diante disso, colocou-se como objeto de nosso estudo a análise do processo de desenvolvimento territorial, ocorrido no submédio São Francisco de um modo geral e, particularmente, os fatores que interferem no processo de emancipação dos perímetros de Irrigação e no desenvolvimento redesenhado para a região.

- Nesse sentido o questionamento central da pesquisa é por que no processo de assentamento dos pequenos produtores nos perímetros irrigados, não foi possível a manutenção das unidades produtivas (lotes), mesmo com todos os subsídios e incentivos concedidos pelo setor público pertinente e por que tem ocorrido tanta dificuldade na efetivação do processo.

1.2 O trabalho de campo, organização da pesquisa e conceituação das categorias utilizadas.

A pesquisa de campo foi realizada entre dezembro/2005 e janeiro/2006. A amostra utilizada foi a seguinte: 144 pequenos produtores do universo de 231. Destes 144 produtores, dividimos em três grupos de 48 utilizando o seguinte critério: nível bom, nível médio e nível ruim. Para essa classificação foram utilizados os critérios:

- a) Nível de renda bruta, índice de uso do solo, produção total do lote;
- b) Nível Tecnológico;
- c) Adimplência com os agentes financeiros, distritos e Codevasf

Utilizamos no trabalho a técnica de entrevista dirigida, através de questionário estruturado.

As informações obtidas (vide anexo I) foram de modo geral bastante esclarecedoras da realidade sócio-cultural dos Perímetros Irrigados, em especial dos aspectos referentes às dificuldades na melhoria da produção, na organização e num mais eficaz aproveitamento do conhecimento tecnológico disponível.

De modo conjugado ao trabalho de campo, fez-se também um trabalho de levantamento e pesquisa bibliográfica, buscando-se assim complementar adequadamente os diferentes aspectos da questão a ser abordada.

Trabalhamos ainda com 06 entrevistas livres com produtores assentados nas 1ª e 2ª etapas, a história do assentamento do Perímetro Irrigado de Maniçoba, tentando fazer a reconstrução e a compreensão da vida no espaço social onde a pesquisa foi realizada com base na memória de seus membros, pois o instrumento de transmissão de sua história e de suas tradições era e continua sendo o discurso oral.

Contamos também com o relato de 02 empregados da Codevasf – 6ª Superintendência Regional para entender o processo de assentamento, do ponto de vista da empresa.

Ainda utilizamos a técnica de observação participante que corresponde ao período da nossa prática profissional, desenvolvendo e acompanhando as atividades realizadas nos perímetros irrigados, administrados pela Codevasf, especialmente na 6ª Superintendência Regional em Juazeiro-BA.

A implantação dos Perímetros Públicos Irrigados implicou em muitas alterações para o local e para sua população, que sendo desterritorializada pela desapropriação de seu espaço, precisou estabelecer uma nova territorialidade, Deleuze e Guattari, citados por Haesbaert (2004,p.194), consideram o Estado, sobretudo, como um agente desterritorializador.

Nessa nova territorialidade constituída, relações são estabelecidas. O Território é distinto de uma visão puramente espacial. O seu conceito pressupõe a existência de relações de poder, sejam elas definidas por relações jurídicas, políticas ou econômicas. Nesse sentido é uma mediação lógica distinta do conceito de espaço, que representa um nível elevado de abstração, ou de região, que manifesta uma das formas materiais de expressão da territorialidade (Egler, 2003, p. 214, 215).

Espaço e poder são termos que se esclarecem reciprocamente. A revolução tecnológica e a intensificação do processo de internacionalização ocorrida a partir da década de 60 foram impulsionadas entre outras coisas, pela revolução nos meios de comunicação e transporte, surgindo também com isso as redes, fenômeno que contribuirá para redefinição da organização do espaço (Gonçalves, 1999).

A propósito, Moraes (1996) define que as formas espaciais são produtos históricos. O espaço produzido é resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa as relações sociais. A paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano. As formas espaciais são produtos de informações teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Essa produção social do espaço material, essa valorização objetiva da superfície da terra, e essa agregação de trabalho ao solo passou inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca do seu espaço. Por trás dos padrões espaciais das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias.

Para dar forma a um instrumento que normatize o uso desse espaço, o governo edita leis. A Lei de Irrigação é a materialidade desse instrumento normatizador. Nela o pequeno produtor é classificado como irrigante a pessoa física ou jurídica que se dedique, em determinado projeto público de irrigação, à exploração de lote agrícola, do qual seja proprietária, proeminente compradora ou concessionária de uso.

Segundo Moura (1988, p.13) há autores que distinguem camponês de pequeno produtor. Argumentam que o pequeno produtor é o ator fundamental da produção mercantil simples, que precede à produção mercantil ampliada; esta por sua vez, caracteriza o capitalismo.

Ainda para Moura, não é chamado de camponês, o pequeno produtor que resolve o problema de sua permanência e transformação na sociedade capitalista; do mesmo modo que não é se restringindo ao modo pelo qual os lavradores se auto designam – sitiantes, moradores, posseiros, que se resolvem as delicadas tramas das afinidades políticas entre eles. Assim, o conceito de camponês tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias e sugere imediatamente

características de sua organização social (...) o que permite penetrar abertamente no espaço da superestrutura, da cultura, do modo de vida (Moura, 1988, p.69,70).

A propósito, esse pequeno produtor, definido pela Lei de Irrigação, deve dar conta de se emancipar, liberando, assim, o Estado da obrigação da administração de uma estrutura no mínimo complexa e muito onerosa para esse novo administrador, que na sua fala diz não ter sido comunicado a respeito dessa obrigação.

A proposta de emancipação idealizada pelo Ministério da Integração Nacional e operacionalizada pela Codevasf diz que a emancipação de um projeto de Irrigação significa alcançar em determinado espaço de tempo, sua auto-sustentação tanto nos aspectos econômicos, quanto nos aspectos sócio-políticos. Trata-se de um processo que requer etapas sucessivas para que se alcance sucesso. Essas etapas são: Co-gestão, auto-gestão e Emancipação.

A co-gestão é a etapa em que os irrigantes, em conjunto com a Codevasf, organizam-se para administração do perímetro. Nela são verificados e analisados os problemas relativos à infra-estrutura, à capacitação dos produtores, ao apoio à produção e à regularização fundiária. A co-gestão tanto serve para os perímetros em fase inicial de funcionamento, quanto para os parcialmente em operação, como também em fase de implantação de obras, e para aqueles que embora antigos, a organização de irrigantes criada para assumir as atividades de administração do perímetro não atingiu um estágio avançado.

A Autogestão é a etapa em que a Codevasf mantém o apoio técnico e financeiro ao Distrito – Organização Social dos Produtores sem fins lucrativos, criada para administrar os perímetros. Essa etapa prevê que os produtores, através de um Conselho de Administração de um Conselho Fiscal e de um gerente contratado, venham resolver todos os problemas referentes à administração do Perímetro, principalmente os relacionados à gestão da água. A Codevasf tem representação no Conselho de

Administração, com poder de veto nas decisões que têm relação direta com o patrimônio público e de uso comum.

Emancipação é a etapa em que a organização de produtores assume de forma ampla a administração do perímetro, reservando-se ao Estado o acompanhamento das atividades com vistas a preservação dos recursos naturais e à manutenção dos objetos básicos do projeto.

A área escolhida para desenvolver esse trabalho, no caso, o Perímetro Irrigado de Maniçoba, foi produzida por diferentes formas. Existem espaços diferenciados. Esse espaço gerou vários tipos de produção, conforme situações diferenciadas que geraram alterações nas relações de trabalho, na divisão social e territorial do trabalho. A região do Perímetro Irrigado não é mais uma produção idêntica, há uma reprodução. Há novas formas que se estabelecem. E assim acontece o movimento dialético. Essas formas não se dão do nada. Elas já se dão no espaço que foi produzido pelo capital. Ele retoma novas formas.

Quando essas relações se definem numa superfície, e estabelecem o processo de ocupação, da apropriação, se define em relações de competição, essa superfície passa a ser o território. O território se define a partir de uma área. Mas só é território, se historicamente, ou melhor, se essas relações se produzem sobre algo, então a divisão passa a ser não só social, mas também de território.

Na leitura da análise crítica, território implica, não apenas na ocupação, mas na apropriação. E apropriar é ter um controle, um domínio, sobre aquela área.

Agora, quando se fala em área, na realidade está-se falando de território. Está-se falando de uma apropriação do capital. É a reorganização do território. É a nova distribuição.

A área que serviu de base para nossa análise situa-se no Estado da Bahia, no submédio São Francisco. É permeada e margeada pelo Pólo de Desenvolvimento de Petrolina-PE, e Juazeiro-BA, produtor de frutas e legumes que se insere na competição globalizada. Esta mesma região convive com grandes projetos agroindustriais, muitos deles utilizadores de tecnologia de ponta e de mão-de-obra assalariada e inseridos em mercados competitivos, como os europeus e norte-americanos. A partir desse novo modelo de produção, Cavalcante (1999, p.129) ressalta que a produção local de frutas pauta-se por normas desenhadas pelos centros consumidores externos, atendendo a um padrão previamente definido de qualidade”

Tomamos como referência o espaço e os fatores internos e externos que atuam nos perímetros, procuramos identificar os fatores que interferem na implementação de uma proposta que visa à Emancipação dos Perímetros e conseqüentemente a tomada de decisão dos atores para a autogestão.

Sendo o método um instrumento intelectual e racional, possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação.

E sendo o método dialético o instrumento que nos pareceu ser o mais apropriado ao tipo de pesquisa que realizamos, utilizamos o mesmo, em conjunto com a aplicação de técnicas como observação participante, Análise Documental e Entrevistas.

A população estudada não foi apreendida como formando um mundo à parte, isolado do contexto externo. Evidentemente que suas realidades observadas anteriormente, revelavam uma situação de pouco contato e de pouco intercâmbio com as sociedades, e deixava clara a existência de grandes contrastes. No momento os contrastes derivam não mais de características decorrentes de uma situação de isolamento, mas da forma como esta população se integra e interage com o mundo global, coincidindo com Cavalcanti (1999, p. 124) quando afirma que o local e o global constituem pares em relação, ainda que sejam centros de distintas relações de poder, e que nesse sentido não formam mundos à parte.

As informações obtidas proporcionaram construir um referencial de análise pertinente ao tema investigado.

A interpretação desse referencial de análise deu-se em consonância com o referencial teórico existente sobre o tema.

Foi a partir das contribuições teóricas dos autores mencionados que enveredamos no exame do problema a que nos propusemos neste trabalho.

CAPÍTULO II

A Codevasf e os Perímetros Irrigados

2.1 Pressupostos Históricos

Desde os primórdios da formação do Brasil, o Rio São Francisco tem desempenhado importante papel na ocupação e integração de nosso território e, como caminho preferencial para as Bandeiras, foi denominado “Rio da Unidade Nacional”(ver figura 1).

Durante o Império, foram realizados estudos muito importantes sobre esse curso d’água, pela abrangência e pelo rigor técnico. De 1909 a 1948, órgãos do extinto Ministério da Viação e Obras Públicas, dos Ministérios da Agricultura, da Educação e da Aeronáutica, realizaram estudos e obras no Vale, dentro de suas respectivas atribuições.

Os constituintes de 1946 reconheceram, explicitamente, a importância do Rio São Francisco, e inseriram na Carta Magna, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 29:

“O Governo Federal fica obrigado, dentro do prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias.”

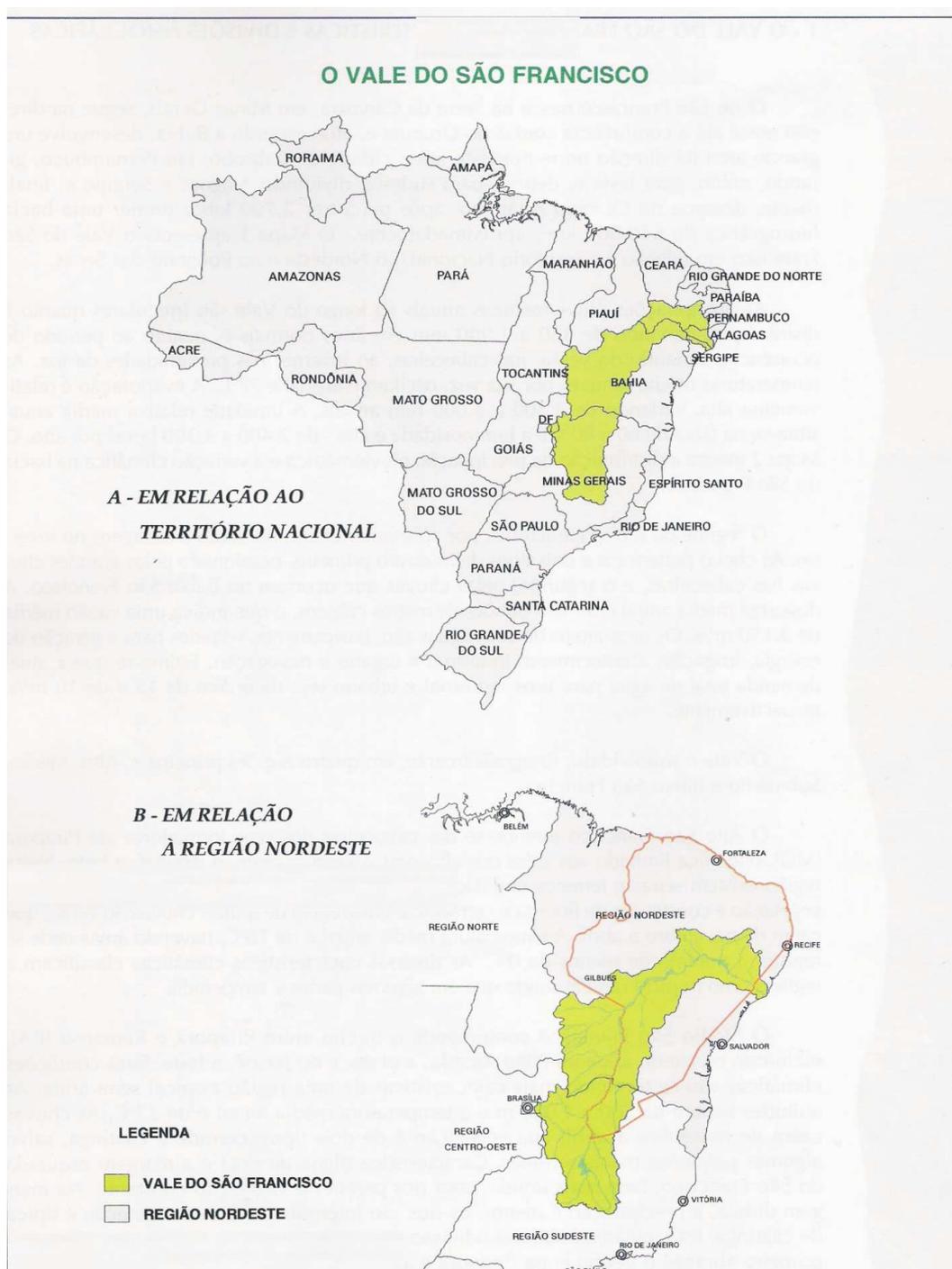
Em decorrência desse artigo nasceu a Comissão do Vale do São Francisco – CVSF, através da Lei Nº. 541, de 15 de dezembro de 1948, diretamente subordinada à Presidência da República.

Decorridos 20 anos da CVSF, foi criada a Superintendência do Vale do São Francisco – Suvale, autarquia vinculada ao então Ministério do Interior, pelo Decreto – Lei Nº 292, de 28 de fevereiro de 1967, que também extinguiu a CVSF. Tanto a CVSF quanto a Suvale se constituíram por décadas, nas principais provedoras de infra-estruturas básicas da região, através da construção de usinas térmicas e hidrelétricas, linhas de transmissão e redes de distribuição de energia, estradas e pontes, aeroportos e campos de pouso, adutoras estaduais e regionais, poços, sistemas de abastecimento d'água, hospitais, postos de saúde, escolas de diversos níveis, barragens e vários outros componentes sócio-econômicos, que ainda hoje se encontram em operação na quase totalidade dos municípios do Vale.

O conjunto de dados básicos, levantamentos e estudos de aproveitamento setorial, planos regionais e estaduais de desenvolvimento integrado e outros permitiram identificar as potencialidades do Vale, principalmente no que se refere à geração de energia, à irrigação e à navegação.

Sucedendo a CVSF e a Suvale, foi criada, através da Lei Nº 6.088, de 16 de julho de 1974, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf, empresa pública, inicialmente vinculada ao Ministério do Interior, e, hoje, ao Ministério da Integração Nacional, incorporando recentemente o Vale do Parnaíba, passando a ser denominada: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, mas permanecendo a sigla – Codevasf.

A criação da Codevasf marcou o início de uma fase de ação governamental com o direcionamento prioritário para o desenvolvimento da agricultura, através do aproveitamento racional dos recursos de água e solo. A irrigação colocou-se como atividade central da Companhia, dado o seu potencial como frente de expansão econômica, e pelo entendimento de ser agricultável a maioria das terras do Vale, somente poderia ser incorporada economicamente ao processo produtivo através da técnica da irrigação.



Fonte: Codevasf, 1999, p.14

Figura 1

Segundo Carvalho (1988,p.22), a agricultura brasileira apresenta graus de desenvolvimento diversos, de acordo com a direção seguida pelo processo geral de acumulação que teve lugar em suas diferentes regiões, e tem passado por importantes

transformações no caminho da modernização, principalmente a partir da década de 70, exatamente quando foram implantados os perímetros irrigados na região.

Sua história está envolvida em todo o processo de crescimento e da modernização nacional.

A agricultura do Nordeste dos anos 70 para cá apresenta, entretanto, distinções claras quando comparada com a que foi levada a cabo nos anos 50 (Carvalho,1988,p.21).

Ainda segundo Carvalho (1988) a modernização da agricultura significa, antes de mais nada, que o seu desenvolvimento se realiza em bases essencialmente capitalistas acarretando no limite uma redução da demanda de força de trabalho, a qual passa a ser substituída, em grande parte, por máquinas. Em outras palavras, com a modernização, aumenta a composição orgânica do capital nesse “ramo”, frente à qual se observa no âmbito da agricultura tradicional, ou de sequeiro. Essa substituição tem lugar porque sua concentração representa mais lucros para o produtor capitalista (seja ele proprietário ou arrendatário), o que se dá por conta do aumento da produtividade, que a introdução do progresso técnico enseja.

Estudos demonstram que até o final da década de quarenta, a região do submédio do São Francisco cresceu lentamente tanto econômica como populacionalmente, isso no ritmo da expansão da pecuária extensiva e com o desenvolvimento de alguns projetos de irrigação que não tiveram maior impacto na transformação do setor agropecuário (Banco Mundial, Relatório, 2004).

No início da década de 50, o governo federal cria o Banco do Nordeste (BNB) cuja capacidade de operação era basicamente, crédito agrícola e limitadas aplicações de

crédito industrial, restritas ao semi-árido. É um período de muita efervescência social, quando grupos progressistas, ligados à Igreja Católica e a partidos políticos de esquerda, como é o caso das Ligas Camponesas, questionam a desigualdade social e a injustiça geradas pelas oligarquias dominantes, em particular os “coronéis” (Ministério Desenvolvimento Agrário, Diagnóstico, 2002, p. 15).

Como resposta a esses questionamentos dos movimentos sociais, o governo federal cria, em 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que deveria realizar estudos aprofundados sobre a economia da região. Os primeiros estudos levaram à criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), em 1959, antecedendo à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), nesse mesmo ano, motivada pelo “desnívelamento” existente entre as rendas do Nordeste e a do restante do País (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Diagnóstico, 2002, p. 15).

A SUDENE elabora quatro Planos Diretores, até 1968, de política de desenvolvimento para a agricultura, implantada pelos governos militares, que tinham como objetivo superar conflitos, desigualdades e injustiças sociais e pelo acesso desigual aos recursos produtivos, em particular à terra, através de programas especiais de colonização e modernização das técnicas de produção, com a implantação do “pacote” da “revolução verde”. O seu IV Plano Diretor, de 1967, criou o Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), que permite ao Governo fortalecer a irrigação pública nas áreas das bacias dos açudes públicos e nas margens dos rios (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Diagnóstico, 2002).

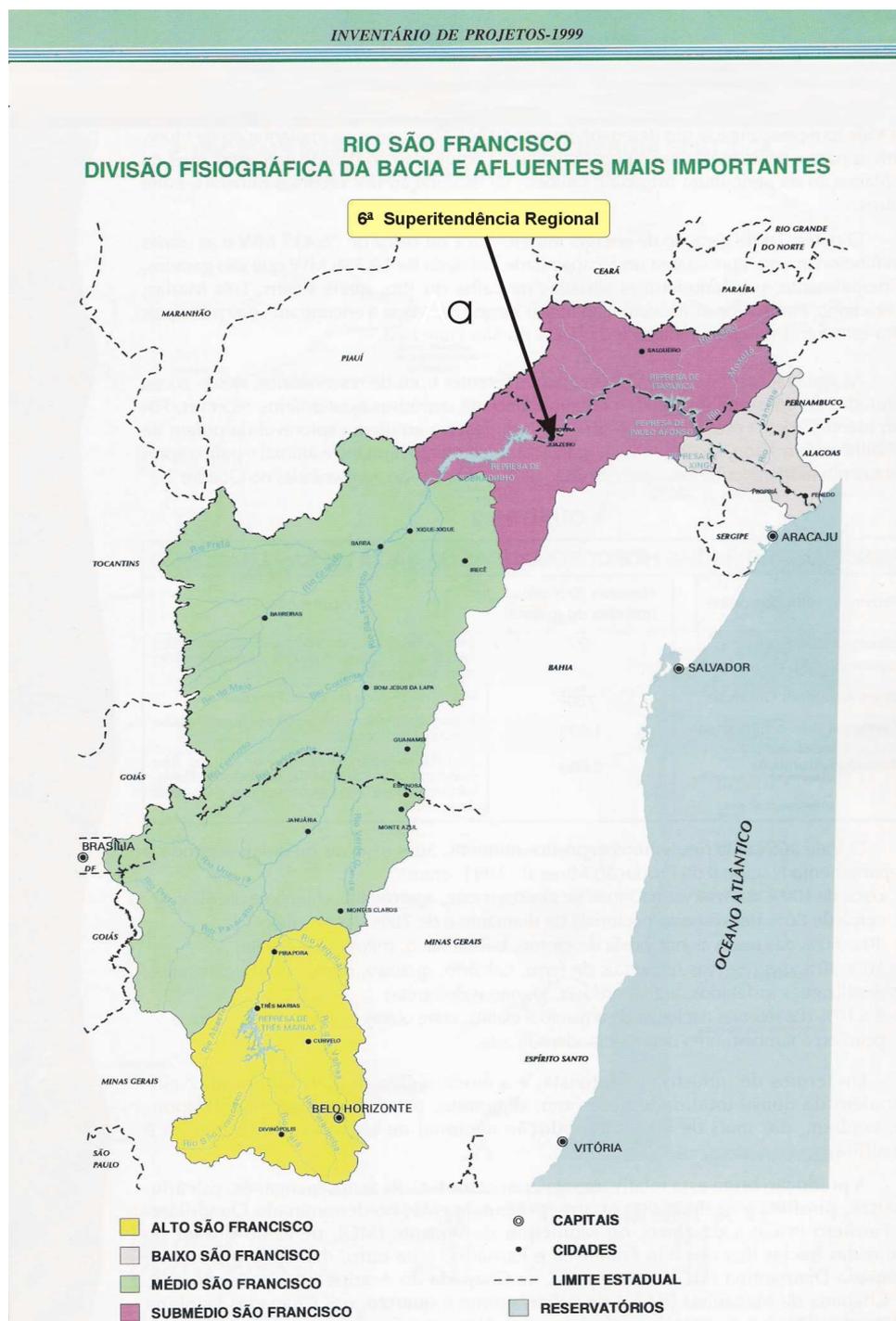
2.2 A Emergência dos Perímetros Irrigados

Em 1967, a Comissão do Vale do São Francisco – CVSF é transformada na Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE, que passou a atuar em áreas selecionadas, privilegiando a colonização através dos primeiros perímetros irrigados.

Nesse período, a propriedade da terra começa a promover uma outra base de diferenciação entre produtores, afetados por desapropriações e por ações de compra-venda.

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf foi criada com objetivo de aproveitar os recursos de água e do solo do Vale, por meio do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e da implantação de distritos agropecuários e agroindustriais. Nesse mesmo ano, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, criada na década de 60, instala o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-árido (CPATSA) em Petrolina-PE., objetivando responder a uma demanda de pesquisa, que atendesse os perímetros irrigados e apresentasse proposta para a zona de sequeiro, que mantinha o mesmo quadro de pobreza, mesmo depois das muitas ações desenvolvidas na área.

A Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, regida pela Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.



Fonte: Codevasf, 1999, p17

Figura 2

A área de sua atuação compõe-se das bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Parnaíba, perfazendo 970.000km² e abrange porções dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Goiás e estreita faixa no Distrito Federal (na bacia do São Francisco) e partes dos Estados do Piauí e Maranhão (ver figura 2).

O Governo Federal tem justificado a implementação dessas iniciativas com o propósito de inserir o Vale do São Francisco no processo de desenvolvimento do país, por meio de ações que possibilitem o aproveitamento racional dos recursos de água e solo e para tanto a agricultura irrigada tem sido utilizada como a alavanca desse processo.

A água passa a ser valorizada como principal riqueza, seja para irrigação ou para produção de energia, através de gigantescos projetos hidráulicos em toda extensão do Vale do São Francisco. Estes ocupam mão-de-obra da região e de outros Estados Nordestinos, originam conflitos no uso dos recursos hídricos, na utilização da geração de energia elétrica, no uso da água na agricultura irrigada, industrial e consumo humano. Esses fatores desencadearam um novo reordenamento do território com o parcelamento de grandes imóveis em unidades de produção de 4 a 10 ha.

A irrigação tem sido considerada um fator de transformação da agricultura nordestina, funcionando como marco de transição entre o sistema produtivo tradicional e uma agricultura moderna, e como forma de tornar a agricultura nordestina mais competitiva, proporcionando estabilidade, aumento e diversificação da produção agrícola.

De acordo com a Nota Técnica da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, referente ao Relatório do Banco Mundial sobre a Agricultura Irrigada na Região Semi-Árido: Impactos Sociais e Externalidades (2004), a agricultura irrigada na região contribuiu para a redução dos níveis de pobreza e das desigualdades regionais; para proporcionar melhorias de renda e sua distribuição além da criação de empregos de qualidade com o objetivo de estabelecer orientações para uma estratégia de desenvolvimento regional.

Afirma o relatório que o investimento público em irrigação pode constituir-se numa estratégia efetiva para promover o desenvolvimento regional, ampliar exportações

e aliviar a pobreza na região e que os resultados positivos de um perímetro bem planejado ocorrem 10 a 15 anos após sua conclusão.

Uma das recomendações constantes no Relatório do Banco Mundial é completar e atualizar (reabilitar e modernizar) os projetos que estão em construção e em funcionamento antes de iniciar novos empreendimentos.

O estudo do BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento (2004) consistiu de avaliação econômica, análise dos impactos sócio-econômicos e de abordagem legal e institucional envolvendo quatro Pólos, entre eles o Pólo Juazeiro/Petrolina com os Perímetros Mandacaru, Tourão, Maniçoba e Curaçá(BA), Bebedouro e Nilo Coelho(PE). O investimento público por hectare nos projetos correspondeu em média a US\$ 10.531.

A avaliação do BIRD afirma que os projetos de irrigação foram altamente efetivos na criação de empregos, apesar de alguns apresentarem desempenho econômico não adequado. Os municípios com influência de projetos de irrigação cresceram, sustentavelmente, cerca de 82%, em média, nos últimos 30 anos (período 1970 a 2000), enquanto os de características similares, porém sem irrigação, cresceram apenas 15% no mesmo período e no aspecto populacional, ao contrário do restante do País, onde a urbanização resulta do êxodo rural, a população rural do nordeste na área de abrangência dos projetos de irrigação cresceu, em média, 2% durante o mesmo período de 30 anos.

O relatório do BIRD comenta que pela falta de oportunidades de emprego, cerca de meio milhão de pessoas migra anualmente do interior nordestino para as cidades do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, causando uma série de problemas. Os projetos de irrigação atraíram cerca de 126 mil pessoas no período observado(1970 a 2000), resultando em benefício (ou redução de perdas) anuais da ordem de US\$ 500.000.

Cita ainda o relatório do BIRD que os cinco pólos(Norte de Minas/Juazeiro/Petrolina/ Baixo Jaguaribe/Assu-Mossoró), criaram cerca de 200 mil empregos no Setor Primário e outros 500.000 empregos indiretos.

Apesar dos dados apresentados pelo relatório do BIRD, o diagnóstico efetuado por uma equipe interinstitucional em 2004 afirma que os Perímetros vêm piorando e a infra-estrutura está bastante deteriorada.

O diagnóstico citado teve como desdobramento as seguintes ações, visando mais uma vez a reabilitação dos perímetros. No perímetro Maniçoba entre outras ações destacam-se:

Manutenção e aquisição de equipamentos e materiais.

Recuperação de Canais

Recuperação de estradas.

Serviços de levantamento topográficos.

Aquisição e montagem de câmara fria para Packing House³.

Aquisição e montagem de máquinas e equipamentos para Packing House.

Aquisição de Equipamentos Elétricos de proteção.

Obras civis para adequação de Packing House.

O Relatório da Valeexport⁴, 2004, afirma que o Vale do São Francisco, com a agricultura irrigada deixou de ser apenas uma região de grande potencial, para se tornar uma região produtora de fato. E o pólo Petrolina/Juazeiro, no submédio São Francisco, onde a Codevasf já implantou cerca de 46.000ha irrigados, é hoje o maior centro produtor de uvas finas de mesa do País, tendo exportado em 2003 cerca de 36.848 toneladas, qual seja, 98% das exportações brasileiras; responde, também, por 93% das exportações de

manga que totalizaram, em 2003, cerca de 133.330 toneladas destinadas aos mercados europeu e americano. (Conforme tabelas A e B)

³ Paking House – Casa de embalagem. Local de processamento da fruta para distribuição no mercado.

⁴ Valexport – Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco.

TABELA A - EXPORTAÇÕES DE UVAS NO VALE DO SÃO FRANCISCO

ANO	EM TON.			EM US\$1.000,00		
	VAL E	BRASI L	PARTIC P	VAL E	BRASI L	PARTIC P

1997	3.700	3.705	100%	4.700	4.780	98%
1998	4.300	4.405	98%	5.550	5.823	95%
1999	10.250	11.083	92%	7.910	8.614	92%
2000	13.300	14.000	95%	10.264	10.800	95%
2001	19.627	20.660	95%	20.48 5	21.563	95%
2002	25.08 7	26.357	95%	32.46 0	33.789	96%
2003	36.84 8	37.600	98%	58.74 0	59.939	98%
2004	25.92 7	26.456	96%	48.55 9	49.550	98%

Fonte: Valexport, 2005

TABELA B - EXPORTAÇÕES DE MANGAS NO VALE DO SÃO FRANCISCO

AN O	EM TON.			EM US\$1.000,00		
	VALE	BRASIL	PARTIC P	VAL E	BRASIL L	PARTIC P
1997	21.500	23.370	92%	18.60 0	20.182	92%
1998	34.000	39.185	87%	29.75 0	32.518	91%
1999	44.000	53.765	82%	28.60	32.011	89%

				0		
2000	57.200	67.000	85%	37.18 0	43.550	85%
2001	81.155	94.291	86%	43.44 3	50.814	85%
2002	93.559	103.598	90%	45.96 2	50.894	90%
2003	124.62 0	133.330	93%	68.25 6	73.394	93%
2004	112.28 6	111.181	92%	59.15 8	64.303	92%

Fonte: Valexport, 2005.

O pólo Juazeiro/Petrolina foi transformado pelas inovações tecnológicas numa região com um sistema produtivo competitivo.

Apesar dessas afirmações podemos constatar a partir de observação in loco e de dados de relatórios do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural da própria Codevasf, de 70% dos produtores, 40% encontram-se em estágio médio e 30% ruim. Quando se analisa os aspectos sociais, econômicos, financeiros e agronômicos, de acordo com as seguintes variáveis: renda bruta, inadimplência com o Distrito de Irrigação, Codevasf (titulação de terras), agentes financeiros; nível de adoção de tecnologia, acesso aos bens móveis e imóveis (Gerência de Produção/ Unidade de Apoio aos Empreendimentos/ 6ª SR).

É notório que os investimentos públicos no campo da agricultura irrigada acarretaram, por sua vez, novos empreendimentos privados nas áreas agrícolas,

agroindustrial, comercial e de serviços. E que também tais empreendimentos se concentraram em municípios adjacentes às áreas irrigadas, os quais experimentaram um alto índice de crescimento demográfico, pelas novas oportunidades de emprego que passaram a apresentar.

Ainda assim, percebemos que convivem juntas duas realidades contraditórias. O grande/ médio empresários, e o pequeno produtor, este sendo “expulso” por não conseguir conviver por muito tempo ao lado daqueles, que acabam se apropriando cada vez mais dessas pequenas áreas adjacentes aos perímetros irrigados.

2.3 Políticas Públicas e Emancipação

O “sucesso” da agricultura irrigada é também atribuído aos incentivos creditícios e fiscais criados a partir da década de 80 através do FINOR, BNB, PROINE e FNE.

O desenvolvimento da fruticultura irrigada, como principal atividade econômica da região, e reorganização fundiária, nas décadas de 60 e 70, foram resultados das intervenções públicas federais.

De acordo com estudos da Embrapa, a fruticultura comercial ainda é uma atividade relativamente recente no Nordeste, uma vez que, somente a partir da década de 70, é que começa a aparecer dentro do território nacional, numa escala mais significativa e mais ampliada do que a linha de produtos nordestinos tradicionais, como coco-da-baía e caju, e, somente a partir dos anos 80, é que essa nova pauta começa a alcançar alguma penetração nos mercados internacionais. Para a Embrapa, o Vale do São Francisco foi o primeiro foco de expansão da fruticultura não tradicional da região nordeste, cujo início remonta ao início da década de 70, com a implantação de cultivares de uva na região

compreendida pelos municípios de Juazeiro na Bahia, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista em Pernambuco. A manga foi a segunda cultura a ser introduzida, a partir da década de 80. Nessa década, a fruticultura praticamente se restringiu a esses dois cultivares, que constituíam as principais culturas, em importância econômica, juntamente com as horticulturas de cebola, atividade de agricultura irrigada mais tradicional do submédio São Francisco, e de tomate agroindustrial (David et al, 1999).

Ainda segundo a Embrapa a importância econômica da fruticultura da Bahia pode ser também avaliada pelo fato de que este Estado ocupa posições de destaque na produção das principais frutas de mercado interno, como é o caso de banana, mamão e citros, como também de mercado externo, no caso de uva e manga.

As informações do cadastro de fruticultura dos Perímetros Irrigados do Vale do São Francisco, elaborado pela Codevasf em 2002 (atualizado em 2005 com o título Censo Frutícola⁵), demonstra que a fruticultura regional começou a diversificar-se durante a década de 90, apresentando grande aceleração da taxa de crescimento a partir de 1994.

Nessa perspectiva, a apropriação de espaço rural, assim como o uso dos recursos hídricos através da implantação de grandes projetos, têm sido no Brasil a alternativa privilegiada no sentido de equacionar a questão colocada pela necessidade de proporcionar infraestrutura básica para expansão da agricultura no nordeste do Brasil. Em função dessa opção tecnológica, o Estado, através de seus órgãos estatais como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, tem efetuado a ocupação de vastas áreas, realizando dessa forma o deslocamento compulsório de populações ribeirinhas com a promessa de assentamento de pequenos produtores, em lotes familiares nos projetos públicos de irrigação.

⁵ Censo Frutícola do Nordeste Brasileiro – Levantamento das áreas implantadas com fruteiras nas propriedades agrícolas da área de atuação da Codevasf. A execução dos serviços se deu através de contratação de técnicos (terceirizados).

A esse respeito, podemos observar o que Vargas (2003, p.113) coloca: “O conjunto de representações e materializações culturais vem sendo afetado pela externalidade do comando da produção e reprodução de seu espaço”.

Em se tratando de opção tecnológica queremos fazer analogia ao que Filho(2002) coloca: “Quando se trata de produtos criados pela tecnologia moderna, há quase um consenso em considerá-los benéficos e responsáveis pela melhoria de vida do homem. Mas, igualmente há consenso que uma parte considerável (se não a maioria) da humanidade não se beneficia desses produtos, pelo menos de forma direta”.

Ao serem desapropriados de suas terras, onde já haviam estabelecido a sua identidade e sua territorialidade, esses trabalhadores oriundos da área ribeirinha são também “desapropriados” de sua identidade⁶, com a terra e com todas as relações estabelecidas naquele espaço; desterritorializados, surgindo daí a necessidade de reconstruir sua identidade que para (Castells, 1999:23) são fontes mais importantes de significado(...), por causa do processo de autoconstrução e individualização que envolvem, que para (Sampaio,1998:28) com o novo espaço e uma nova territorialização ou, territorialidade corresponde às ações desenvolvidas por vários agentes sociais em uma determinada área geográfica e em dado momento histórico. Segundo esse autor as ações são produzidas pelas diferentes relações.

O Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE (extinto) baseava-se no pressuposto de que os projetos de irrigação constituíam-se em núcleos de desenvolvimento rural, para promover o homem do campo.

Segundo Silva (1989), a intervenção do Estado implica desarticular as comunidades existentes nas áreas desapropriadas, e não são, enquanto tais, reaproveitadas pelos projetos.

As políticas públicas no setor de irrigação no início do século XX consistiam principalmente no financiamento de barragens de pequenas dimensões, que eram finalmente

⁶Segundo Castells (1999) – identidade é entendida como processo de construção de atributos culturais interrelacionados o (s) qual (is) prevalece (m) sobre outras fontes de significado.

apropriadas pelas elites locais. Nos anos 70 e 80, a União criou então a Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, empresa pública que instalou uma vasta infra-estrutura de irrigação, sobretudo nos Estados da Bahia e Pernambuco, com a justificativa de promover o desenvolvimento econômico da região.

O campo de intervenção da Codevasf era amplo, desde a construção de barragens até a comercialização dos produtos, passando pela manutenção e renovação da infra-estrutura, o crédito etc. Subvenções públicas sustentaram a produção durante muito tempo.

Esse modelo de irrigação foi revisto nos anos 80, quando tomaram corpo as influências do neoliberalismo, como resposta à crise econômica. Ao longo dos últimos 30 anos (1974-2006), a Codevasf transferiu gradativamente a maioria de suas prerrogativas para os Distritos de Irrigação, num processo de Emancipação.

A emancipação de perímetros irrigados do nordeste é um exemplo do processo de liberalização do Estado brasileiro. Uma das concepções da chamada “gestão descentralizada e participativa” (Leal, 1996) pressupõe usuários e sociedade responsáveis e introduz assim mudanças profundas nas relações entre esse Estado e os cidadãos.

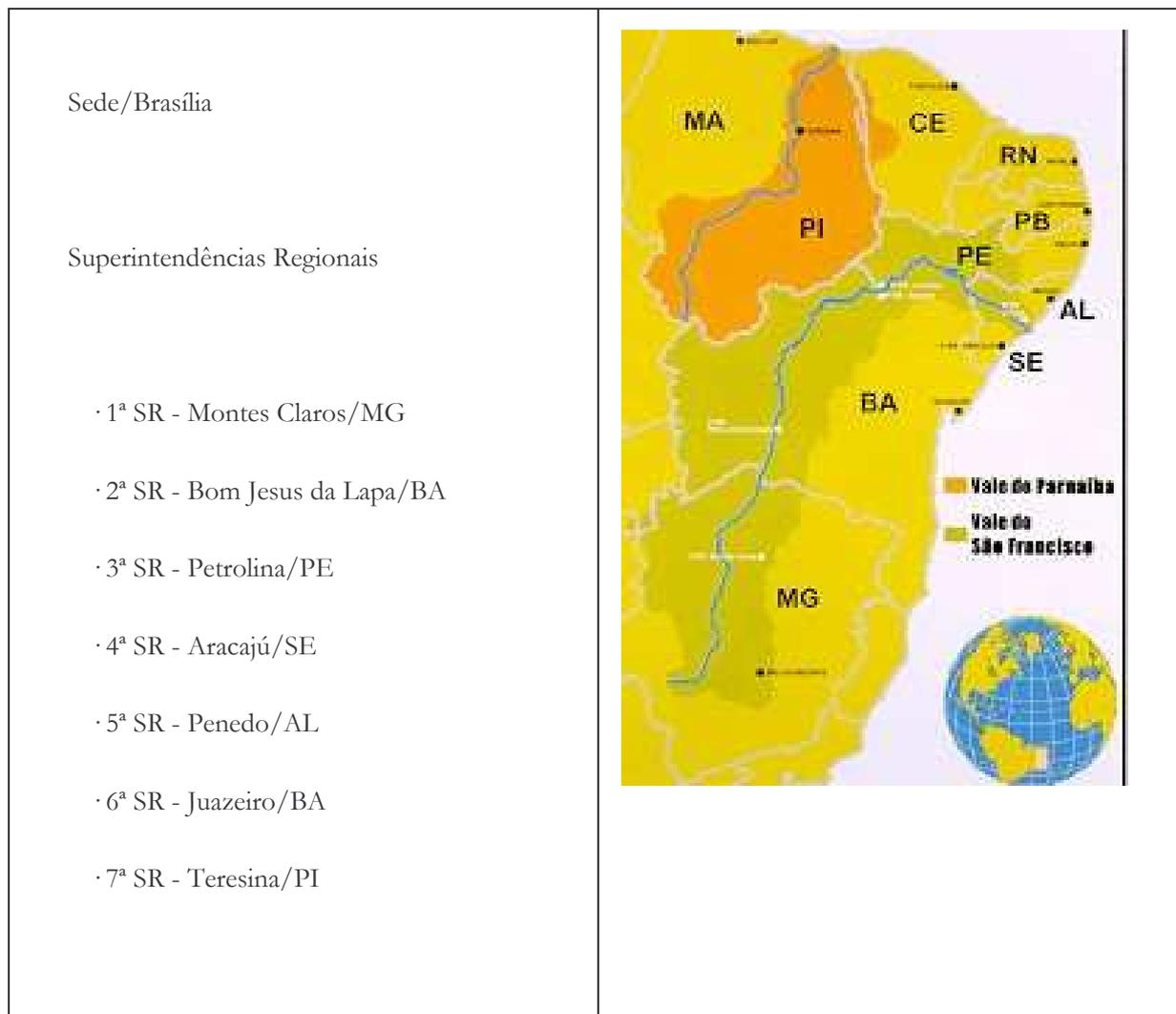
Até o ano de 1986, os Perímetros Irrigados no Brasil vinham sendo administrados integralmente por organismos públicos, porém a partir desse ano, foi iniciado um processo denominado “emancipação”.

A partir do mês de junho de 1986, a Codevasf deu início à implantação de duas ações consideradas por ela, de extrema importância no desenvolvimento sócio-econômico dos dezessete Perímetros Irrigados que estavam em operação: uma foi a implantação do processo de “emancipação”, e a outra foi o processo de reabilitação dos perímetros. A emancipação dos projetos públicos de irrigação da Codevasf sempre foi apresentada como a etapa final desses projetos, que deveria ser atingida, gradativamente em um futuro remoto (CODEVASF, Plano para Ação Integrada, 1988).

Para operacionalizar esta proposta, a Codevasf tem incentivado a criação de Distritos. Os Distritos são entidades de direito privado, de caráter coletivo, constituídas juridicamente nos moldes de associação civil, sem fins lucrativos, nos quais a participação dos irrigantes é compulsória. A Codevasf tem assento no Conselho de Administração, sem direito a voto, mas com direito a veto, com o propósito de resguardar o patrimônio público. São organizados a partir de uma assembléia geral dos irrigantes, que elegem um conselho de administração e um conselho fiscal. Sua estrutura operacional executiva é de caráter profissional, tendo como responsável um gerente executivo contratado pelo Distrito, dentre profissionais da área, escolhido através de análise curricular efetuada com assessoria da Codevasf. Tal mecanismo de transferência, conhecido como “emancipação”, se formaliza através da assinatura de contratos de delegação de competência entre Codevasf e Distritos, para gestão autônoma da água, para a administração, funcionamento e a manutenção de infra-estrutura de irrigação, do patrimônio edificado e natural de uso do perímetro, dos bens móveis e imóveis de

utilização coletiva, assim como a integração das condições básicas de desenvolvimento do sistema de produção.

A Codevasf, para sua atuação, no Vale, está organizada descentralizadamente, com sede em Brasília-DF e 7(sete) Superintendências Regionais - SR. A 1ªSR tem sede em Montes Claros-MG e atua numa área correspondente às regiões do alto (total) e médio (parcial) São Francisco, no Estado de Minas Gerais, abrangendo ainda partes de Goiás e Distrito Federal. A 2ªSR, sediada em Bom Jesus da Lapa-BA, atua na área do médio São Francisco, em território baiano. A 3ªSR tem sede em Petrolina-PE, na área correspondente ao submédio São Francisco no Estado de Pernambuco. A 4ªSR, sediada em Aracajú-SE, atua no baixo São Francisco Sergipano. A 5ªSR tem sede em Penedo-AL, e atua também no baixo São Francisco no território Alagoano. A 6ªSR, sediada em Juazeiro-BA, atua na área do submédio São Francisco em terras da Bahia. A 7ªSR tem sede em Teresina no Estado do Piauí, com atuação no Vale do Parnaíba (figura 3).



Fonte: Codevasf, 2004, impresso

Figura 3

A agricultura irrigada na bacia baiana do São Francisco assume, hoje, papel significativo no desenvolvimento regional do Estado, uma vez que já conta com cerca de 50.000 hectares irrigados, onde um grande número de culturas é explorado, destacando-se o cultivo de cana de açúcar, manga, uva, coco, goiaba. Também existem áreas expressivas com as culturas de maracujá, banana, mamão, coco-verde, melão, melancia, cebola, pimentão e tomate. O Mercado do Produtor de Juazeiro-BA movimentava mais de 300 milhões por ano com os produtos hortifrutícolas. Como consequência, a região hoje conta com mais de 100 mil empregos diretos no campo e as cidades gêmeas de Juazeiro-BA e Petrolina-PE tiveram um grande crescimento populacional contando, hoje, as duas cidades com mais de 400 mil habitantes (Banco Mundial, Relatório, 2004).

Apesar dessa evolução, os cultivos irrigados apresentam uma grande necessidade de agregação de conhecimentos científicos, tecnológicos, principalmente para os quase 600 pequenos irrigantes, nos perímetros de Juazeiro-BA, que não vêm sendo bem sucedidos em seus lotes, conseqüentemente distanciando-se do que poderia se denominar de agricultura sustentável, assim como, da conclamada emancipação dos perímetros por parte da Codevasf (quadro 1).

Quadro 1 - Demonstrativo da exploração produtiva econômica do perímetro - colonização

Cultura	Área Cultivada (ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Preço Médio (R\$/Kg)	Valor da Produção (R\$)	Área em formação (ha)	Área total (ha)
Maçã	1.114,7	534,9	8.940,7	16,7	0,55	4.917.407,00	573,4	1.681,7
Uva	-	-	-	-	-	-	17,0	17,0
Maracujá	273,2	112,6	1.034,0	9,2	0,70	723.800,00	118,6	350,2
Limão	46,8	17,5	301,0	17,2	0,63	189.617,40	27,7	72,9
Coco	276,8	150,4	4.631,0	30,8	0,20	926.200,00	2,9	252,4
Banana	20,7	2,9	11,1	3,8	0,40	4.440,00	17,8	38,5
Acerola	5,0	3,5	48,0	16,0	0,40	19.200,00	1,5	6,5
Pereiras	1.737,2	821,8	14.965,8	-	-	6.780.664,40	758,9	2.419,2
Cebola	35,0	4,9	79,0	16,1	0,48	37.920,00	29,1	58,2

o	Feijã	21,3	14,8	16,7	1,1	1,24	20.658,40	4,5	9,0
ncia	Mela	75,5	26,6	489,9	18,5	0,15	73.485,00	45,0	90,0
	Tem porárias	131,8	46,3	585,6	-	-	132.063,40	78,6	157,2
l	Tota	1.868,9	868,1	15.551,4	-	-	6.912.727,80	837,5	2.576,4

Fonte: Plantec – Planejamento e Engenharia Agrícola Ltda

O quadro 1 expressa os valores referentes à renda do Perímetro Maniçoba em 2005, quando a arrecadação do período foi de R\$ 6.912.727,80, o que representa um aumento de 25% em relação aos últimos cinco anos, apesar do aumento da área colhida, no mesmo período, de 4%. Uma melhor visualização da evolução do valor da produção e da área colhida pode ser observada nos gráficos 1 e 2 (Codevasf, Relatório Anual, 2005).

Gráfico – 1

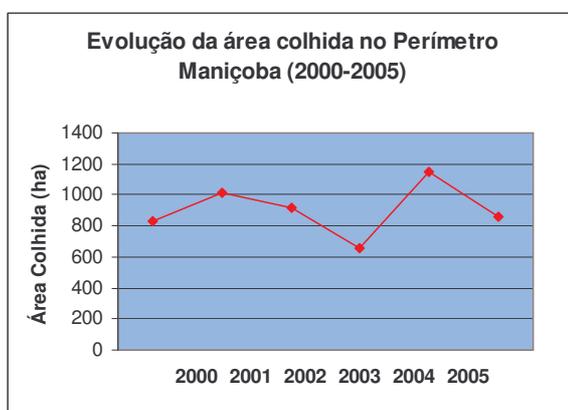
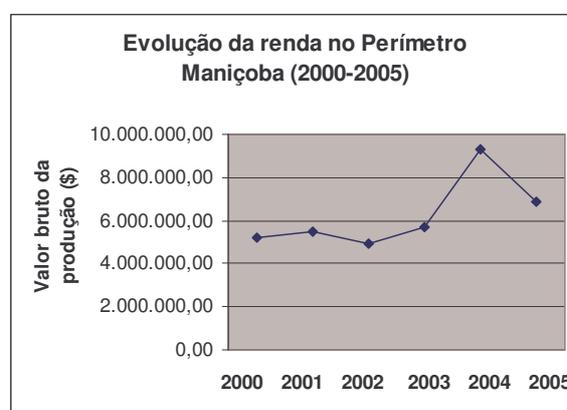


Gráfico - 2



Fonte: Plantec – Planejamento e Engenharia Agrícola Ltda

Com relação à área plantada, o grau de utilização da terra está em torno de 138% e considerando ainda renda bruta e a área utilizada, chega-se a uma renda média de R\$ 2.642,37 por ha (Codevasf, Relatório Anual 2005).

Com a renda anual do perímetro, pode-se dividir e achar um rendimento médio por produtor de R\$ 29.167,63. Com essa renda os produtores terão que abater o custeio de produção anual das culturas exploradas nos lotes, bem como cumprir com as seguintes obrigações:

- Amortizações anuais de financiamentos bancários;
- Amortizações anuais da tarifa K1⁷;
- Amortizações anuais da aquisição do lote agrícola;
- Amortizações de dívidas antigas com o distrito de irrigação.

Após saldar essas obrigações terá que destinar parte da sua renda líquida para manutenção da família e do lote agrícola, e ainda dispor de algum recurso para reinvestir no lote visando a exploração eficiente do mesmo e evolução de sua renda (Codevasf, Relatório Anual 2005).

É notório que nos últimos 30 (trinta) anos a irrigação modificou profundamente os sistemas de produção no Vale do São Francisco. Além da transformação das paisagens e das relações de produção, uma das evoluções mais importantes, talvez desperdiçada, tenha sido a modificação da relação entre o produtor e os recursos naturais, principalmente, a água. A água tornou-se um fator de produção monetarizado, que implicou numa transformação do “agricultor” em “produtor”. Essa transformação se deu num processo de forte intervenção do Estado, através da Política Nacional de Irrigação, que é importante resgatar.

O interesse por esse tema vem responder a uma inquietação de ordem teórico-metodológica, originada a partir da observação de nossa prática profissional, no campo da organização de produtores em projetos públicos de irrigação sob a administração da Codevasf.

⁷ K-1 – Corresponde à amortização do investimento público na construção da infra-estrutura de irrigação. É o valor cobrado pela Codevasf, para reinvestimento na infra-estrutura de uso comum.

A partir dessa observação decidimos problematizar a situação evidenciada para buscar o entendimento, à luz do referencial teórico, capaz de explicar a complexidade dessa prática e os efeitos causados pelas relações estabelecidas nesse campo, considerando que até o momento não foi possibilitado a esses agricultores atingirem a sua autogestão, objetivo contido na proposta de emancipação dos perímetros irrigados sob a administração da Codevasf, iniciada em 1986.

Neste sentido, este estudo analisou, de modo geral, esse processo de desenvolvimento territorial ocorrido no Submédio São Francisco e particularmente os fatores que interferem no processo de emancipação dos perímetros de irrigação e no desenvolvimento redesenhado para a região.

Capítulo III

A Lei de Irrigação e o Acesso à Terra nos Perímetros Públicos Irrigados

3.1 - Acesso à Terra no Brasil

O Brasil, descoberto pelos portugueses em 1500, dispunha de grande quantidade de terras a explorar e de braços a utilizar, desde que se definissem quais os produtos a serem explorados. Portugal vivia ainda o fascínio pelo controle do comércio das riquezas da Índia e da África, as famosas especiarias: pimenta, cravo, mostarda etc., braços escravos e ouro.

A invasão e ocupação do território brasileiro, a partir do século XVI, foram feitas pelos portugueses com a desapropriação das terras da população indígena que ocupava a região. O comportamento do colonizador se pautaria de acordo com circunstâncias com que se defrontassem nas terras conquistadas e submetidas (Andrade, 1988).

Os colonizadores dividiram o território brasileiro em capitanias hereditárias e estimularam os donatários a iniciar o povoamento em cada um de seus lotes.

Essa forma de ocupação não respeitou os nativos existentes na terra, provocando resistências quanto à desapropriação de suas áreas para os novos habitantes. Esse modo violento de distribuição e ocupação das terras pelos colonizadores, gerou privilégios aos ocupantes do poder e de seus aliados, em detrimento dos direitos dos que já viviam e trabalhavam a terra, como os indígenas e mais tarde os trabalhadores e escravos.

De acordo com Laranjeira (1983), historicamente tudo começou, com a vinda de Martim Afonso de Souza e seus sequazes da expedição colonizadora. Com ele é que se deve ter iniciado um trabalho mais ou menos racionalizado de povoamento da terra brasileira, a partir da implantação de vilas.

As vilas, por possuírem uma vocação para uma organização efetiva, puderam constituir-se no germe da estruturação do território colonial.

As Capitanias Hereditárias, criadas em 1534, vieram implantar a organização político-administrativa desse território, o que evidenciou a disposição da coroa portuguesa em se apossar com seriedade de suas áreas americanas, então sob ameaças internacionais com as investidas de corsários estrangeiros; buscar-se-ia, pois, algum resultado econômico, com a garantia da própria posse (Laranjeira, 1983, p.5).

Dessa forma era evidente que não se dirigisse o povoamento apenas para o fim de defesa da área, mas também que houvesse proveito certo, com o propósito de extrair os produtos necessários ao comércio da metrópole, com o objetivo de atender aos anseios da burguesia mercantil (Laranjeira, 1983).

O processo de ocupação dinamizou-se nos meados do século XVI, com a introdução de uma cultura comercial voltada para o mercado externo europeu, a cana-de-açúcar e logo depois ampliação de sua oferta. Esse produto seria a grande atração para as tentativas de conquistas de novos territórios, por povos que se integraram na Revolução

Comercial e que dispunham de condições para melhor distribuir o produto no mercado da Europa Central, Setentrional e ocidental.

Daí admitir-se hoje, que o processo de ocupação territorial liderado pela produção açucareira foi um empreendimento inteiramente capitalista, uma vez que pela primeira vez, faziam-se investimentos maciços de capitais na agricultura e se voltava à economia agrícola para o mercado. Iniciava-se no Brasil o domínio econômico dos engenhos ou da plantação.

Enquanto o açúcar determinou a ocupação da faixa litorânea, o gado e o ouro determinaram a ocupação do interior. A cana-de-açúcar estava localizada nas manchas litorâneas ou próximas do litoral onde dominava um clima quente e úmido com duas estações bem definidas: uma seca e outra chuvosa, e porque era um produto que se destinava a exportação.

No Nordeste os entradistas que penetraram para o interior à procura de pastagens para o gado bovino, formaram grandes fazendas e, em um século, se apropriaram praticamente de todo os sertões nordestinos, mas sem descuidar da procura de minerais.

No Sul, os paulistas penetraram para o interior devastando terras à procura de indígenas para escravizar e trazer para as áreas agrícolas.

O sistema colonial organizou o espaço de forma que nele se fizesse a exploração das áreas ricas com produtos do interesse do mercado europeu, ligando essas áreas a portos que desempenhavam a função de intercâmbio entre a colônia e a metrópole.

Os colonizadores se aperceberam de que dispunham de grandes espaços com terras férteis, produtos florestais de fácil comercialização – o Pau Brasil, sobretudo, e uma força de trabalho que poderia ser escravizada.

Só com o início do povoamento da colônia, com a expedição de Martim Afonso de Souza (1530-1533), é que começaria o processo de apropriação de terras, utilizando para isso o dispositivo da Lei das Sesmarias, promulgado em Portugal em 13 de maio de 1375. A divisão de terras em sesmarias e a posterior doação, embora esta não desse o domínio absoluto, mas somente a posse provisória ao seu titular, provocou o processo de sua ocupação

e apropriação, sob a égide da grande propriedade e definiu um processo de dominação do latifúndio que ainda hoje ocorre no país (Laranjeira, 1983).

As sesmarias eram lotes de grande extensão que muitas vezes se tornaram enormes latifúndios, como os dos Dias D'Ávila e de Guedes de Brito, nos sertões do São Francisco, uma vez que pessoas influentes e ligadas aos governadores gerais conseguiam várias doações em seu nome ou no de pessoas ligadas por laços familiares ou por dependência econômica, ultrapassando os limites legais. (Andrade, 1988).

Ainda segundo Andrade (1988), a ocupação do território e o sistema de propriedade criado com as sesmarias provocaram a existência de uma dualidade no setor agrícola, entre o latifúndio, reconhecido jurídica e socialmente, e o “roçado”, com presença permanente, mas sem proteção legal.

Por tudo isto, constata-se que neste país nunca houve uma política agrária, desde seu nascimento, e o acesso à terra e a sua distribuição passaram pelo interesse de grupos e pelo agrado e amizade que se estabelecia entre os donos do poder e os influentes e ou dedicados à causa daqueles. A quantidade de terras distribuídas como benesses ou presentes pela dedicação dada a determinadas situações e ou ações, às vezes tornavam-se quase impossíveis de serem delimitadas.

Na área do domínio da pecuária, os grandes senhores das casas da Torre e da Ponte dominaram quase todo o sertão nordestino e o norte de Minas, com fazendas que eram em parte exploradas diretamente e em parte aforadas a sitiantes, seus agregados, que possuíam currais e pagavam foros anuais.

Ao lado do processo legal de apropriação de terras pela doação de sesmarias, ocorria também a apropriação por pessoas de menores recursos e prestígios, que se instalavam em áreas menos acessíveis, implantando roças e currais, eram os chamados posseiros. Estes, ao terem suas terras apropriadas por senhores de prestígio no governo colonial, tinham que se submeter e tornarem-se seus foreiros ou migrarem para terras mais distantes.

Esse sistema vinha provocando muitas crises e demandavam medidas renovadoras tanto de ordem política como social, mas só em 17 de maio de 1822 foi promulgada a

resolução que pôs fim ao sistema de sesmarias e estabeleceu a aquisição da propriedade pelo reconhecimento da posse da terra (Laranjeira, 1983).

Com o reconhecimento do Direito de Posse, o Governo Imperial acreditava que se resolveria o problema da terra e os pequenos posseiros teriam direito a se fixar nas áreas que exploravam. Ocorre que estes não dispunham de condições para fazer valer os seus direitos perante os grandes senhores e as autoridades, sendo pequeno o número dos que se beneficiaram com os favores da lei.

Ainda durante o império houve, com algumas exceções, a concessão de pequenos lotes de terras a grupos estrangeiros que vieram formando colônias, em áreas isoladas e muitas vezes localizadas nas proximidades de terras indígenas, para garantir a ocupação portuguesa. Era uma migração diferente da feita para as áreas cafeeiras que visava garantir força de trabalho para os fazendeiros (Laranjeira, 1983, p. 18).

A intensificação da vinda de imigrantes não portugueses se deu a partir da abertura dos portos brasileiros através do Decreto de 25 de novembro de 1808, permitindo conceder-se sesmarias aos estrangeiros (Laranjeira, 1983, p.18).

A Lei de Terras – Lei nº. 601 – 18/09/1850 – estabelecia o processo de compra e venda para aquisição de propriedade e proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas para outro título que não fosse o de compra. Tal proibição era dirigida contra os camponeses da época, que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses. Transformava, também, as terras devolutas, em monopólio do Estado e controladas por uma forte classe de grandes fazendeiros. Os camponeses não proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudessem comprar terras, até do próprio fazendeiro. Mediante o trabalho árduo, os trabalhadores livres poderiam acumular e transformarem-se em pequenos proprietários de terra. O acesso à terra se daria mediante a oferta compulsória de trabalho ao grande fazendeiro.(Laranjeira, 1983).

Com as terras devolutas transferidas para os Estados e colocadas nas mãos das oligarquias e cada Estado desenvolvendo sua política de concessão de terras, acontecem, as

maciças transferências de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros, e grandes empresas de colonização, interessadas na especulação imobiliária.

O impedimento do acesso à posse da terra por parte da população rural pobre, criou problemas entre proprietários e não proprietários, perdurando até os dias atuais.

No início do período republicano, a grande propriedade ocupava as maiores extensões, sobretudo nas áreas de mais fácil acesso aos transportes; os grandes proprietários, fazendeiros de gado ou produtores de artigos de exportação, controlavam tanto a vida econômica como política dos novos Estados. Os pequenos proprietários eram muito numerosos, mas se localizavam em áreas menos acessíveis, dedicando-se predominantemente à produção para o mercado interno em expansão e detinham a propriedade em consequência do direito de posse ou da sucessão hereditária. Isso porque o sistema sucessório que dava acesso à herança a todos os filhos, facilitava a fragmentação da grande propriedade.

Na área açucareira, iniciava-se um processo de concentração fundiária com a substituição dos velhos engenhos bangüês, pelas usinas de açúcar. Estas altamente favorecidas pelos governos estaduais que procuravam legitimar este favorecimento, alegando a necessidade de modernização.

A Constituição Republicana de 1891, em seu artigo 64, estabeleceu que as terras públicas passassem à propriedade dos Estados em que estivessem situadas, possibilitando assim a sua apropriação pelos “coronéis” que, com seus “currais eleitorais” elegiam os deputados, os senadores e os governadores. Em vez de contribuir para a solução do problema agrário, a fim de atenuar a pressão das classes menos favorecidas que necessitavam de terra para cultivar, dificultou-lhes o acesso à propriedade da terra. Posteriormente isso foi fortalecido com a adoção do registro de propriedade consagrado pelo Código Civil, de 01 de janeiro de 1916, em seu artigo 530; onde admite a aquisição de propriedade por transcrição da transferência de contrato de compra e venda no Registro de Imóveis, por cessão, por usucapião e por herança.

Durante a Primeira República (1889-1930), os governos permaneceram indiferentes às pressões populares em favor de uma reforma agrária, enquanto nos Estados as oligarquias mantinham um férreo controle contra qualquer tentativa de reforma; as massas populares espoliadas, não se organizaram para obter o acesso a terra. Viveram à mercê dos

grandes proprietários e dos grandes posseiros. Assim os conflitos entre proprietários e trabalhadores da terra se materializavam ora em confrontos pessoais, com destruição de bens ou com assassinatos, ora em movimentos populares, em geral acobertados por posições messiânicas. Essas lutas pelo acesso à terra foi enveredada pela Segunda República, debatida até os dias de hoje e sem solução. Observa-se que havia sempre o domínio da grande propriedade, associada ao sistema de exploração dos recursos naturais.

Assim, na Amazônia, cujas terras foram conquistadas em virtude da escravidão dos indígenas e da exploração que faziam das “drogas do sertão”, ocorreu nas últimas décadas do século XIX, uma grande revolução, pela descoberta do processo de vulcanização da borracha, acelerando a demanda do produto. Este fato intensificou a migração para a Amazônia de nordestinos, a desorganização da economia extrativista não especializada, e da pequena agricultura de subsistência, pela apropriação de grandes áreas pelos seringalistas, financiadas pelas casas aviadoras (Andrade, 1988, p. 58).

O Nordeste semi-árido foi povoado pelos colonizadores baianos e pernambucanos, em virtude da pecuária, a partir do século XVI, estimulados pela necessidade de produzir animais de tração, couro e carne para alimentar a área açucareira da mata pernambucana e do Recôncavo Baiano. Os pecuaristas iam adentrando no sertão, expulsando os índios, tomando-lhes a terra e muitas vezes matando-os ou explorando-os no trabalho campestre e/ou agrícola. As terras livres tornaram-se grandes latifúndios de criação extensiva com dezenas de léguas.

Profundamente ligada ao latifúndio, a cana-de-açúcar ocupou a faixa oriental do Nordeste, a chamada região da Mata e o recôncavo baiano, desenvolvendo a indústria açucareira – as grandes usinas. O controle da propriedade da terra pelos usineiros continuou forte a ponto de, na segunda metade deste século, ser a região nordestina, em sua porção úmida, um dos maiores focos de resistência e luta pela reforma agrária.

Em Minas Gerais e Goiás, a mineração possibilitou a formação do latifúndio baseado na produção da pecuária, sobretudo bovina e suína.

O latifúndio cafeeiro foi de grande importância econômica para o Brasil, o café introduzido no Brasil nos fins do século XVIII, ganhou relevância no início do século XIX,

quando foi aclimatado na província do Rio de Janeiro, subiu o vale do Paraíba em direção à São Paulo, ganhou grandes espaços.

Com terras virgens disponíveis, com facilidade de mão-de-obra e com elite empreendedora, os cafezais permitiram a coexistência de grandes e pequenas fazendas, possibilitando não só a ocupação territorial paulista, como penetraram no triângulo mineiro, no sul do Mato Grosso e ao Norte do Paraná, destruindo populações indígenas, florestas e fundando fazendas e cidades.

Mato Grosso, isolado do resto do país, teve duplo povoamento, pelo norte, por povoadores que subiam os afluentes da margem direita do Amazonas, organizando seringais e castanhais, e pelo sul por pecuaristas que ocuparam os campos do Pantanal e as florestas da bacia do Paraná. Ambas as formas latifundiárias, de vez que nos pantanais se formaram fazendas com milhares de hectares onde se fazia a pecuária ultra-extensiva em campo aberto.

No sul do Brasil, observa-se um contraste na ocupação da terra, uma vez que a porção ocidental foi ocupada pela pecuária iniciada pelos Jesuítas em suas missões, continuada por espanhóis, argentinos e uruguaios. Na porção oriental com áreas montanhosas cobertas de florestas, os portugueses introduziram os açorianos, alemães, italianos a fim de garantir a integração do sul do país à América Portuguesa. A República continuou e incentivou essa política, eliminando grupos indígenas e distribuindo terras devolutas, intensificando a migração estrangeira. Houve um contraste entre as áreas de domínio da pequena e média propriedade, e as áreas de grandes latifúndios pecuaristas. Os primeiros, voltados para o auto-consumo e mercado nacional, as segundas, para a exportação noutras regiões, e em outros países.

Na Segunda República, a nova Constituição pôs em cheque a República corporativista de Vargas, mas a conciliação realizada com o ingresso de líderes da velha oligarquia na direção da revolução de 30, consolida a permanência do latifúndio no poder e sua coexistência com o desenvolvimento urbano e industrial.

Quanto ao direito de propriedade, a Constituição de 14 de julho de 1934, estabeleceu no art.113, item 17, que este não podia ser exercido contra o interesse social ou coletivo na forma que a lei determinasse, mas a desapropriação por interesse ou utilidade pública só se faria com prévia e justa indenização.

Desse modo a propriedade da terra continuou intocável e os reclames dos trabalhadores rurais, dos partidos e blocos políticos de esquerda foram postergados. O problema agrário continuou à espera de uma resolução e, as reivindicações dos produtores agrícolas reprimidas pela política e até pelas forças armadas. Observa-se que no decorrer do tempo, havia sempre o domínio dos senhores das grandes propriedades, que lhes garantia prestígio e poder no cenário nacional econômico e político, como força determinante na direção e no rumo dados ao país, mantendo-se por muitas eras os interesses dessa classe privilegiada.

Só com a Constituição de 1946, vieram propostas de Reforma Agrária, contidas nos seguintes textos:

- 1) “É garantido o direito de propriedade, salvo caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.”Art. 141 §16, 1ª. Parte.
- 2) “O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social”. A lei poderá com observância do disposto no art. 141 § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos, art. 141”.

Dos dois dispositivos citados, no primeiro constava a figura da desapropriação por interesse social. No segundo, constava a promessa de proceder, sem privilégio, a distribuição da propriedade. A reforma, levando em consideração a desapropriação, para ser atendido um interesse social, implicaria na mudança dos direitos de propriedade sobre o bem imóvel e a reforma agrária traria nova forma de ocupação e exploração da terra rural.

Apesar dessa plataforma, contida na Constituição do País, os ideais reformistas se desvaneceram frente ao conservadorismo de um parlamento que teria de implantar a lei ordinária da reforma e não a aditava.

Daí em diante, vários projetos tramitaram pelo Congresso, e em 30 de novembro de 1964, apareceu a Lei Ordinária 4.504, do agrarismo brasileiro – o Estatuto da Terra, que traçou a metodologia de reforma agrária para o Brasil(Maia, 1967):

Art 1º. Esta lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º. – Considera-se reforma agrária, o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º. – Entende-se por Política Agrícola, o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destine a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Art 2º. – É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social na forma prevista nesta Lei.

§ 2º. – É dever do Poder Público:

a) Promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões em que habita, ou quando as circunstâncias regionais, aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação da Lei.

b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

Objetiva a Reforma Agrária estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, promovendo a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural; e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio; promover o acesso à propriedade rural mediante a distribuição ou a redistribuição de terra, pela execução de:

- . desapropriação por interesse social;
- . doação;
- . compra e venda;
- . arrecadação dos bens vagos e

. herança ou legado.

As terras desapropriadas para Reforma Agrária seriam distribuídas sob a forma de propriedade familiar, para agricultores com área comprovadamente insuficiente ao sustento próprio e ao da família e/ou para a formação de glebas destinadas à exploração extrativista, agrícola, pecuária ou agroindustrial, por associação de agricultores organizados sob o regime cooperativo, associativo.

Seria prestada assistência social, técnica e fomentista da produção agropecuária; haveria direito a um empréstimo no valor do salário mínimo anual da região, pelo Fundo Nacional de Reforma Agrária, no prazo de vinte anos; providências com respeito a eletrificação rural e obras de melhoria de infra-estrutura e outras indispensáveis à realização do Projeto.

Assim, acreditava-se resolver o problema fundiário do país e promover a prosperidade no campo.

Em 27 de outubro de 1966, o Decreto no. 59.428, regulamentando o Estatuto da Terra esclareceu melhor o que se entendia como colonização em seu Art 5º. “Colonização é toda atividade oficial ou particular, destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nelas previstas”.(Laranjeira, 1983, p. 27).

A colonização pressupõe uma iniciativa oficial ou particular. Na colonização oficial há um processo de seletividade dos pretendentes à aquisição e exploração dos lotes. A colonização, particular se realiza sob a instância de pessoa física ou jurídica, em especial, cooperativas de colonização, como empresas e que apresentem projetos (Laranjeira, 1983, p. 28).

Para atender a essas necessidades e amenizar tal situação, o governo usou da desapropriação de terras por interesse social e redistribuição das terras em projetos de colonização oficial, através dos órgãos governamentais e das estatais criadas para tal fim, principalmente nas zonas de conflitos, e no semi-árido do Nordeste.

3.2 – A Lei de Irrigação

A apropriação do espaço, assim como o uso dos recursos hídricos através da implantação de grandes projetos, tem sido no Brasil uma alternativa no sentido de equacionar a questão colocada pela necessidade de proporcionar infra-estrutura básica para a expansão da economia. Em função dessa opção tecnológica, o Estado Brasileiro, através de seus órgãos e estatais como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf vem promovendo a ocupação de vastas áreas de terra e com isso possibilitando o deslocamento compulsório de populações ribeirinhas, também realizando assentamentos nos projetos públicos de irrigação, de pequenos produtores, quando se trata de irrigantes de lotes familiares, diante da ideologia da modernização que justifica a qualquer “preço” a desapropriação e ocupação do espaço para dar lugar às obras modernizadoras, ligadas à industrialização e ou urbanização (Scherer-Warren. Ilse, 1992, p.53).

A Lei de Irrigação no. 6.662 de 25 de junho de 1979 que trata da Política Nacional de Irrigação, objetiva o aproveitamento racional de recursos de água e solo para a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada, atendidos os seguintes postulados básicos:

I – preeminência na função social e utilidade pública do uso da água e solos irrigáveis para desenvolvimento sócio-econômico da região e população dependente direta ou indiretamente da agricultura irrigada.

II – estímulo e segurança às atividades agropecuárias nas regiões sujeitas às condições climáticas adversas compreendendo:

- a) política creditícia específica para agricultura irrigada de acordo com as necessidades dos irrigantes quanto a investimentos, custeios e comercialização da produção;
- b) formação, difusão e desenvolvimento de associações e cooperativas, nos projetos irrigados;
- c) assistência técnica e social com capacitação para a prática da agricultura irrigada;
- d) cobrança de tarifas e amortização de prestações, conforme as condições de cada perímetro.

III – promoção de condições para elevar a produção e produtividade agrícola:

- a) implantação de infra-estrutura básica de abastecimento de insumos, armazenagem e comercialização da produção;
- b) estímulo à instalação de agroindústrias, nas regiões irrigadas;
- c) premiação para estimular produção e produtividade agropecuária e agroindustrial nas regiões irrigadas;
- d) capacitação de pessoal técnico em diferentes níveis;
- e) apoio a centros de estudos e pesquisas em agricultura irrigada.

IV - Atuação principal ou supletiva do Poder Público no planejamento, elaboração, financiamento, execução, operação, fiscalização, acompanhamento e avaliação de projetos de irrigação.

A Lei de Irrigação nº 6.662 de 25 de junho de 1979 é um instrumento que se operacionaliza através dos Programas de Irrigação que é o conjunto de ações com finalidade de desenvolvimento sócio-econômico de determinada área rural, através da implantação dos projetos de agricultura irrigada, executadas em áreas de interesse social.

Para viabilizar os Programas de Irrigação, o governo utiliza-se de seus órgãos diretos e indiretos, como é o caso da Codevasf, que trabalha com a implantação de projetos de irrigação, no semi-árido e em particular nos vales do São Francisco e do Parnaíba.

Considera-se projeto de Irrigação, o conjunto de atividades de planejamento, execução, administração, operação e manutenção, visando ao aproveitamento agrícola dos recursos de água e solo em determinada área.

Os Projetos de Irrigação, para efeito da Lei 6.662 de 25/06/1979 são públicos ou privados.

Os públicos são aqueles cuja infra-estrutura de irrigação é projetada, implantada e operada, direta ou indiretamente, sob responsabilidade do poder público. Os privados são aqueles, cuja infra-estrutura de irrigação é construída com ou sem incentivos do Poder Público. Os privados, quando pretendem se beneficiar de incentivos do Poder Público, deverão ser analisados e aprovados pelo ministério responsável.

Nas áreas, onde os projetos de irrigação de interesse social predominante são divididos em lotes familiares, é admitida a implantação, nos mesmos, de pequenas empresas, desde que não ocupem, em conjunto, área superior a 20% do perímetro irrigado e os seus titulares concordem com os preceitos regulamentares estabelecidos pela entidade administradora, conforme o artigo 14, da Lei de Irrigação.

É considerado lote familiar, pela Lei de Irrigação 6.662, o imóvel rural com área definida, que direta e pessoalmente é explorado pelo agricultor e sua família, absorva-lhes a força de trabalho disponível, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, podendo recorrer, eventualmente, a ajuda de terceiros. Deverá corresponder a área mínima de produção capaz de assegurar a promoção econômica e social do irrigante e sua família e constituir propriedade resolúvel e indivisível.

De acordo com o Art. 16 § 3º da Lei de Irrigação, todas as obras e serviços executados no lote familiar pela entidade administradora terão seu custo incorporado ao valor da terra, calculados em índices oficiais equivalentes, no prazo de 25 anos, inclusive até 05 (cinco) anos de carência, atendidas as peculiaridades de cada projeto.

A infra-estrutura de irrigação terá seus investimentos amortizados, total ou parcialmente, pelos irrigantes, sob a forma de tarifa, calculada em conformidade com o disposto no artigo 43 da Lei de Irrigação.

Em caso de aproveitamento, total ou parcial da estrutura fundiária preexistente, os proprietários das terras serão considerados irrigantes, desde que atendam aos requisitos legais e aos objetivos dos respectivos projetos e as suas propriedades não tenham áreas inferiores ou superiores aos tamanhos mínimo e máximo estabelecidos para as mesmas.

Considera-se irrigante, a pessoa física ou jurídica que se dedique, em determinado projeto de irrigação à exploração de lote agrícola, do qual seja proprietária, promitente compradora ou concessionária de uso.

Se acaso, o adquirente do lote ou seu sucessor vier a desistir da exploração direta ou deixar injustificadamente inexplorada áreas suscetíveis de aproveitamento, o imóvel

vendido, originariamente, reverterá ao patrimônio da entidade alienante, indenizadas as despesas feitas com a aquisição, as benfeitorias necessárias e as úteis.

A aquisição das terras selecionadas para implantação ou expansão de projetos públicos de irrigação são adquiridas, através de ato do Presidente da República, quando consideradas de utilidade pública ou interesse social, aplicando a legislação vigente sobre desapropriação.

A Lei de Irrigação de certo modo propôs o disciplinamento dos problemas inerentes ao desenvolvimento da agricultura irrigada, que está sendo posta em prática, em novas bases, mediante a implantação de projetos públicos e privados de irrigação, no Brasil como um todo e particularmente no Nordeste. Permitiu-se a sistematização de algumas experiências em curso no país, a respeito do uso planejado de solo e da água e criou-se a base para no interesse do desenvolvimento das faixas semi-áridas do Nordeste, viabilizar a reorganização da economia dessa zona. Quanto à perspectiva de transformação da sociedade, entretanto, a atual Lei de Irrigação é frágil e inconsistente (Carvalho, 1988, p.362).

Com os instrumentos que a complementam, serve ao pequeno agricultor sem terra, quando se trata dos irrigantes de lotes familiares, situados nos projetos de irrigação, a cargo do DNOCS e da CODEVASF. No limite, porém, continua sendo um instrumento que tende a favorecer os interesses dos grandes proprietários. O fato de conferir propriedade aos chamados pequenos produtores rurais, não significa que eles tenham realmente prevalência sobre os grandes, quanto ao seu atendimento. Na prática, para que um grande proprietário tenha acesso aos benefícios concedidos aos pequenos produtores (proprietários ou não), é suficiente que ele explore um pequeno trato de terra (Carvalho, 1988, p. 363).

Podemos observar, também, que as áreas irrigadas no vale do São Francisco sob a responsabilidade da CODEVASF, por irrigantes (pequenos produtores) e por empresários, apresentam uma relação completamente distinta da que é estabelecida pelo decreto que regula a Lei de Irrigação.

Em lugar de no máximo 20% das terras dos Perímetros de Irrigação, conforme rege a Lei de Irrigação, serem destinadas a empresas e 80% aos colonos, dá-se praticamente o contrário.

A eliminação do interesse social, no interior desses perímetros de irrigação pública tende para o seu limite quando se constata que as terras entregues aos empresários apresentam um grau de utilização em média inferior a 50% das terras irrigáveis. Situação bem distinta é encontrada nos lotes dos colonos, que são explorados à plena capacidade, produzindo relativamente muito mais, do que as terras irrigadas sob o sistema de arrendamento empresarial. (Carvalho, 1988, p. 364)

3.3 – Acesso à terra nos Perímetros Públicos Irrigados, Implantados pela Codevasf.

Quando há implantação de projetos públicos irrigados, autorizada por lei, e a desapropriação é executada pela Codevasf, no caso em apreço, os situados no Vale do São Francisco e também Vale do Parnaíba, uma equipe de Técnicos da Empresa faz o cadastramento das propriedades, de suas benfeitorias, de sua população, bem como uma avaliação econômica de todos os bens existentes, incluindo imóveis e semoventes para efeito de indenização. O cadastro da população proprietária, moradora e trabalhadora da área, no ato da desapropriação é muito importante para fins de inscrição no processo de seleção posterior, visando à ocupação dos pequenos lotes irrigáveis. Essa ação desapropriatória nem sempre acontece de forma tranqüila, e tem muitas vezes, causado sérios problemas para os envolvidos.

Esta característica marca a intervenção estatal já no início, na desapropriação da área necessária à implantação de perímetros irrigados, quando são atingidos pequenos produtores.

Depois de realizado o processo desapropriatório, sem pendências indenizatórias, a União, através da Codevasf, inicia um outro processo: a seleção dos produtores para ocupação dos lotes irrigados. Lotes irrigados, porque contém em sua área, toda a infra-estrutura de irrigação a ser operada, assim como deve também conter toda infra-estrutura de drenagem e condições agrícolas para produzir.

Nos Projetos de Irrigação, ressalta-se o acesso à propriedade da terra, mediante um processo de seleção para o sistema de parcelamento, que é uma exploração de forma individual do tipo familiar.

O processo de seleção constitui a possibilidade das famílias de trabalhadores (pequenos proprietários, desapropriados das áreas dos Projetos, posseiros, arrendatários, moradores da área etc.) terem acesso à terra. Regido pela NOR 501 (Norma de Colonização), que carrega no seu contexto regras que conseguem excluir os trabalhadores desse acesso à terra. (Silva, 1989).

Até o ano de 2001, o processo seletivo era realizado da seguinte forma: a Codevasf constituía uma comissão formada, através de decisão da Presidência da empresa, por técnicos do quadro funcional e convidava representantes da comunidade desapropriada, assessorados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais local; e representantes da Igreja, normalmente a católica que tem grande influência no meio rural, conforme NOR 501/93 – Codevasf, reformulada em 2002.

A norma de seleção de irrigantes em tese garantia a preferência dos desapropriados para aquisição de lotes nos projetos. Contudo, essa garantia não se verificava na prática. Em primeiro lugar, porque os desapropriados deveriam competir em igualdade de condições com os outros candidatos, que poderiam preencher melhor os critérios do processo seletivo.

Segundo Silva (1989), o desalojamento da população e a seleção de beneficiários são processos que não se comunicam nem interdependem. A intervenção do Estado implica em desarticular as comunidades existentes nas áreas desapropriadas, e que não são, enquanto tais, reaproveitadas pelos Projetos.

O Processo Seletivo, que no geral e em potencial contemplava a participação de todos os cidadãos desapropriados ou não desapropriados, no aspecto particular inclui limitações desde as condições de acesso à inscrição até aos critérios classificatórios do candidato. Portanto, para fazer a inscrição e participar do processo seletivo era preciso:

- 1 – o candidato devia ter tradição agrícola comprovada;
- 2 – não possuir área de terra superior ao módulo rural;
- 3 – não exercer função pública;
- 4 – ser portador de bons antecedentes ou apresentar atestado de reabilitação;
- 5 – o conjunto familiar devia submeter-se a exames clínicos gerais em órgãos oficiais;
- 6 – apresentar os membros da família, higidez e capacidade de trabalho;

- 7 – apresentar documentos de identificação;
- 8 – o candidato devia ter até 60 anos incompletos;
- 9 – o candidato devia ter idade mínima de 18 anos ou já ser emancipado;
- 10 – não ter sido irrigante no mesmo projeto ou em outros projetos públicos.

Somente quem atendia a essas condições estava apto a inscrever-se no Processo de Seleção, submetendo-se a uma bateria de Critérios Classificatórios que incluía a experiência agropecuária, a relação com agentes financeiros, o nível de escolaridade e suas condições econômicas como bens móveis e imóveis.

A pontuação dada a cada critério visava determinar a escolha do candidato a irrigante. Quanto maior a pontuação, maior a chance do candidato, pois o identificava como possuidor de boas condições econômicas, alto nível de escolaridade, muito tempo de experiência em agricultura irrigada e com relações conhecidas no ambiente bancário-financeiro. Assim a pontuação dos critérios privilegiava e facilitava os candidatos que conseguiam inserir-se no modo de produção.

Embora os projetos sejam concebidos para resgatar a possibilidade de sobrevivência dos pequenos trabalhadores rurais que não dispõem dos meios de produção, contraditoriamente, justo eles são os excluídos pelos critérios classificatórios, indicados para lhes viabilizar o acesso à terra, em particular.

Os candidatos que conseguiam se classificar recebiam seus lotes, com infraestrutura de drenagem e o equipamento necessário a proceder à irrigação da área, o que lhes tornava apto a iniciar o cultivo agrícola irrigado. Entretanto, muitas vezes faltava-lhes um dos componentes vitais para realizar o processo produtivo, o capital. Quase sempre a grande maioria era descapitalizada, já que é uma atividade cara. Aquele que não dispunha de condições para explorar o lote, terminava vendendo-o e tornando-se empregado do dono do seu ex-lote e às vezes da sua ex-propriedade.

As vendas dos lotes, por aqueles que não conseguem produzir, têm sido entendidas, no geral como “seleção natural”, não estão querendo trabalhar, não têm vocação, são de índole preguiçosa; e nunca porque não lhes viabilizam as condições necessárias para desenvolver a agricultura irrigada.

A maioria permanece na atividade, mas carregando por trás grandes endividamentos bancários, comerciários, que não lhes oportunizam o crescimento. A produção e a produtividade conseguidas não custeiam as despesas necessárias como: pagamento da terra, da infra-estrutura, do equipamento de irrigação, da manutenção dos mesmos e da água utilizada para produção. A manutenção da família continua difícil, e às vezes nas mesmas condições anteriores.

Alguns produtores conseguem sobreviver a essas contradições e inovações, inserem-se no modo de produção e provocam mudanças na qualidade de vida. Outros, que já dispõem de certo capital disponível para investir, ou mesmo o adquire com facilidade e na quantidade adequada e até com tratamento diferenciado, podem desenvolver uma agricultura moderna com todas as condições necessárias, detendo um retorno lucrativo que gera acumulação de riquezas. Esses, em geral passam a comprar outros lotes, dos que não conseguem produzir, concentrando a terra, bastante valorizada pelos benefícios implementados através do setor público.

Com a mudança na Norma de Ocupação dos Projetos Públicos de Irrigação – NOR nº 501, a partir de 2002 o processo seletivo para ocupação de lotes familiares ou empresariais dar-se-á mediante licitação pública e em conformidade com os demais procedimentos vigentes na Codevasf.

O reassentamento de trabalhadores rurais desalojados por força da implantação do projeto será precedido de cadastro elaborado por comissão especialmente designada.

Capítulo IV

Caracterização da Área Estudada

4.1 – Características Físicas e Infra-estrutura

O Perímetro Público Irrigado de Maniçoba foi implantado em 1981 pela Codevasf. Fica localizado no trópico semi-árido do nordeste, no município de Juazeiro, estado da Bahia, com coordenadas geográficas 9°16' de latitude sul e 40°16' de longitude oeste, à margem direita do rio São Francisco, em uma altitude de 360m acima do nível do mar (SUVALE, 1975).

O acesso é feito através da rodovia BA-210, distando 538 km da cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, e 38 km a leste da cidade de Juazeiro-Ba.

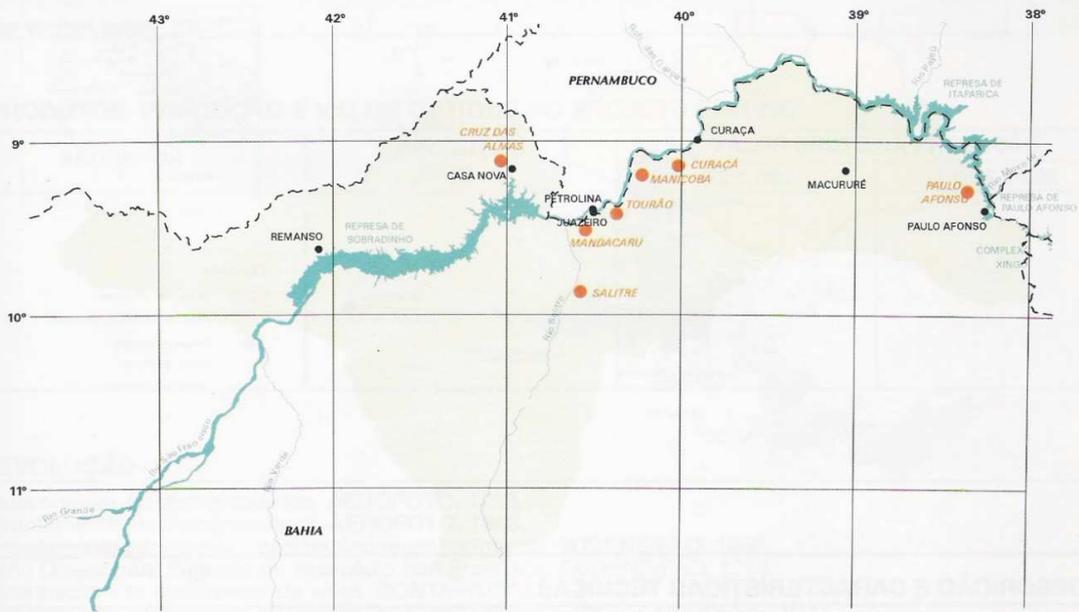
Apresenta clima com Pluviosidade média anual de 350mm, temperatura média anual de 26°C e evaporação anual de 3000mm.

O relêvo consta de uma topografia plana e levemente ondulada.

Sua fonte hídrica é o Rio São Francisco. Seus sistemas de irrigação são os de infiltração por sulcos, aspersão, microaspersão e gotejamento. A área total do perímetro é de 12.317ha, com áreas irrigáveis de 4.900ha, sendo 1.914ha ocupados por pequenos produtores e 2.986ha, por empresas (Codevasf, 2004).

A infra-estrutura do perímetro é composta por captação d'água em sistema de bombeamento; 03 estações elevatórias; 156.000m de canais adutores; adutoras em aço carbono com extensão de 8.000m; rede de drenagem composta de drenos principais e secundários numa extensão de 97.000m, 222km de estradas internas no perímetro (Codevasf, 2004).

PROJETOS DE IRRIGAÇÃO NA ÁREA DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL



LEGENDA

--- LIMITE ESTADUAL

□ ÁREA DA SUPERINTÊNCIA REGIONAL

• CIDADES

● PROJETO DE IRRIGAÇÃO

4.2 – Aspectos Sociais

O Perímetro Irrigado de Maniçoba possui 02 núcleos habitacionais, 01 centro técnico-administrativo, 01 centro social, 02 escolas de 1º e 2º graus, 02 sistemas de abastecimento d'água, 02 postos de saúde, 01 posto policial.

O nível de ensino pode ser considerado como regular. Funciona do ensino fundamental ao Ensino médio, e o funcionamento está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro-BA.

Na área de saúde, o perímetro conta com dois Postos localizados, um em cada núcleo habitacional. Esses postos operacionalizam o Programa Saúde da Família – PSF, com atendimento regular e contam com o atendimento médico, odontológico e Serviços de Ambulância.

Em relação ao saneamento básico, não existe rede de esgoto domiciliar. E constata-se ainda a existência de esgotos a céu aberto que escorrem em algumas ruas. A água para consumo humano é tratada.

Esses serviços são também de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Juazeiro-BA.

Com relação a segurança, o Perímetro conta com a participação do Distrito de Irrigação, Codevasf e Batalhão de Polícia Militar de Juazeiro-BA.

As condições de habitação podem ser consideradas de qualidade razoável a boa.

4.3 – Situação Fundiária

A cobrança da taxa de k-1, destinada à amortização da infra-estrutura de uso comum implantada no perímetro, prevê um prazo máximo de 50 anos pra sua liquidação, como se a infra-estrutura fosse projetada para ter uma vida útil de igual duração. Ocorre que tanto as obras civis como os equipamentos eletromecânicos começaram a ter sérios problemas após 20 anos de uso, obrigando a liberação dos valores arrecadados da tarifa k-1 para correção desses problemas (Ministério da Integração Nacional,2004, p. 6).

O governo, através do documento Diagnóstico dos Perímetros Irrigados (2004) reconhece que o perímetro vem piorando, ou seja, o grupo de irrigantes está cada vez mais disperso e a infra-estrutura está deteriorada (Ministério da Integração Nacional, 2004).

Há necessidade urgente de recuperação de algumas estruturas, cabendo ao governo estudar uma forma de facilitar ou bancar a cota correspondente aos pequenos produtores nesse custo. A sobrevivência desses perímetros depende desse trabalho. Com certeza, qualquer que seja o custo, para o governo, na recuperação desses perímetros é muito mais barato do que os custos das conseqüências econômicas e sociais devido a um colapso nesse processo de colonização (Ministério da Integração Nacional, Diagnóstico, 2004, p.6).

Através da Resolução nº 517 de 10 de agosto de 2005 foi realizada a renegociação da titulação. Dos 241 lotes do Perímetro Maniçoba, 168 proprietários renegociaram suas dívidas.

Os produtores que ainda não solicitaram a titulação de seus lotes alegaram não terem condições financeira para assumir tal despesa.

Diante desse quadro o governo certamente necessitará empreender ações capazes de transformar a realidade constatada, ou seja, possibilitar a esses pequenos produtores, descapitalizados, conseguirem resultados que justifiquem o alto investimento realizado na agricultura irrigada.

4.4 – Meio Ambiente

Com a implantação dos perímetros irrigados, intensifica-se a produção agropecuária, devido ao incremento da utilização contínua de fertilizantes e defensivos agrícolas, o que exige a adoção de procedimentos e técnicas ambientais nas áreas dos projetos de irrigação implantados pela Codevasf.

As linhas de ações prioritárias adotadas pela Codevasf são: licenciamento ambiental; educação ambiental; monitoramento dos recursos hídricos; recuperação de áreas degradadas; monitoramento de fauna, flora e manejo integrado das áreas de reserva legal (Codevasf, 2001, p.16).

Durante a implantação e nos primeiros anos de operação de um perímetro irrigado, a companhia elabora e implementa Planos e Programas ambientais e de Assistência Técnica. Promove capacitação, conscientização e mobilização dos atores

responsáveis pela proteção, preservação e manejo adequado dos recursos naturais. Os produtores, devidamente capacitados e mobilizados, são capazes de utilizar os recursos de água e solo de forma racional, evitando a degradação das terras e garantindo alta produtividade, que resultarão na sustentabilidade ambiental, social e econômica das populações rurais, (Codevasf,2001,p.20).

Apesar das afirmações acima, feitas pela Codevasf, tais ações não se confirmam, pelo menos em alguns perímetros já implantados há mais de 20 anos. Como pode ser constatado nas figuras 5 e 6, podemos dizer que ainda não existem nos perímetros, ações permanentes de educação ambiental, salvo em datas comemorativas como o Dia Nacional do Meio Ambiente e ações pontuais junto aos produtores e nas escolas dos Núcleos Habitacionais.

Em perímetros irrigados administrados pela Codevasf ainda são constatadas cenas que demonstram atitudes não condizentes com educação ambiental.

Figura 5

Lixo Doméstico – Núcleo Habitacional I - Perímetro Irrigado de maniçoba



Fonte: Codevasf, 2005

Figura 6

Enchimento pulverizador – Canal Terciário - Perímetro Irrigado Maniçoba



Fonte: Codevasf, 2005

Já as áreas destinadas à reserva ambiental nos Perímetros implantados até 1981, por não ter existido uma fiscalização mais efetiva, foram na sua maioria desmatadas e transformadas em muitos casos em áreas irrigadas.

Mesmo assim, percebe-se uma maior conscientização dos produtores em relação ao uso de Agrotóxicos e destinação das embalagens apesar de ainda não serem armazenadas de forma a atender a legislação⁸ em vigor que trata do assunto. A partir do mês de março/2006, está programado o recolhimento das embalagens de agrotóxicos em todos os perímetros da 6ª SR. Esse recolhimento será feito pela Associação do Comércio Agropecuário do Vale do São Francisco – ACAVASCF em cumprimento a Lei nº 9.974 de 06/06/2000, lei que altera a Lei Nacional de Agrotóxico nº 7802 de 11/07/1989. O posto de recebimento dessas embalagens fica localizado em Petrolina-PE.

Em relação ao problema de salinização, de acordo com dados levantados pelo serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, no Perímetro Maniçoba existem alguns lotes, com área total de 7 a 8 ha, que apresentam uma área de 01, 02 e até

03 ha salinizadas. Mas, essa área não chega a ser expressiva para a totalidade do perímetro. As causas desse problema devem ser imputadas ao sistema de irrigação por sulco, ao manejo inadequado feito pelo produtor e as péssimas condições de conservação de drenos e canais parcelares, como demonstram as figuras 7 e 8.

⁸ - Lei ordinária Nº 9.974 de 06/06/2000 – dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, produção, embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins e dá outras providências.

Figura 7

Canal Parcelar – Lote 196 – Perímetro Irrigado Maniçoba



Fonte: Codevasf, 2005

Figura 8 Dreno coletor – Perímetro Irrigado Maniçoba



Fonte: Codevasf, 2005

A forma como se operou a mudança da realidade sócio-cultural nas áreas dos perímetros irrigados, pela introdução do recurso de água e pelas necessidades impostas de seu manejo de forma racional, foi de certa forma brusca. Se antes a população era organizada e estruturada diante de uma “ausência”, ou seja, escassez do recurso da água, vemos a seguir, em uma boa parte, esta mesma população tendo que “aprender” a operar de modo eficaz, esse recurso que às vezes se apresenta como um excesso. E ainda mais, se antes esses pequenos produtores mantinham-se auto-suficientes, agora têm necessidade de aprender a agir de forma planejada e em grupo. Tem sido grande a dificuldade enfrentada por esses produtores, para incorporação desse hábito.

O Método de irrigação utilizado é considerado de nível tecnológico baixo, pois a eficiência do sistema de irrigação por sulco, utilizado em 90% da área é também muito baixa em relação aos métodos mais modernos.

Somente 10% dos lotes de pequenos produtores utilizam o método de microaspersão e gotejamento.

Capítulo V

O Momento da Chegada – Construção de um Novo Território

5.1 – Do ponto de vista da Codevasf (Técnicos da 6ª SR)

A reconstrução e a compreensão da vida no espaço social onde a pesquisa foi realizada tiveram como base a memória de seus membros e dos membros da Codevasf.

A ocupação da área compreendida pelo Perímetro Irrigado de Maniçoba processou-se através da desapropriação de pequenas e médias propriedades, localizadas no semi-árido do submédio São Francisco, no município de Juazeiro-BA. Nessas propriedades, as atividades giravam em torno da pecuária, tendo como atividade subsidiária a agricultura, no período de chuva.

No relato que fez a respeito da viagem pelo Rio São Francisco, em 1879-1880, o engenheiro Teodoro Sampaio ao percorrer o trecho Boa Vista-PE/Juazeiro-BA, escreve:

“Daqui para cima, em ambas as margens do Rio São Francisco não faltam moradores. A população é mesmo numerosa, bem que pouco produtiva. Vive alheia às leis econômicas. Produz apenas o preciso para viver. Não importa, porque não produz para trocar, nem troca ou permuta porque não tem mercado onde fazê-lo. Nas estradas que margeiam o rio ou dele partem em direções diversas, as habitações se sucedem a miúdo, formando pequenas povoações, lugarejos insignificantes, e algumas vilas e cidades. Nas povoações ribeirinhas, o aspecto de pobreza e de atraso é extremo. Vive-se ali sem se saber de quê. Não se vê agricultura alguma, nem trabalho permanente. Na beira do rio, no lameiro das margens, onde a humidade resiste melhor à secura do ar, descobrem-se às vezes os restos de uma plantação de milho, de abóboras, de batatas doces e de mandioca, mas tudo em proporções minúsculas e muito pouco cuidadas” (Sampaio, 1998, p.32,33).

Podemos observar que grandes transformações ocorreram no Vale do São Francisco após a viagem do engenheiro Teodoro Sampaio. Uma delas se deve ao surgimento da agricultura irrigada. Essas transformações modificaram não só a paisagem da região, mas também o modo de viver dos ribeirinhos.

A região do sub-médio São Francisco fica encravada no semi-árido nordestino onde o rio propicia água em abundância o ano todo. Dedicada à criação de gado, à pesca e à agricultura de subsistência até algumas décadas atrás, essa região conheceu uma mudança radical a partir da construção de barragens hidrelétricas e da implantação de grandes projetos de irrigação.

A produção da região tinha na criação de gado o seu esteio econômico, e a agricultura subsidiária.

A população estudada neste trabalho pode ser classificada como pequenos produtores.

A idealização do referido Perímetro começou com os estudos para o Plano Diretor, elaborado através do convênio SUDENE-FAO em 1962.

As obras de engenharia foram iniciadas em outubro de 1975 e concluídas em maio de 1981, pelo Consórcio CARIOCA-ERCO S/A.

O estudo de viabilidade técnico-econômico e o Projeto Executivo foram elaborados pela empresa SONDOTÉCNICA por solicitação da Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE.

O primeiro passo foi de identificação da população residente na área de implantação do Perímetro, ação esta desenvolvida por técnicos das áreas Social e Agrônômica. O segundo momento foi a elaboração do cadastramento para seleção e classificação do público a ser assentado tendo como parâmetro os critérios classificatórios estabelecidos pela NOR – 501. Norma de Ocupação dos Projetos Públicos de Irrigação.

O assentamento foi iniciado em 1981, divididos em 06 grupos para atender a um público de 231 pequenos produtores.

O pequeno produtor, antes de assumir a parcela, recebia um treinamento sobre agricultura irrigada. A assistência técnica e extensão rural eram prestadas por técnicos da Codevasf. Os produtores foram inicialmente organizados em pequenos grupos cujo critério utilizado era a proximidade de lotes agrícolas, em número de aproximadamente 10 (dez) a 12 (doze) unidades produtivas e por seção, de forma que facilitasse a execução dos trabalhos e um melhor entendimento/aprendizado/entrosamento. Em cada grupo era eleito um representante cujo objetivo era que esses representantes buscassem o atendimento das necessidades da comunidade. Esses representantes formavam um grupo chamado de Grupo de Representação da Comunidade, uma organização informal, cuja tarefa era a de mobilizar os demais produtores para se organizarem no sentido de buscarem juntos um melhor planejamento e preparação para futuramente optarem por uma organização formal que desse conta de trabalhar as demandas da comunidade.

Os técnicos que desenvolviam os trabalhos nos perímetros formavam uma equipe interdisciplinar composta por Assistentes Sociais, Economistas Domésticas, Agrônomos e Técnicos Agrícolas e utilizavam neste trabalho a metodologia participativa que permitia o envolvimento de todos os produtores. A metodologia utilizada visava preparar os produtores para constituírem uma organização formal com a denominação que melhor lhes conviesse. O tempo para preparação seria o tempo da dinâmica da comunidade. Esse trabalho teve início com a formação do Grupo de Representação da Comunidade, composto por três membros (Presidente/Secretário/Tesoureiro) com a subdivisão das seguintes comissões: Comissão de Produtores (formada pelos representantes dos Grupos de Produtores). Comissão de Finanças (dar apoio ao tesoureiro do Grupo de Representantes). Comissão de Comercialização (obter informações sobre produção e produtividade no perímetro, obter informações sobre preços mínimos praticados na região, elaborar cadastro dos comparadores em potencial). Comissão de Almoxarifado; Comissão de Conselho e Disciplina (responsável pela “ordem” da Comunidade, baseado no Código de postura elaborado pela comunidade, para dar apoio ao Posto Policial); Comissão de Educação (integrar-se com a direção da escola e corpo docente para apoio, fazer intercâmbio Comunidade x Escola, promover reuniões com a direção da escola, incentivar a participação dos pais na escola e reuniões

de pai e mestres, participação nas reuniões com alunos com dificuldades, promover intercâmbio com outras escolas, buscar apoio para melhoria da estrutura física da escola); Comissão de Saúde (apoiar para melhorar a qualidade do atendimento à saúde e na estrutura física, conhecer e divulgar os trabalhos da extinta FSESP no posto de atendimento, apoio a formação do Pelotão de Saúde); Comissão de Habitação (controle, organização e ordenação da ocupação nos Núcleos Habitacionais e nos lotes agrícolas); Comissão de Senhoras; Comissão de Lazer (responsável pela realização dos eventos organizados pela comunidade (festas, jogos, etc)).

Essas comissões tiveram como objetivo dar apoio ao Grupo de Representação, na busca de soluções integradas junto às bases e instituições parceiras para solução de problemas específicos visando a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Entre as atribuições estavam a elaboração e execução dos Planos de Trabalhos (Geral e Específico) por comissão.

Outro grupo que veio a se formar logo depois foi o grupo de jovens que atuou também como Pelotão de Saúde, integrado à Comissão de Saúde.

Naquele momento no Perímetro Maniçoba, além da Codevasf, outros órgãos públicos participaram do processo que a Comunidade vivenciava: os Agentes Financeiros Oficiais (Banco do Brasil e Banco do Nordeste); O extinto Mobral; SUREC-15 - Secretaria Estadual de Educação e Cultura; FSESP e SUCAM, hoje Fundação Nacional de Saúde – FNS; Embrapa ; Prefeitura Municipal de Juazeiro

Durante esse processo a comunidade começou a sentir a necessidade de uma organização formal que pudesse assumir as demandas da área de produção já que uma organização informal não dava conta de resolver essas necessidades uma vez que não possuindo uma personalidade jurídica não podia assumir compromissos de caráter jurídico.

A partir de então (1º semestre de 1982) foi dado início um ciclo de capacitação em cooperativismo. Mas antes de ser concluído esse ciclo, em 1986 o Banco do Nordeste, agência de Juazeiro-BA comunica aos produtores que a partir daquele ano só podia conceder crédito àqueles que fossem associados de uma cooperativa. Este fato fez com que o processo de preparação e capacitação dos produtores, fosse interrompido.

Paralelamente à criação da cooperativa, um grupo de produtores não satisfeitos com os encaminhamentos e decepcionados por não terem sido eleitos para composição da direção da Cooperativa – CAMPINA – Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores do Projeto Maniçoba, criaram uma Associação, fato que dividiu os produtores.

No ano de 1986 foi iniciado um Programa de Reabilitação e modernização do Projeto de Maniçoba, com o objetivo de identificar os problemas existentes e sugerir intervenções adequadas para solucioná-los.

Nesse mesmo período, foi iniciado o processo de Emancipação do Perímetro Maniçoba.

Ainda segundo o depoimento dos técnicos da Codevasf – 6ª SR, vale ressaltar que a partir de meados dos anos 80, vários fatos negativos ocorreram: como a má comercialização, preços instáveis, atravessadores, dificuldade de acesso ao crédito, ingerência de agente financeiro na definição do que e quando plantar, alteração de fatores climáticos, descumprimento de contratos por parte de empresas entre outros contribuíram para o surgimento de vários problemas aliados ao fato da emancipação, quando tiveram interrompido o processo de capacitação, de preparação para autogestão, passando de forma “prematura” a conduzirem sozinhos os seus negócios (empreendimentos), isso resultou no enfraquecimento das organizações dos pequenos

produtores, gerando inadimplência generalizada, principalmente junto aos agentes financeiros, com restrição ao crédito e a impossibilidade de auto-sustentação.

Houve bastante resistência por parte dos produtores para o início da emancipação. Eles entendiam não estarem preparados para assumirem tal responsabilidade.

O primeiro procedimento adotado pela Codevasf na implementação do processo de emancipação foi o afastamento do corpo técnico da companhia que atuava no perímetro.

No entendimento de técnicos da Codevasf-Sede, a resistência dos produtores era causada pelos técnicos que atuavam no Perímetro. “Fato não verdadeiro”, porque esses técnicos não influenciavam na opinião dos produtores, mas entendiam que esses produtores não estavam suficientemente preparados para assumirem a responsabilidade da administração geral do perímetro.

Depois de muita insistência por parte dos técnicos da Codevasf-Sede, o repasse de grandes quantias de dinheiro para as organizações, não sendo criteriosos e exigentes nas prestações de contas dos repasses, mostrando a facilidade de acesso a recursos e contatos diretos com técnicos da Codevasf/Sede/Brasília, os representantes dos produtores cederam, ignorando a falta de preparo que o caso requeria. Eles passavam a conseguir tudo que queriam. Desde objetos simples, até a montagem de escritórios para as organizações, com móveis de última geração, maquinário pesado (caçamba, tratores e implementos, etc,..), carros (quando um era batido comprava-se outro com facilidade), contratação de prestadores de serviços para as organizações, viagens para visitar novas experiências em cooperativismo e tecnologia em sistema produtivo com irrigação.

5.2 – Do ponto de vista do produtor

O depoimento das pessoas que vivenciaram e continuam vivenciando as suas mudanças constitui o material que permite a compreensão da trama dos relacionamentos sociais, como também do lugar dos objetos, da construção do espaço e das características ambientais. Sabe-se, no entanto, dos limites de compreensão ou de reconstrução desse passado, pois:

“...na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado(...). Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Nesse esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar (logo a alterar) o conteúdo das memórias.”
(Bosi, Apud, Gonçalves, 2004, p.10).

Mergulhar no passado de um grupo é buscar vestígios por onde se intenta a reconstrução de uma forma de existência, em que as condições concretas do vivido, muitas vezes, já desapareceram e aquilo que permanece sofreu modificações, ganhou novos significados através do processo coletivo da adaptação a contextos novos, construídos na trama contínua das relações sociais e nos contatos interculturais de relações diretas ou mediatizadas por objetos, informações, imagens etc. Este passado se atualiza como presente que se faz na história vivida e não da história aprendida, ou como no dizer de Nora, Apud, Gonçalves, 2004, p. 12:

“ ...é a vida sempre carregada por seres vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente

de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptíveis de longas latências e de repentinas revitalizações (...) um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”.

O Perímetro Irrigado de Maniçoba foi implantando em 06 etapas. Os produtores chegavam em grupos e iam se instalando nos lotes que estavam preparados para serem explorados. Os produtores para serem assentados, passavam por um treinamento de 15 dias, que incluía desde o cultivo da produção irrigada até as normas de convivência em comunidade.

A origem dos produtores é bastante variada, desde o próprio espaço desapropriado para implantação do Perímetro até de outros estados.

A chegada para alguns produtores não foi nada fácil, pois, segundo eles, alguns tiveram que morar embaixo de árvores ou em casas alugadas em povoados da circunvizinhança, enquanto as casas construídas em núcleos habitacionais fossem entregues.

Para iniciar a exploração dos lotes agrícolas, os assentados receberam recursos públicos a fundo perdido, através da Sudene, com o compromisso de devolverem as sementes. A mão-de-obra e demais despesas corriam para conta desse programa. Depois tiveram financiamento através do Banco do Brasil para o plantio de cebola, tomate, melancia, feijão. Todas culturas de ciclo curto.

Para alguns produtores “não foi fácil porque não conheciam a maioria das pessoas, mas não houve nenhum trauma”. “Foi bom ter vindo. Viria quantas vezes fosse preciso”. As condições aqui foram melhor que antigamente. Mas questiona: “Quando

vamos ser donos do Perímetro, já que a Codevasf tem passado tudo para a Prefeitura e o Estado?” Após este questionamento o mesmo produtor diz: “Não quero que o Perímetro seja emancipado”. Ouvimos relato dessa forma: “Vim pra aqui foi melhor 95% porque vivia na área de sequeiro. Foi ruim porque fiz dívidas. Produzir e não ter preço, fui acumulando dívidas. Mesmo com as dívidas não me arrependi de ter vindo. Uma das coisas boas foi conviver com outras pessoas que não conhecia”.

- “No tempo do assentamento, aqui era sossegado, não tinha roubo, deixava adubo e tudo mais na beira da estrada”.

Todos os entrevistados afirmaram que em relação à educação e saúde foi positivo, pois ficou mais fácil o acesso a esses serviços.

- “Nunca encontrei moleza, coisa boa aqui não, só dificuldade. Depois... começamos tirar empréstimos no Banco do Brasil. As coisas eram difíceis. Só fico aqui porque tenho um lugar certo para ficar. Sei aonde anoitecer e aonde amanhecer”.

O mesmo produtor diz:

- “Uma coisa que me chama atenção é a administração. A Codevasf é uma mãe. Deu todo apoio à cooperativa e por falta de administração ela se acabou. A gente encontrou dificuldades e facilidades, a gente não soube aproveitar o que foi dado”.

- “Quando peguei meu lote a maioria era conhecida e fomos nos conhecendo mais através dos treinamentos. Foi difícil, mas não tão difícil a convivência”.

- “Não me arrependi de ter vindo. A família arranhou algumas coisas. Os filhos estudaram. Adquiri mais conhecimento”.

- “Sair de lá foi melhor porque facilitou muitas coisas como: escola, saúde, transportes”.

De acordo com a pesquisa há o reconhecimento por parte dos produtores de que foi positivo terem sido assentados em um lote agrícola.

- “No início foi bom porque no início a Codevasf bancava a energia, a água, o que facilitava o lucro para o produtor que sobrava uma renda maior”.

- “Depois da emancipação foi ruim porque o produtor teve que arcar com todos os custos e dificultou porque se tratando de pequeno produtor ele é descapitalizado”.

- “Os altos custos está inviabilizando praticar agricultura irrigada pelo pequeno produtor”.

A pesquisa demonstra que os pequenos produtores ainda hoje consideram de responsabilidade da Codevasf, bancar os custos de operação e manutenção do Perímetro.

- “Os moradores da região, mesmo os desapropriados não quiseram no início os lotes, porque houve boatos de que os colonos iam ser escravizados e não tinham o direito à produção. Era o comunismo. A Codevasf teve que chamar de outros Estados. Só

depois é que eles viram que os produtores estavam ganhando dinheiro, aí é que (os que não aceitaram no princípio) despertaram, mas só restavam 32 lotes que foram sorteados”.

- “Quando receberam o lote, pensavam que não iam pagar a terra. Só depois é que ficaram sabendo e causou muita insatisfação”.

Como constatamos, os relatos são cheios de contradições, ora elogiam a Codevasf, ora atacam.

Fica evidente também pela pesquisa que o pagamento da titulação da terra, continua sendo um problema a ser resolvido.

O Sr. Vavá (produtor) faz o seguinte relato:

- “Aconteceram reuniões na Codevasf para definir o que plantar. O 1º plantio foi de feijão de corda e melancia, por conta própria porque não tinha custeio por ser final de ano. No primeiro trimestre de 1982, plantaram com custeio do Banco do Brasil, as culturas de melancia e tomate industrial. De 1982 a 1987 o Grupo de Representação atuou com as comissões já citadas, para organizar a comunidade. Alguns produtores atuaram como presidente do grupo. Em 1987 foi criada a CAMPIMA – Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores do Projeto Maniçoba. Em 1988 tem início o Programa de Emancipação com a administração da CAMPIMA e ACOPIM-Associação dos Produtores do Perímetro Irrigado de Maniçoba. A CAMPIMA assumiu a administração da Operação/Produção e a ACOPIM assumiu a administração da Manutenção/Produção”.

- “Através da Cooperativa e da Associação eram repassados aos produtores associados insumos adquiridos com empréstimos contraídos junto o BNB no período de 1988 a 1989”.

- “A mudança foi muito grande. Antes não tinha água, porque morava na área de sequeiro. Praticava agricultura de sequeiro. Morava de forma isolada. Aqui a vantagem era morar em comunidade. Buscava apoio para se fortalecer. Lá não tinha segurança. Não tinha ninguém para nos acompanhar. Aqui tinha uma equipe da Codevasf. Assistentes Sociais, Agrônomos, Técnicos Agrícolas. Havia um trabalho em torno dos colonos que trouxe uma transformação no nível social da família. Um privilégio. Sentimos falta desse trabalho, principalmente o social. O trabalho técnico está perfeito, mas o social a gente queria que fosse diferente”.

- “Depois houve o momento da emancipação. Apesar da idéia que foi boa, botar os donos da casa para administrar o que é nosso. Mas na prática não foi perfeito. Saí do mundo diferente que não tive oportunidade de estudar. Cheguei aqui em outra realidade. Chegar na gerência (presidente da cooperativa)! Nunca tinha se reunido na vida e de repente está na gerência. A emancipação devia ter sido mais lenta. Você não saber nada e receber das mãos dos doutores. A intenção foi boa, mas o momento nem a forma não foi adequado. O pensamento da Codevasf era fazer naquela época. Tinha que ser bem trabalhada e passar não na hora que a gente sentia, mas no momento que ela sentisse que era o momento”.

- “Sair da vida isolada e vim morar em comunidade já é um choque. A mudança está em vários itens. Viver em sociedade trouxe um processo de conhecimento. Uma aprendizagem. Visitar outras realidades. Saí de um lugar que tinha medo de doutor e chegar a estar no mesmo lugar, participando do mesmo hotel, restaurante”.

- “Visitamos muitas Cooperativas: Cutia em São Paulo, Castrolândia no Paraná, Cooperativa Aurora em Bento da Silva no Rio Grande do Sul, Cavil em Santa

Catarina. Visitamos também o Vale do Itajaí em Santa Catarina, Centro de Pesquisa da Embrapa em Chapecó em Santa Catarina, Centro de Pesquisa da Embrapa em Brasília”.

- “Ganhei o Prêmio Produtividade em 1988. toda essa experiência foi uma grande aprendizagem. Hoje eu sinto saudade da gestão da Codevasf daquela época. Gostaria que ela estivesse mais presente, principalmente na área social”.

- “Em 1994 aconteceu a implantação da fruticultura. Nesse momento, técnicos e produtores chegaram a conclusão que não era mais interessante continuar com cultura de ciclo curto aí então veio o Projeto tão esperado que se chamou “Projeto de Vida” para o pequeno produtor, por ser criado a partir do anseio do pequeno produtor. Esse projeto teve como parceiros o BNB/PNUD, Codevasf, Embrapa, EBDA”.

- “Apesar da união de todos os produtores e parceiros em torno, o projeto foi frustrado porque o BNB apesar de todo investimento, o próprio banco desconsiderou o que estava no projeto e utilizou a política anterior”.

Analisando a pesquisa realizada, constatamos que a política de emancipação dos perímetros irrigados tem sido discursada pela Codevasf, como reconhecimento de que os pequenos produtores são os agentes e usuários do sistema de irrigação e que portanto estes devem sair da condição de meros expectadores da ação do Estado, para assumirem o papel de gestores nesse processo, qual seja, o de gestores dos perímetros irrigados.

Segundo Leal, 1996, a emancipação de perímetros irrigados do nordeste é um exemplo do processo de liberalização do Estado brasileiro. Uma das concepções da chamada “gestão descentralizada e participativa”. Pressupõe usuários e sociedade

responsáveis e introduz assim mudanças profundas nas relações entre o Estado e os cidadãos.

A pesquisa revelou que durante a implantação do Programa de Emancipação foram observadas distorções ocasionadas pelo impacto causado às organizações dos produtores, pelas atividades de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum, face a complexidade das atividades técnicas, por suas características serem completamente diferentes daquelas de apoio à produção, função básica daquelas organizações. Além disso, a estrutura organizacional das associações/cooperativas, adotavam o regime presidencialista, concentrando numa única pessoa a decisão sobre todas as tarefas, inclusive as de operação e manutenção que evidentemente não possuíam o domínio.

Com a tentativa de emancipação dos perímetros, os pequenos produtores foram convocados a assumirem através de suas organizações, a posição de administradores dos recursos públicos existentes naqueles perímetros, como fatores imprescindíveis ao desenvolvimento dos seus negócios.

A administração desses espaços, com características não apenas físicas e tecnológicas, mas e principalmente econômicas, políticas e culturais, foi pensada e posta em prática sem contemplar devidamente a importância e necessidade da contribuição dos pequenos produtores nas decisões a serem adotadas, esquecendo que estes produtores são os agentes e usuários de todo o sistema.

O processo de emancipação, no nosso entendimento, deveria ter sido um processo pedagógico, pois esse incluía tarefas com bastante complexidade que deveriam ser assumidas por esses pequenos produtores e outras, embora contando com um suporte institucional, deveriam em seu todo serem programadas e executadas por aqueles que seriam emancipados.

Capítulo VI

Dinâmica Interna e Fatores Externos que influenciam nos Perímetros Públicos Irrigados

6.1 – Organização de Produtores

O desenvolvimento agrícola do Vale do São Francisco vem sendo estimulado há vários anos através de programas de assentamentos de produtores em áreas irrigadas. Uma grande parcela de produtores em pequenas áreas necessita de uma organização adequada tanto da produção como da comercialização, para viabilizar-se e acompanhar o desempenho. Com relação a isso, Peixoto (2000) ressalta que com a expansão do capitalismo no campo vai se dando um declínio dos laços comunitários, pois vai se instalando uma nova base produtiva que acarreta novas exigências de qualidade e de competitividade para a produção agrícola, portanto também modificando as relações sociais e de produção.

Mesmo com a diversificação e a especialização do processo produtivo que vem se consolidando no campo, não se tem constatado uma melhoria significativa na vida dos pequenos produtores. Embora, colocado no cenário agrícola competitivo, a lógica da agricultura continua a mesma, isto é, não pressupõe o lucro e sim sua reprodução como produtor independente, como afirma Barros e Baiardi (1992; 1999), das áreas empresariais nos perímetros irrigados.

Dentro desse contexto está a maioria das organizações de produtores estimulada na sua criação pela Codevasf, na década de 70, e os perímetros aqui estudados, do início da década de 80, que mesmo com o apoio da empresa, na locação de recurso humanos, técnicos, de infraestrutura e financeiro de forma muitas vezes paternalista, não conseguiram sobreviver por muito tempo.

Com a política de emancipação dos perímetros, em meados da década de 80, foram criadas cooperativas ou outras formas de organizações, administradas pelos produtores com o objetivo de operacionalizar e manter toda infra-estrutura dos perímetros.

As cooperativas e a Associação atravessaram vários períodos de crise e no momento encontram-se inativas. Essa situação foi provocada, segundo alguns

cooperados / associados, pela má administração, fator que acarretou um processo de inadimplência generalizada dos agricultores.

As organizações de produtores, de modo geral, têm abrigado um quadro de diversos produtores, que em sua maioria, não partilham dos objetivos e propósitos de suas organizações, não estando conscientes no que se refere à fase de co-gestão em que se encontram. Os produtores deveriam estar mais conscientes sobre o que significa Emancipação, da necessidade de trabalharem juntos às suas organizações e de seus direitos e deveres frente a elas.

As organizações de produtores nos perímetros enfrentam diversos problemas que inviabilizam a conquista da autogestão.

Um grave problema que se evidencia nas organizações é a falta de credibilidade germinada reciprocamente entre associados e dirigentes, produtores e Codevasf. Os associados não acreditam nos seus dirigentes, os dirigentes não confiam nos associados. Os produtores, na sua maioria, não acreditam na Codevasf.

A Comercialização da produção é também um problema. Precisa haver uma melhor articulação da produção com a comercialização.

A história das organizações de produtores no Perímetro Irrigado de Maniçoba é bastante parecida. Fazendo uma leitura da trajetória dessas organizações e ouvindo técnicos que atuam no perímetro desde o início de seu funcionamento constata-se que, por exemplo: a ACOPIM – Associação dos Produtores do Perímetro Irrigado de Maniçoba, foi formada por um grupo de parentesco. Plantavam culturas anuais. Quando da implantação da fruticultura começou a haver uma certa individualização entre os produtores e começam a aparecer os problemas. Sempre eram as mesmas pessoas que

compunham a diretoria. O máximo que eles faziam era trocar de cargo. Percebia-se que os diretores tinham certos privilégios sobre bens que existiam na associação, como tratores, planos de fruticultura, empréstimos bancários (primeiro eles, depois se sobrasse dividia entre os associados). Era tão forte a incorporação do cargo que um determinado associado ficou até hoje conhecido pelo pré-nome mais o título do seu cargo (fulano presidente). No início, a administração da associação funcionou bem, mas logo veio o descrédito dos produtores, o que tinha a ver com a não renovação da diretoria e com os demais problemas acima citados. A interferência dos produtores na gerência da associação era freqüente e muitas vezes prevalecia a opinião do produtor, o que causou muitos atritos com o gerente.

A CAMPIMA – Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores do Projeto Maniçoba, iniciou sua gestão com o plano de fruticultura. Também no início a gestão foi considerada boa e teve um bom potencial de comercialização de goiaba e coco. A crise da goiaba (nematóide), a do coco (baixo preço), culminou com o abandono parcial dessas culturas e erradicação das mesmas, o que reduziu a renda do produtor, dando-se início a primeira crise com a implantação da fruticultura. Depois, a gestão se transformou num dos maiores problemas. Perdeu-se o controle de despesas e receitas. Em meio a uma crise foram contratados 03(três) empregados. Não havendo condições de pagar, esses empregados foram reclamar na justiça do trabalho. Por fim, os produtores estavam sem motivação e sem confiança, chegando ao ponto de ser nomeada uma diretoria por não haver quorum para eleição. A diretoria não tomava decisões de forma participativa. A comercialização tinha muitos problemas, chegando a acontecer o fato de o dinheiro da comercialização ser muitas vezes depositado na conta da cooperativa ou na conta do gerente e não haver repasse para o produtor, na data combinada. Percebia-se uma certa discriminação em relação a alguns produtores, por exemplo, quando havia financiamento, muitas vezes por problemas pessoais, esses não eram contemplados.

A CONFRUMAN – Cooperativa Agrícola Mista dos Fruticultores de Maniçoba começou como cooperativa “Modelo”, composta por produtores considerados como bem sucedidos e na sua maioria os associados eram agrônomos e técnicos

agrícolas, com bom potencial de comercialização. Um grupo pequeno e fechado, contando apenas com 20 a 30 produtores. Aparentemente tinha tudo para dar certo.

Uma característica comum às entidades era a concentração do poder. A diretoria circulava entre um pequeno grupo. Todos que assumiram a direção se apropriavam de um poder e se distanciavam dos produtores associados. As gestões não aconteceram de forma participativa. As decisões eram tomadas sem ouvir a maioria dos associados.

O problema determinante para o seu fechamento foi a comercialização efetuada na forma de consignação (250 t de manga). Esta forma de comercialização causou prejuízos enormes para os melhores produtores da cooperativa. Essa cooperativa teve um curto período de existência. Foi fundada em 2000 e fechada em outubro de 2004.

Tem-se constatado também como um grande problema enfrentado pelas organizações, a dificuldade de sobrevivência enquanto empresa e associação de produtores. Tentando solucionar esse problema, está sendo estruturada uma nova cooperativa – Grupo Manga Brasil, com uma estrutura de Packing House. A Associação dos Pequenos Produtores de Manga do Perímetro Irrigado Maniçoba – APMB, fundada em 2004, foi idealizada por um grupo de pequenos produtores que sentiu a necessidade de melhorar a forma de comercialização, ou seja, eliminar o atravessador e vender de forma direta a sua produção. O pleno funcionamento da Manga Brasil está previsto para abril/06, quando deverá estar concluído o Packing House (conclusão da estrutura prevista para Mar/06). A formação dessa nova cooperativa seguiu os seguintes passos:

- Exposição da idéia para a Codevasf e Assistência Técnica e Extensão Rural-

ATER

- Reunião com grupos de produtores e ATER-Agosto/2003;

- Realização de reuniões de sensibilização com os produtores – ATER;
- Assembléia Geral com Produtores;
- Inscrição dos produtores na Associação;
- Reuniões (5) com grupos de produtores para construção do Estatuto;
- Assembléia para aprovação do Estatuto e Eleição da Diretoria;
- Oficina para Planejamento Estratégico Participativo das ações para 2005;
- Reuniões com a Codevasf e Sebrae para execução do planejamento;
- Participação em diversas feiras e rodadas de negócios;
- Assinatura de Ordem de Serviço para construção do Packing House;
- Comercialização em caráter experimental, no período outubro/dezembro/05, através da Bolsa de Comércio de Pernambuco.

O início da implantação da fruticultura se deu a partir de 1989, quando a Codevasf instituiu, no âmbito do Acordo de Empréstimo número 2.719/BR, firmado com o BIRD, um programa de fomento às Culturas Frutíferas. Esse programa financia a implantação da fruticultura em condições especiais e foi determinante para a iniciação de milhares de pequenos produtores na atividade frutícola (Codevasf, 2001, p.24).

A Codevasf, por meio do programa Fruta do Vale, tem atraído investidores e mudado o perfil da economia dessa região, incentivando a implantação de culturas frutícolas, a partir da introdução de novas tecnologias e da gestão compartilhada de organismos internacionais, governos estaduais, universidades, órgãos de pesquisa e empresários (Codevasf, 2001, p24)

Nos perímetros de irrigação implantados pela Codevasf, a área cultivada atinge 33.000 ha, no que se refere à fruticultura de caráter permanente. Incorporando as áreas privadas, somam 80.000 ha (codevasf, 2001, p24).

Com o programa Frutas do Vale, o vale do São Francisco deixou de ser apenas uma região de grande potencial, para se transformar em uma nova fronteira agrícola, que se espalha por mais de 300.000 ha, e apresenta resultados expressivos: de cada 100 mil toneladas de frutas produzidas, quarenta mil são exportadas; dos 160 milhões de dólares que o Brasil exporta, 65 milhões provem do vale do São Francisco (Codevasf, 2001, p24)

Segundo Relatório de Avaliação dos Serviços de ATER/2005 comercializou-se manga de alguns produtores de forma direta, sem passar pelos tradicionais packing houses da região. Um maior volume de manga não foi comercializado, apesar da demanda, em virtude da baixa qualidade e pequeno volume da fruta produzida no primeiro semestre. Sugere o mesmo relatório que a associação Manga Brasil deve trabalhar, juntamente com a equipe de ATER, o escalonamento da produção entre seus associados, buscando trabalhar também a qualidade da fruta.

A adoção de novas tecnologias na produção e na comercialização na agricultura, agrega valores aos produtos. Os primeiros esforços de exportação da manga datam de 1987

com volumes incipientes, demonstrando assim a fragilidade e amadorismo dos produtores da

região (Valexport 2005). No entanto, programas como PIF⁹ - Programa de Produção Integrada

de Frutas e Programa de Monitoramento das Moscas das Frutas (tendo por finalidade

atender exigências de exportação para países a exemplo dos Estados Unidos e Japão), têm permitido a determinados produtores de manga realizarem uma melhor comercialização, ou seja, praticar a comercialização de forma mais organizada, permitindo também a exportação para mercados internacionais, sem intermediação de tradicionais packing houses da região (observar figura 9).

Apesar desses avanços, as avaliações realizadas pela equipe de ATER-Assistência Técnica e Extensão Rural (Codevasf, 2005), têm detectado a necessidade de melhorar o escalonamento da produção e a qualidade da fruta, entre os pequenos produtores.

Figura 9

Manga – Tipo Exportação – Lote 19 – Perímetro Irrigado Maniçoba



Fonte: Codevasf 2005

⁹ Conjunto de técnicas voltadas à produção de alimentos de alta qualidade, utilizando técnicas de manejo de culturas que assegurem a manutenção dos mecanismos de regulação natural da cultura e das pragas (Ministério da Agricultura).

Segundo a Codevasf, a capacitação e a organização dos produtores rurais é o principal objetivo do Programa Organizar para conscientização de uma gestão empreendedora de seus negócios, de suas organizações e do Perímetro Irrigado. Esse trabalho de organização de produtores visa, principalmente, ao desenvolvimento integral do indivíduo e se baseia na valorização do conhecimento dos “sujeitos” da ação, fortalecendo a prática da cidadania por meio da participação e análise crítica da realidade (Codevasf, 2001,18).

Para Zapata (2000), as pessoas possuem alguns marcos conceituais e saberes a partir dos quais se produz a aproximação ao novo. A aprendizagem é um processo de reorganização interna do sujeito que aprende. A aprendizagem é um processo dialógico de produção de novos conhecimentos. No caso da capacitação, esses novos conhecimentos são direcionados para o mundo do trabalho, da capacidade empreendedora, e da prática social. A capacitação é assim compreendida como um processo de mudança de comportamento.

A Proposta Pedagógica adotada pela Codevasf – 6ªSR na execução dos trabalhos, tem como princípio básico a educação como um processo criativo, destinado a constituir e apoiar conhecimentos, para aplicá-los na transformação recíproca do sujeito e do objeto (a realidade). Considera a participação reflexiva como processo gerador de consciência que permite ao sujeito e à comunidade compreenderem o que fazer para encontrar soluções adequadas aos problemas e dificuldades vivenciadas.

A participação assim concebida permite aos diferentes atores, internos e externos, promoverem o “Diálogo de Saberes”, quando os conhecimentos científicos e técnicos se interagem com as experiências da comunidade. Essa troca permanente de saberes em torno da análise e da intervenção sobre a realidade permite aos sujeitos envolvidos nos trabalhos, avançarem de um estado de participação instrumental,

baseado simplesmente no fazer, para uma participação conceitual, fundamentada no ser, onde o indivíduo desenvolve seu nível de consciência, através da reflexão. Este estado superior de participação equivale à autogestão, possibilitando ao indivíduo e a comunidade tomarem decisões e assumirem o gerenciamento de suas ações e projetos de desenvolvimento. (Sanin, 1992).

Nos últimos 08 anos, a Codevasf vem desenvolvendo um trabalho junto aos produtores dos perímetros irrigados, no sentido de capacitá-los para que através de organizações, sejam gestores autônomos dos perímetros. Para isso tem-se buscado executar um programa de trabalho fundamentado no princípio da capacitação enquanto processo participativo, de cunho educativo, como recurso importante para que sejam alcançados coletivamente os objetivos desejados. Em 1998 a Codevasf através da 6ª SR, iniciou um trabalho de construção de um Plano Integrado de Desenvolvimento, obedecendo a um processo educativo e participativo onde os produtores participaram ativamente ou através de representação em todas as etapas de elaboração do referido plano.

O Perímetro Irrigado de Maniçoba foi escolhido como experiência piloto, estendida essa experiência aos Perímetros de Mandacaru, Curaçá e Tourão todos sob a jurisdição da 6ªSR.

A construção dos referidos planos levou um tempo médio de 9 a 11 meses de trabalho.

As bases metodológicas desse trabalho contemplaram os fundamentos da metodologia GESPAR (Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local Sustentável) utilizada pelo Banco do Nordeste/ PNUD e a DACO (Didática de Apropriação e Construção do Conhecimento), proposta pedagógica elaborada por Alberto Sanin Peña. Tanto a GESPAR quanto a DACO aplicam essas metodologias visando à transformação da realidade local e provocar mudanças de comportamento nos sujeitos, protagonistas do

desenvolvimento. Esse modelo considera a referida participação como um processo de consciência que permite ao indivíduo e à comunidade, ao discutirem seus problemas, compreendê-los e desenvolver vínculos de compromisso com as soluções apresentadas. Permite também aos produtores e aos técnicos promoverem o “Diálogo de Saberes”.

O trabalho de construção dos referidos Planos constou das seguintes fases:

Fase I – Contatos mantidos com os representantes locais das entidades representativas dos produtores para apresentar a proposta de trabalho;

Fase II – Mobilização Comunitária;

Fase III – Diagnóstico Participativo;

Fase IV – Planejamento Participativo;

Fase V – Execução, Avaliação e Acompanhamento.

No Perímetro Irrigado de Maniçoba, além dos produtores e suas organizações, participaram de todo o processo de construção do Plano: Codevasf – 6ªSR; Embrapa/CPATSA; Banco do Brasil; Banco de Nordeste; Sebrae – Juazeiro; Prefeitura Municipal de Juazeiro-BA, através das Secretarias de Saúde e de Educação; IBAMA; EBDA/Juazeiro-BA; FETAG/Juazeiro-BA; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro-BA; Escolas do Perímetro e Representantes das Comunidades da circunvizinhança do Perímetro.

O Plano foi elaborado tomando por base três eixos de atuação: Produção, Operação/Manutenção e Desenvolvimento Social.

Esse trabalho foi executado pela Codevasf através da contratação de consultoria e de técnicos do seu quadro, lotados no setor de produção da 6ªSR, com o apoio da Divisão de Produção da Sede da Empresa e demais empregados da Superintendência Regional.

Outros trabalhos semelhantes foram desenvolvidos no Perímetro pelo BNB/PNUD e Sebrae.

Apesar de ter sido trabalhada durante todo o processo a autonomia dos produtores, para a realização das ações e, apesar de eles mesmos reconhecerem a importância da execução dessas ações, percebe-se uma grande dificuldade desses produtores em assumirem o seu mando. Não foi possível a constituição de um Comitê Local para coordenar os trabalhos. A partir do momento que não existe uma coordenação, a responsabilidade na execução das ações se dilui.

6.2 – Assistência Técnica e Extensão Rural

A implementação da agricultura irrigada em áreas ocupadas historicamente com atividades agropecuárias tradicionais, onde predominam agricultores com baixo nível de inserção no mercado e com limitado conhecimento técnico, representa um desafio à modernização e incorporação à economia. O desenvolvimento de tecnologia moderna e a introdução de novos processos de trabalho na agricultura irrigada exige maior conhecimento técnico gerencial (Codevasf,2001,p.20).

Para tanto, a Codevasf proporciona Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER aos pequenos produtores dos Perímetros Irrigados, na capacitação e no envolvimento participativo no processo de produção.

O processo de capacitação não se limita apenas à transferência de conhecimentos técnicos sobre a adoção de novas tecnologias e sobre a forma inovadora de produzir, requerida pela agricultura irrigada. A capacitação provoca mudanças na “visão do mundo” e no comportamento do produtor, a partir de alterações adotadas no seu processo de trabalho e nas condições de vida.

6.3 – Fatores que Obstaculizam o Desenvolvimento

Fazendo uma análise da atuação da Codevasf na execução de programas de capacitação e desenvolvimento de produtores verificam-se que os resultados produzidos não são satisfatórios aos investimentos realizados.

A preocupação de setores da Codevasf com a adoção da metodologia participativa nos programas de capacitação de produtores, remonta ao início da implantação dos perímetros, apesar das iniciativas não terem sido constantes, e adequadamente planejadas e integradas com todos os programas/setores da empresa.

Apesar dos investimentos aplicados até o momento na capacitação tecnológica e gerencial de produtores e técnicos, podemos afirmar que a maioria dos produtores ainda necessita da orientação da Assistência Técnica e Extensão Rural para ação num processo educativo. Constatamos que é baixo o percentual de produtores que já possuem condições de receberem apenas a assistência técnica, ou seja, uma capacitação voltada especificamente para o aspecto tecnológico.

A inexistência de um processo sistemático de avaliação dos programas de capacitação e desenvolvimento de produtores impossibilita constatar de forma mais precisa os erros e acertos sobre os resultados alcançados. Alguns fatores limitantes podem ser destacados:

- Desarticulação das ações – existe uma grande dificuldade da empresa em desenvolver um trabalho articulado ente Sede e Superintendência e mesmo entre os setores da própria Superintendência. Esta dificuldade tem gerado superposição de ações e insatisfações intersetoriais. Essa desarticulação interfere no resultado da capacitação porque desmobiliza e provoca um clima de descrédito.
- Imediatismo – o imediatismo tem pautado as ações da empresa, embora tenha havido investimento no corpo técnico para trabalhar com ações educativas. O trabalho educativo além de sempre ter sido realizado sobre ações pontuais; não tem atingido todos os segmentos da empresa. Por não existir planejamento de longo prazo as propostas de capacitação têm atendido a objetivos circunstanciais, sem interação com um plano de trabalho da empresa como um todo. Por essa razão, mesmo as ações que possuem caráter educativo não realizaram e/ou realizam processos de avaliação e acompanhamento de forma sistemática.
- Descontinuidade das Ações – os programas de capacitação têm se constituído de iniciativas esparsas e desintegradas com os demais programas dos diversos setores. Na sua maioria as ações desenvolvidas são interrompidas antes de se cumprir o prazo previsto para a sua conclusão. Essa descontinuidade tem gerado descrédito perante os produtores e técnicos, além de inviabilizar a aferição de resultados.
- Verticalismo das Ações – As decisões de capacitação nem sempre correspondem com a real necessidade dos produtores. Sendo o tempo de permanência dos dirigentes na Empresa, provisório, as decisões assumidas quase sempre não se consolidam. Por conveniência dessa provisoriedade muitas atividades e/ou projetos são delegados a “pessoas de confiança”. Assim sendo, essas ações correm o risco de se perderem por falta de uma articulação adequada com os processos de trabalho da Empresa.
- Pouca participação e desmotivação dos produtores – o individualismo e o imediatismo das ações têm sido uma prática constante na vivência dos produtores. Vale salientar que esses elementos não são novos na postura do povo brasileiro, principalmente do nordestino. Eles estão vinculados à nossa formação sócio-cultural. Embora convivendo em um novo espaço, dito

“modernizado”, não se pode deixar de associá-lo à origem cultural dessa gente, resultado de uma gênese no quadro de uma sociedade patriarcal e patrimonial, que redundava em uma baixa dotação de capital social, daí a pouca confiança recíproca, como salienta Baiardi (1995).

Aliado a isso existe uma acentuada falta de organização. Zapata (1997) ressalta que o investimento na capacitação dos produtores oferece meios para que os cidadãos possam desenvolver seu potencial e produzir bens e riquezas para suas famílias e seus municípios. Também estimula uma postura protagonista e mais ativa das pessoas, na busca de uma solução para os próprios problemas. Como consequência desse novo posicionamento cresce a participação na gestão pública local.

É comum ouvir de alguns produtores expressões como: “o produtor reúne mas não se une, nenhum toma pra si a responsabilidade”.

Os Produtores ainda esperam muito da Codevasf. Mesmo sabendo dos seus problemas e querendo solucioná-los ficam esperando que a empresa resolva as coisas por eles. Outros fatores que têm causado ao perímetro sérios problemas tem sido a inadimplência junto às instituições financeiras, porque tem impedido ou dificultado novos investimentos na sua parcela, bem como em relação à tarifa d'água, uma vez que o recurso proveniente dessa arrecadação é destinado a amortização e conservação da infraestrutura de uso comum existente. Mas com todo esse quadro, não podemos deixar de observar que a organização se constitui como espaço fecundo para o reordenamento do poder local.

6.4 – A Emancipação que não se completa

O Programa Autonomia é relevante na Codevasf por tornar realidade um antigo sonho dos irrigantes: sua emancipação, que se dá quando os produtores assumem a gerência do empreendimento por meio de organizações de produtores, denominadas Distrito de Irrigação (Codevasf, 2001, p.22).

O Distrito de Irrigação é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter coletivo, na qual a participação do irrigante é compulsória. A área de atuação do Distrito abrange toda a área do perímetro irrigado, assistindo aos produtores na exploração de seus lotes e na manutenção da infra-estrutura de irrigação e proteção do patrimônio edificado.

A política de emancipação reduz a ação do Estado nas atividades econômicas e estimula os produtores ao associativismo e à formulação de planos de produção, em que indicam as demandas de créditos e projetam oportunidades de negócios. (Codevasf, 2001).

Essa política tem sido objetivo da administração da Codevasf desde 1985, com a justificativa de que “os pequenos produtores são os agentes usuários do sistema de irrigação e que estes deveriam sair da condição de meros espectadores da ação do Estado, para assumirem um papel ativo neste processo, qual seja, o da gestão dos perímetros irrigados”.

Assim, “Emancipação de Perímetros Irrigados é o assumir pelos irrigantes as decisões inerentes ao funcionamento e a operação dos Perímetros em seu todo, contando para tal com recursos humanos, financeiros e logísticos, junto a instituições federais, estaduais e municipais para a execução de tarefas específicas”¹⁰.

No entanto, “a emancipação de perímetros Irrigados é um processo que exige do irrigante, conhecimentos, consciência e percepção de todo o complexo de atividades, o que lhe possibilitará organizar-se para assumir a administração do Perímetro e adquirir capacidade de gestão administrativa, econômica e financeira”.¹¹

“A emancipação, que se formaliza através de ato do Ministro, consiste no reconhecimento do status de completa independência do perímetro irrigado: o perímetro emancipado deve ser capaz de gerar, internamente, os recursos necessários à operação, manutenção e administração da infra-estrutura de uso comum.”¹²

Os recursos repassados para os projetos de irrigação mediante a modalidade de

“transferências voluntárias,” são recursos orçamentários da União, assim, nos termos do caput do art 25 da Lei nº 6.662/79, a propriedade das obras de infra-estrutura de irrigação implantadas com tais recursos será do Governo Federal, não podendo o instrumento de convênio estabelecer de forma diversa, pois não pode contrariar a Lei (acórdão do TCU, 2003).

¹⁰ FIGUEREDO, M. e CAVALCANTE, S. Emancipação de Perímetros Irrigados da Codevasf. Brasília. 1998.

¹¹ Ibid.

¹² Ibid.

O parágrafo 9.2.2 do referido Acórdão acrescenta: os projetos são executados pelo Estado ou Município, mas com recursos federais repassados mediante convênios. Portanto, os irrigantes devem amortizar os investimentos feitos nas infra-estruturas de irrigação, conforme estabelece o Poder executivo, nos termos do art.24, § 3º da Lei nº 6.662-79.

Em auditoria operacional em março/2002 o TCU recomenda ao Ministério da Integração estabelecer prazos de emancipação para Perímetros e extinção de Perímetros, devido á sua inviabilidade econômica.

Desde 1986 quando foi iniciada a política de emancipação, hoje intitulada de Transferência de Gestão, nos perímetro são realizadas obras de reabilitação.

Reabilitação esta, entendida como processo pelo qual é feita a recuperação da parte de infra-estrutura dos projetos, que tiveram problemas e falhas em sua construção, acarretando assim sérias dificuldades na parte de irrigação e drenagem. Até então essas obras de reabilitação eram coordenadas diretamente pela Codevasf.

No segundo semestre de 2004 mais um programa de reabilitação dos Perímetros Públicos foi iniciado, desta vez sob a coordenação direta do Ministério da Integração

Nacional e envolvimento da Secretaria da infra-estrutura Hídrica, Departamento de Desenvolvimento Hidroagrícola e outros órgãos como Codevasf, Embrapa e DNOCS, formando assim uma Equipe Interinstitucional.

Esse trabalho foi intitulado de Diagnóstico dos Perímetros Públicos Irrigados com o objetivo de obter uma visão sistemática dos empreendimentos e as suas contribuições para o desenvolvimento regional e como desdobramentos foram planejadas ações de reabilitação para os perímetros em via de Transferência de Gestão, em substituição ao PROEMA – Programa de Emancipação dos Perímetros Irrigados.

Visando proporcionar aos produtores as condições necessárias ao processo de autogestão, a Codevasf em Fevereiro/1988 efetivou-se em Maniçoba a fase de Emancipação, através de contrato com as organizações de produtores.

O processo de emancipação desses perímetros deu-se através de reuniões, seminários e discussões com os próprios produtores. A partir daí foram assinados convênios entre a Codevasf e as organizações de produtores, ficando a cargo das organizações a administração, operação e manutenção dos perímetros.

Ao mesmo tempo em que acontecia o processo de emancipação, foi realizado pela Codevasf um trabalho de reabilitação, tendo por objetivo a recuperação e o melhoramento da infra-estrutura de irrigação, incluindo a drenagem subterrânea da área de colonização com problemas de salinização.

Em 1990, a Codevasf, objetivando o fortalecimento do processo de emancipação, retoma de forma mais efetiva, as atividades de assessoria no perímetro, através de um plano com título: Plano de apoio à produção agrícola dos perímetros irrigados, tendo como uma de suas metas “Dinamizar e organizar as cooperativas e associações existentes nos Perímetros, com vistas a legitimar seu processo de emancipação”.

A partir desse momento a Codevasf assume o papel de co-gestora no processo de administração do perímetro.

No período de fevereiro/julho/93 a área em apreço sofre uma intervenção através de um grupo de trabalho instituído pela diretoria executiva da Codevasf que faz as seguintes constatações

- a) Não havia “comando” sobre as atividades desenvolvidas, tanto por parte dos agricultores como pela Codevasf;
- b) A infra-estrutura de irrigação estava bastante deteriorada;

- c) A operação da infra-estrutura de irrigação era bastante deficiente;
- d) A situação financeira do Distrito de Irrigação estava crítica, com elevadas dívidas e receitas insuficientes;
- e) A área de colonização estava mal explorada, estando os pequenos produtores quase sem assistência, mal organizados e com elevadas dívidas junto ao agente financeiro Banco do Nordeste do Brasil.

Uma série de problemas relacionados com as obras de implantação, com o funcionamento, operacionalização e manutenção da infra-estrutura com a ineficiência da rede de drenagem e de falta de cuidados especiais com o uso do solo, etc, têm acarretado ao produtor graves dificuldades para satisfação de seus objetivos pessoais e coletivos e para realização das finalidades do próprio investimento público do projeto.

As obras civis de implantação do perímetro de Maniçoba iniciaram-se em outubro de 1975. Em agosto de 1980, parte da infra-estrutura de irrigação, (com 3(três) anos de construída e sem conservação), entrou em funcionamento. A ocupação foi completada em 1984, embora não tenham sido executadas plenamente as obras de implantação do Projeto.

Muitas são as iniciativas oriundas do governo, para revitalizar e dinamizar o processo produtivo. O que percebemos é a constante descontinuidade dos programas (não conclusão, falta de acompanhamento e avaliação).

Registra-se um descontentamento com a produção e produtividade do Projeto, uma frustração com a realização das finalidades sócio-econômicas que orientaram sua implantação e, objetivamente, problemas com a concepção da estrutura física do projeto, com a implantação da mesma e com o funcionamento do sistema de irrigação e drenagem (figuras 10 e 11).

Figura 10 Canal Terciário - sem conservação – Perímetro Irrigado Maniçoba



Fonte: Codevasf, 2005

Figura 11 Canal Secundário - sem conservação – Perímetro Irrigado Maniçoba



Fonte: Codevasf, 2005

6.5 – A Codevasf e o Processo de Co-gestão

Analisando a trajetória de trabalho da Codevasf através dos documentos específicos, ouvindo técnicos que vivenciaram essas experiências, acompanhando e mesmo executando esse tipo de trabalho, podemos observar que muitas foram as iniciativas de capacitação realizadas visando o desenvolvimento dos produtores, embora essas iniciativas nem sempre resultaram numa ação educativa permanente, consistente e integrada às demais ações da empresa.

A Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, tem sido o veículo mais utilizado pela Empresa para desenvolver programas que visam ao desenvolvimento de produtores, capacitando-os com tecnologias de produção agropecuária, em administração cooperativista, com manejo de técnicas facilitadoras de suas organizações e em outras relacionadas com o desenvolvimento rural.

Desde a época da CVSF e da Suvale até o momento atual, a Empresa tem utilizado estratégias de capacitação através de treinamento de produtores e Assistência Técnica e Extensão Rural.

Para este fim foram criados Centros de Treinamento de Irrigantes – CTI, cujo objetivo era capacitar colonos em técnicas para exploração agrícola nos perímetros irrigados e no conhecimento do sistema cooperativista, cujos treinamentos estavam relacionados com as linhas de produção desenvolvidas nos Projetos e a organização de produtores.

Em 1987, todos os perímetros implantados encontravam-se em processo de co-gestão.

De acordo com a política adotada pela Empresa, a co-gestão se constitui no primeiro passo para a emancipação, formalizada mediante contrato, pelo qual a Codevasf transfere à entidade representada dos usuários do perímetro a responsabilidade nas áreas de operação, manutenção e administração da infra-estrutura de uso comum, além da Assistência Técnica e Extensão Rural. Durante a co-gestão, seriam realizadas pela Codevasf as obras necessárias à completa reabilitação da infraestrutura de uso comum e, no caso dos colonos, também da parcelar. Durante o período de co-gestão, a Codevasf comprometeu-se a alocar recursos técnicos e financeiros para execução das obras e prestação de serviços, objeto do contrato. Ao assumir a co-gestão, a cooperativa ou associação era livre para absorver, ou não, no todo ou em parte, o corpo de funcionários da Codevasf até então alocado à administração, operação e manutenção do perímetro.

O período de co-gestão foi previsto, nos contratos, para durar 05 (cinco) anos, não sendo este um prazo rígido. Nesta fase de co-gestão, entendia-se que o processo de desenvolvimento real e integrado do produtor, do projeto e da região seria alcançado se a administração do perímetro fosse confiada aos próprios usuários, com o apoio e a orientação da Codevasf, visando a autogestão da organização dos produtores e à emancipação dos projetos.

Em 1987, após avaliação dos 19 perímetros que se encontravam em operação na fase da co-gestão, somente 10 (perímetros) foram escolhidos e formalmente emancipados, mesmo assim condicionados a medidas complementares por parte da Codevasf para consolidação do processo.

Pretendia-se com o processo de emancipação delegar às organizações de agricultores, parcial e progressivamente, através de contratos, a execução de todas as atividades de responsabilidade da Codevasf nos projetos, devendo esta prestar assessoria

técnica e administrativa, repassar, em regime de comodato, máquinas, equipamentos, veículos, materiais e instalações, assumir algumas despesas operacionais, recuperar as infra-estruturas de irrigação e fiscalizar o processo.

Critérios adotados no programa original: (Documento – Programa de Emancipação dos Perímetros da Codevasf).

- Deveria ser proposta a criação de uma associação de usuários do sistema de irrigação, que assumiria, através de contrato, as atividades de responsabilidade da Codevasf no projeto;

- Dependendo de análise conjunta Codevasf/Usuários, esses contratos poderiam ser firmados com qualquer organização de agricultores existente no projeto, desde que esta congregasse, no mínimo, 60% dos irrigantes;

- A Codevasf colocaria a disposição da organização de agricultores um técnico de seu quadro, indicado pelos irrigantes, para exercer a função de gerente, por até 2 anos;

- As atividades a serem delegadas à organização de agricultores seriam decididas, de comum acordo, pelas partes;

- Para a celebração do contrato de delegação, seria imprescindível a manifestação favorável, em geral da maioria dos associados;

- Deveria ser estimulada a criação de um conselho técnico, formado por representantes da Codevasf e das demais instituições com atuação no projeto, para assessorar a organização de agricultores no desempenho de suas funções e viabilizar, junto aos órgãos participantes do conselho, a programação aprovada para o perímetro;

- As obras de uso múltiplo deveriam permanecer sob a administração e operação da Codevasf;

- A Codevasf repassaria recursos financeiros para a execução das diferentes atividades, na mesma proporção de seus gastos quando da execução direta. Essa proporção seria gradativamente reduzida;

- O pessoal da Codevasf em atividade no projeto poderia ser cedido à organização de agricultores para execução das atividades delegadas, obrigando-se esta, porém, a providenciar a contratação de seu próprio quadro de pessoal;

- A Codevasf, à medida que o pessoal cedido lhe fosse sendo devolvido, dotaria a organização de agricultores de recursos para contratação de pessoal próprio;

- A Codevasf designaria uma equipe para orientação técnica e administrativa das atividades delegadas;

- A Codevasf fiscalizaria a execução das atividades delegadas.

Para pôr em prática o Programa, após a concepção básica dele, foram previstos os seguintes passos:

- Seminário geral, com a participação de titulares de departamentos e Divisões da sede relacionada ao assunto, diretores regionais e chefes de perímetros, com o objetivo de discutir a proposta de emancipação;

- Reunião com os setores técnicos do perímetro e Distrito respectivo para identificar a equipe responsável pelo programa em nível de projeto, discutir o processo a ser implantado e verificar as condições para realização do trabalho;

- Visitas, pequenas reuniões e assembléia com irrigantes e suas famílias, com o objetivo de apresentar e discutir a proposta de emancipação e de criação ou identificação da organização de usuários a ser responsável pela administração do perímetro;

- Reuniões com representantes de instituições atuantes no perímetro e entidades de classe, para apresentar a proposta e operacionalizar a participação dessas instituições no conselho técnico;

- Assinatura do contrato de delegação;

- Fiscalização, assessoria e controle permanente, pelas Diretorias Regionais, hoje, Superintendências Regionais.

Na implantação do programa, como a maior parte dos projetos possuía cooperativas e associações, com o objetivo de apoiar atividades de produção agrícola, optou-se por negociar contratos com essas organizações. Esses contratos exigiram, em alguns casos, que os objetivos da cooperativa ou associação fossem acrescidos.

Em Maniçoba as atividades de operação e manutenção foram divididas entre as organizações de agricultores existentes na época. A cooperativa assumiu a operação do sistema de irrigação, e a associação a manutenção do sistema de irrigação de uso comum.

Posteriormente, a Codevasf promoveu a formação de Distrito de Irrigação para execução das atividades de operação e manutenção, visando evitar dispersão de recursos, custos mais elevados e dificuldades de acompanhamento.

Os Distritos de Irrigação são organizações que têm como objetivo o fornecimento de água e a manutenção da infra-estrutura de irrigação. É obrigatória a participação de todos os usuários da água do projeto, ou seja, a adesão ao distrito é compulsória. O conceito de Distrito de Irrigação sustenta-se na idéia de que a iniciativa privada é mais eficiente que o setor público para administrar projetos de produção agrícola. Parte também do pressuposto de que os próprios produtores rurais (pequenos produtores e empresários), detentores de lotes irrigados, são os principais interessados no sucesso do projeto. Elas são entidades civis, de direito privado, com administração e patrimônio próprios, criados com a finalidade de administrar, operar e manter a infra-estrutura de irrigação de uso comum.

Os Conselhos não possuem função executiva, cabendo-lhes definir as diretrizes e prioridades para o Distrito. São organizados a partir de uma assembléia geral dos produtores, que elegem um conselho de administração e um conselho fiscal. A

estrutura operacional executiva do Distrito é de caráter profissional, sendo responsável para exercer essas funções um gerente executivo, contratado pelo Distrito, escolhido através de análise curricular realizada com o apoio da Codevasf.

Conforme demonstram os documentos analisados sobre o processo de emancipação, a estratégia de implantação do Programa foi bastante falha tanto na sua formulação, quanto na sua operacionalização, por não ter dado ênfase a um programa de capacitação.

Houve resistência nas Diretorias Regionais em relação ao Programa de Emancipação, principalmente à forma de transferência das atividades, porque entendiam que as mesmas fossem transferidas de forma gradual e de acordo com as condições de cada organização. Aponta-se como motivo dessa resistência a perda de poder e possibilidade de transferência de pessoal do quadro da Codevasf.

Outro aspecto destacado é referente à decisão de delegar às organizações de agricultores totalidade das atividades desde o início do processo, contrariando o que previa a proposta inicial, impedindo assim o processo de capacitação das organizações de produtores que assumiram a administração do perímetro.

Diante da situação exposta, a Administração Central da Codevasf assumiu diretamente a condução dos trabalhos. Em muitos perímetros, os técnicos das Diretorias Regionais da Codevasf eram proibidos de visitar os perímetros e os contatos eram realizados de forma direta entre os técnicos da Sede da Codevasf e as organizações de produtores.

A experiência negativa, vivenciada pela Codevasf, mostra que a estratégia de emancipação que utilizou não foi adequada ao processo. O não adequado

acompanhamento exercido pela Codevasf impediu que se tivesse uma avaliação mais precisa do desempenho dos projetos a partir do início do processo de emancipação.

Atribui-se a essa situação em parte a condução do processo de emancipação, somada a escassez de recursos financeiros para atender o que requeriam os perímetros.

Neste sentido conclui-se, que a descontinuidade de ações de capacitação, voltadas para a consolidação da emancipação dos perímetros, muito contribuiu para a desestruturação dos perímetros e das organizações de produtores.

Capítulo VII

Considerações Finais

Para entender a trajetória do desenvolvimento territorial do sub-médio São Francisco com o advento da agricultura irrigada, devemos concebê-la como um espaço onde se reproduz a totalidade social e ocorrem as transformações determinadas por necessidades de ordem social, econômica e política. E também como um espaço social de contrastes, ou seja, as diferentes formas de poder ou de capital que ocorrem nas diferentes instâncias.

Procuramos através desta análise entender o processo de Emancipação “Auto-Sustentável” dos Perímetros Públicos de Irrigação, tomando como referência os localizados no Município de Juazeiro. Iniciamos por uma abordagem histórica, destacando a importância que o Rio São Francisco tem tido na implantação de políticas públicas para o desenvolvimento da região.

O ritmo lento da transformação e a emaranhada trama de relações que se vêm processando no interior dos projetos implantados é uma constatação obrigatória. Os problemas são reais.

Parece existir um certo consenso de que as dificuldades hoje enfrentadas pelos pequenos produtores em suas organizações devem-se em muito, à forma de atuação do poder público, no nosso caso a Codevasf, com sua forma de atuação, característica da ação estatal, bastante paternalista. O paternalismo e as ingerências políticas influenciaram ao longo da história um comportamento dependente dos produtores e de suas organizações.

A experiência tem mostrado o quanto de acomodação e vício foi assimilado pelos produtores dos perímetros, dificultando bastante uma mudança de comportamento, mesmo com toda uma ação voltada para a autonomia.

A crise enfrentada pelas organizações de produtores é reflexo de uma política inadequada de desenvolvimento que não contou com a autodeterminação das bases sociais envolvidas.

Para que os usuários assumam a responsabilidade pela administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum é justo e necessário que as obras estejam em condições físicas e operacionais adequadas.

Se a emancipação de um projeto de irrigação significa alcançar, em determinado espaço de tempo, sua auto-sustentação nos aspectos econômicos, sociais e políticos, o sucesso econômico e social do irrigante é fundamental, sem o que prevalecerá a eterna dependência.

A autogestão e emancipação dos produtores e suas organizações devem-se pautar na mudança de mentalidade e capacidade de autodeterminação. Para isso, a Codevasf terá que delegar aos produtores e às suas organizações a responsabilidade de responderem por seu próprio desempenho, o que na prática não tem ocorrido.

O processo de co-gestão que leva os perímetros à emancipação deve ser pedagógico. A gestão participativa e democrática implica sempre mais trabalho e conseqüentemente maiores dificuldades a serem enfrentadas. Não é nada fácil trabalhar coletivamente. O aperfeiçoamento da gestão é indispensável para o êxito das ações.

A ação política, a organização social, a produção e comercialização se constituem causas e efeitos entre si. O processo de emancipação/autogestão deve compreender ações integradas interdependentes, objetivando que os produtores através de suas organizações assumam de fato todas as atribuições pertinentes às atividades econômica/produzida e política/social.

Para tanto, faz-se necessário uma ação integrada desde a parcela produtiva até a sua organização com uma atuação no mercado para que, a partir da capacidade econômica da produção ligada ao mercado, possam ser estabelecidas bases para uma emancipação efetiva dos produtores, de suas organizações e do perímetro.

Para que seja possível a transferência das atividades de administração, operação e manutenção, aos produtores através de suas organizações, são necessárias ações de complementação, de ampliação, modernização, reabilitação e readequação que poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto.

No caso de produção dos pequenos produtores familiares, apesar da melhoria que vem ocorrendo com a introdução da fruticultura, os resultados ainda não são satisfatórios. Entre os vários fatores que interferem podemos citar a dificuldade de acesso ao crédito agrícola, alto índice de endividamento, má gestão dos processos produtivos, desorganização do processo de comercialização, dificuldade no gerenciamento e administração do lote agrícola frente aos altos custos da fruticultura irrigada e a forte competitividade estabelecida hoje no setor.

Contudo, observa-se um desenvolvimento significativo dos produtores, traduzido na tomada de decisões mais rápidas na participação, no contato com diferentes órgãos públicos e privados e com políticos regionais.

Assim sendo parece-nos correto que a Codevasf necessita tomar uma decisão em relação ao seu afastamento da gestão dos perímetros, colocando em prática as ações necessárias para superação dos obstáculos que têm dificultado a efetivação da emancipação “auto-sustentável” dos perímetros sob sua administração, ou seja, deixar que os produtores se responsabilizem por seus próprios atos.

Entendemos que a história da emancipação dos perímetros administrados pela Codevasf, parece obedecer a um determinado rito, ou seja, o foco muda de acordo com o momento político que esteja acontecendo.

De acordo com a administração central da Empresa, o foco pode estar ou não centrado no processo de emancipação e todas as ações planejadas serão voltadas para tal. Em outro momento esse poderá não ser o foco da administração e aí dar a impressão que esse processo não irá mais acontecer, até que outros administradores elejam este como foco de sua atuação.

Por outro lado, os produtores também fazem um papel bem parecido. Ora dizem querer a efetivação da emancipação, ora são categóricos em afirmar que não querem ou não podem assumir o papel de gestores do perímetro. O discurso parece mudar de acordo com o momento e a conveniência dos mesmos.

Para os produtores é cômodo manter a dependência do governo, para de certa forma subsidiá-los nos seus negócios; e para o governo também é conveniente mantê-los dependentes e sentir-se necessário nessa relação.

Retomando a questão problema, concluímos que a emancipação ou transferência de gestão dos Perímetros Públicos Irrigados não se completa porque: os pequenos produtores não conseguem assumir a sua parte nesse processo e o governo não tem tido vontade política para emancipá-los.

Não foi nossa pretensão esgotar a discussão sobre o tema, tendo em vista tratar-se de algo complexo e dinâmico ao mesmo tempo. Isso porque a trama das relações que existem nesse espaço social, objeto de nosso estudo, com uma diversidade sócio-cultural acentuada e uma heterogeneidade de práticas sociais muitas vezes contraditórias, requer estudos ainda mais detalhados pela sua natureza e complexidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Jr. Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras Artes. São Paulo: Cortez, 1999.

ANDRADE, M.C. de. Nordeste: Alternativas da Agricultura: Campinas, S.P: Papirus. 1988.

BAIARDI, Amílcar. Neo – Produtivismo Neo – Associativismo e Turismo Campestre: Outras Faces do Novo Rural. Cadernos CRH, nº 28, jan / jun, 98, Salvador, 1999.

BAIARDI, Amílcar. 'Padrões Culturais e Resistência a Mudanças: Obstáculos à Democracia e ao Desenvolvimento no Brasil, Organizações e Sociedade, V.3, nº 04, jun/95, Salvador, 1995.

BANCO MUNDIAL. Impactos e Externalidades Sociais da Irrigação no Semi-árido Brasileiro. 1. ed. Brasília. 2004.

BARROS, E. da R. Pequenos Produtores Frente a Novas Condições de (re) produção no Vale do Salitre, Bahia. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BARROS, E. da R. Trajetórias de Desenvolvimento Territorial Rural. Transformações dos Sistemas Produtivos e Alternativas para a Agricultura Familiar Sustentável em Perímetros Irrigados. Florianópolis. UFSC. 2004.

BRASIL. Constituição (1946). Ato das Disposições Constitucionais Transitórias art. 29, de 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, RJ, 18 de set. 1946. Disponível em <https://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: 10/04/2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Lugar NO/DO Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, Otomar de. A Economia Política do Nordeste (Seca, Irrigação e Desenvolvimento). Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

CAVALCANTI, J. S. Barbosa. Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale do São Francisco, In: J.S.B. Cavalcanti (org) Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças Sócio-Econômica em Regiões Frutícolas para Exportação. Recife: Universitária. UFPE. 1999.

CASTELLS, Manuel. 1942. O Poder da Identidade. Tradução, Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CODEVASF. Emancipação de Perímetros Irrigados. Brasília. 1986.

CODEVASF. Proposta de Emancipação dos Colonos do Perímetro Irrigado de Maniçoba. Brasília: Set. 1987.

CODEVASF. Plano para Ação Integrada do Grupo de Operação e manutenção no Apoio ao Desenvolvimento dos Perímetros Irrigados em Co-Gestão e/ou Reabilitação. Brasília: Abr. 1988.

CODEVASF. Plano de Apoio à Produção Agrícola dos Perímetros Irrigados. Petrolina: Abr. 1990.

CODEVASF. Relatório Final. Grupo de Trabalho. (Resolução nº 020/93). Brasília: Jul. 1993.

CODEVASF. Estratégia Básica para Constituição de Distritos de Irrigação na Codevasf. Brasília: Out. 1993.

CODEVASF. A Codevasf na Transformação do Semi-árido São Francisco, 1993 a 2000. Brasília: Set. 1993.

CODEVASF. Diretrizes Gerais das Ações de Capacitação e Desenvolvimento de Produtores nas áreas de Irrigação do Vale do São Francisco. Brasília: Jan. 1994.

CODEVASF. Plano de Ação para Emancipação dos Perímetros em operação da Codevasf. Brasília: Mar. 1997.

CODEVASF. Inventário de Projetos. 3. ed., revista e atualizada. Brasília. 1999.

CODEVASF. Cartilha do Irrigante. Brasília: 2000.

CODEVASF. Vale Investir. Programas da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Brasília: 2001.

CODEVASF. Norma de Ocupação dos Projetos Públicos de Irrigação – NOR – 501. Brasília: Janeiro, 2002.

CODEVASF. Coletâneas das principais Leis, Decretos, Portarias e Atos de Interesse da Codevasf. Brasília: Jun. 2002.

CODEVASF. Censo Frutícola. Brasília: 2002.

CODEVASF. Relatório de Produção. Juazeiro: 2003.

CODEVASF. Codevasf 30 anos. Brasília: 2004.

CODEVASF. Relatório de Avaliação dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. Juazeiro: 2005.

CODEVASF. (Plantec – Planejamento e Engenharia Agrícola Ltda). Relatório Anual de ATER. Juazeiro. 2005.

CODEVASF. Diagnóstico dos Perímetros Públicos Irrigados da Área da 6ª SR. Juazeiro: 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: A Tradição Geográfica. In: Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.

DAVID, Demerval Viana. SILVA, José Maria Alves da SILVA, Pedro Maria e (Coordenadores). Diagnóstico de Produção e Comercialização de Mudanças e sementes de Espécies Frutíferas na Região do Nordeste do Brasil. Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural. Fundação Arthur Bernardes. Viçosa – Minas Gerais: 1999.

EGLER, Cláudio A.G. Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

FÁVERO, C. A. Proposta de Projeto de Desenvolvimento Sustentável para o Lago de Sobradinho. UNEB/ Salvador: 2000.

FILHO, Fadel David Antônio. Globalização: Para quem? GEOSUL, Florianópolis, V, 17, nº 33, p. 7 – 21 Jan/Jun, 2002.

GONÇALVES, C. Walter Porto. Geo-grafando: em busca de novas formas de política. Revista Ciência Geográfica. AGB/Bauru nº 12. Janeiro/Abril/1999.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. Até Aonde a Memória Alcança: um estudo sobre caatingueiros e beiradeiros no submédio do Vale do Rio São Francisco. Dissertação de Mestrado. UFPE. Recife. 2004.

SILVA, José Graziano da e outros. A Irrigação e a Problemática Fundiária do Nordeste. Campinas – SP: UNICAMP (PRONI). 1989.

HAESBERT, Rogério. Des-caminhos e Perspectivas do Território. In: RIBAS, AD. SPOSITOS, E. S., SAQUET, M.A. Territórios e Desenvolvimento: Diferentes Abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

LARANJEIRA, Raymundo. Colonização e Reforma Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1983.

LEAL, S.M.R. Modelos de Descentralização Política na Gestão Local: Os Novos Formatos da Década de 90. Relação Público Privado: do Local ao Global. Recife: Ed.UFPE.1996.

MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e Epistemologia: Um Passeio pelos Conceitos de Espaço, Território e Territorialidade. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia. Jan. 1997.

MAIA, J. Motta. Estatuto da Terra – Comentado. 2. ed. Livraria Editora Ltda. Rio de Janeiro, 1967.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA / INCRA / FAO / CINDEF. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Submédio São Francisco. Vol. I. Diagnóstico. Brasília. Abr/2002.

SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco. Projetos Executivos de Irrigação de Maniçoba e Curaçá, Volume I, Sondotécnica S.A. Brasília. 1975.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Recursos Hídricos. Documento de Referência para Elaboração de Diagnóstico e Planos de Emancipação. Brasília. Jul., 1997.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Infra-estrutura Hídrica. Departamento de Desenvolvimento Hidroagrícola. Diagnóstico dos Perímetros Públicos Irrigados. Brasília. Dezembro, 2004.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Infra-estrutura Hídrica. Nota Técnica nº 0314/2004: Relatório do Banco Mundial sobre a Agricultura Irrigada na Região Semi-árida. Brasília. 2004.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Infra-estrutura Hídrica. Acórdão do TCU. Brasília. Julho de 2003.

MORAES, Antônio Carlos Robert. A Questão do Sujeito na Produção do Espaço. In: Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura, Política no Brasil. São Paulo. Hucitec. 1996.

MOURA, Margarida Maria. Camponeses. 2. ed. Ática S.A. São Paulo. 1988.

PEIXOTO, S.E. Comunidade e Desenvolvimento Agrícola. Texto. EBDA. Salvador - BA, 2000.

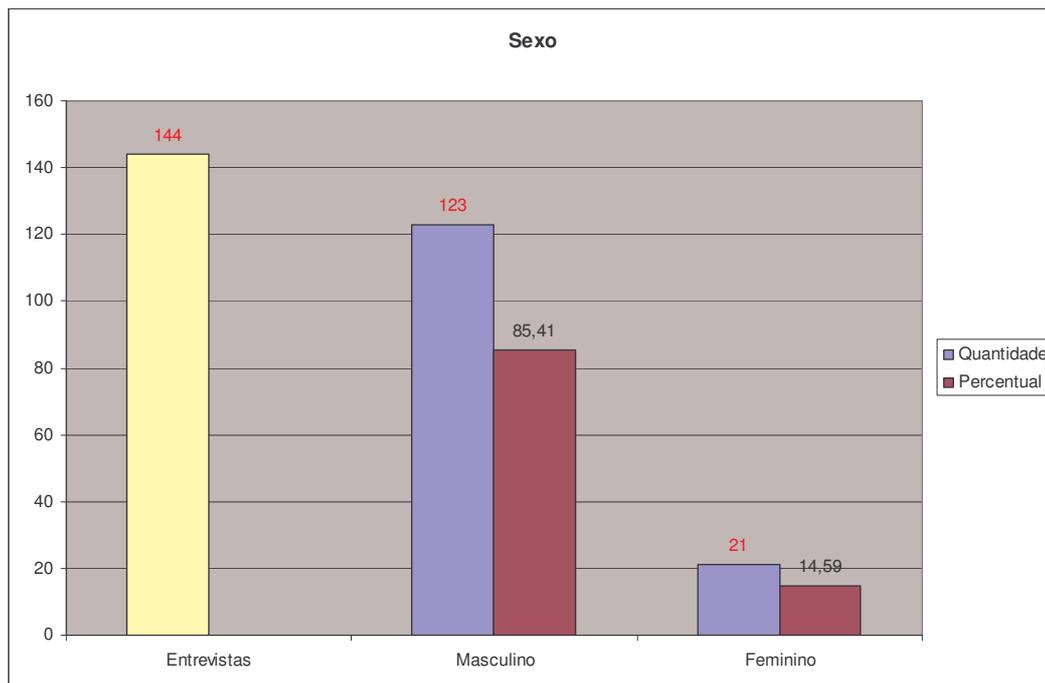
QUEIROZ, M.A. Projeto CTINFRA. Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais / UNEB (Apontamentos, Correio Eletrônico). Juazeiro, 2002.

- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo. Editora Ática, 1993.
- SAMPAIO, Theodoro. O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina. Trechos de um Diário de Viagem 1879-80. Empresa Gráfica da Bahia: 1998.
- SANIN, A. Peña. Proposta Pedagógica: Formação de Formadores em Educação para Participação em Saúde. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. Coordenação de Educação para a Saúde. Brasília. 1992.
- SANTOS, M. A. Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. Hucitec. São Paulo. 1999.
- SANTOS, M. SOUZA, M. A. SILVEIRA, M (ORG). Território. Globalização e Fragmentação. São Paulo. Hucitec / ANPUR. 1994.
- SCHERER–WARREN, Ilse. Projetos de Grande Escala. A Ocupação do Espaço e a Reação Popular. In: Cadernos do CEAS nº 138, mar/abr. 1992.
- VALEEXPORT. Há 17 Anos Unindo Forças para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco e da Fruticultura Brasileira. Petrolina. 2005.
- VARGAS, Maria Augusta Mundim. Sustentabilidade Cultural e as Estratégias de Desenvolvimento do Baixo São Francisco. In: Geografia: Leituras Culturais. Goiânia. Alternativa. 2003.
- ZAPATA, Tânia. Capacitação, Associativismo e Desenvolvimento Local. Projeto Banco do Nordeste / PNUD / ABC. Série Cadernos Temáticos nº 1, Recife, 1997.
- ZAPATA, T. et al BRITO, M.S.C. O Papel do Técnico como Facilitador nos Processos de Capacitação. Projeto Banco do Nordeste / PNUD/ ABC. Série Cadernos Temáticos nº 4, Recife. 2000.

ANEXO I

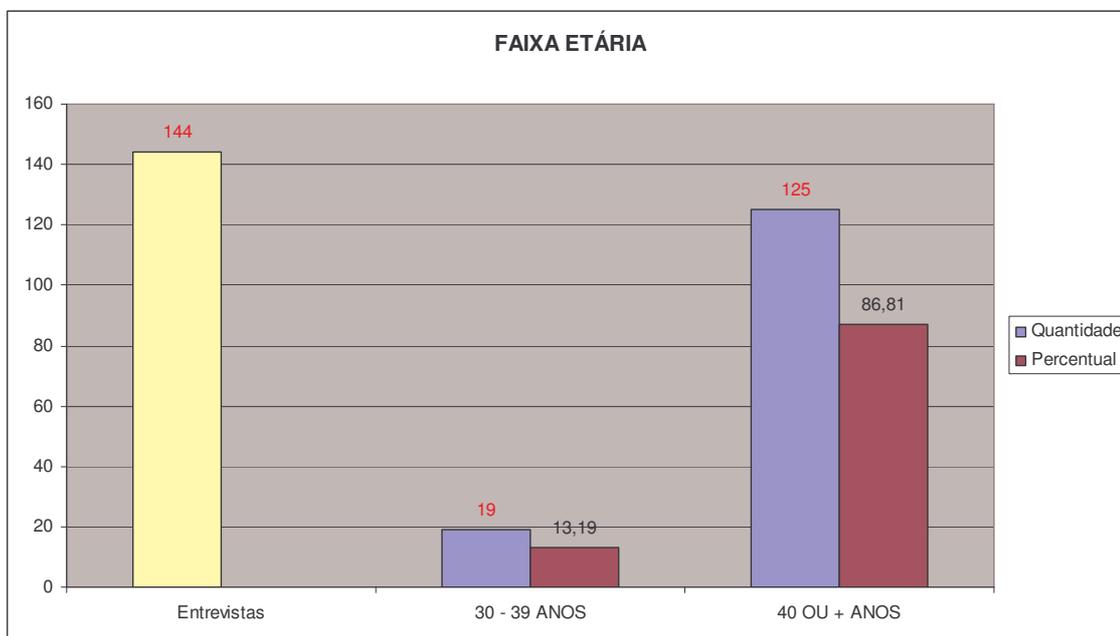
Síntese dos Resultados da Pesquisa

Gráfico 1



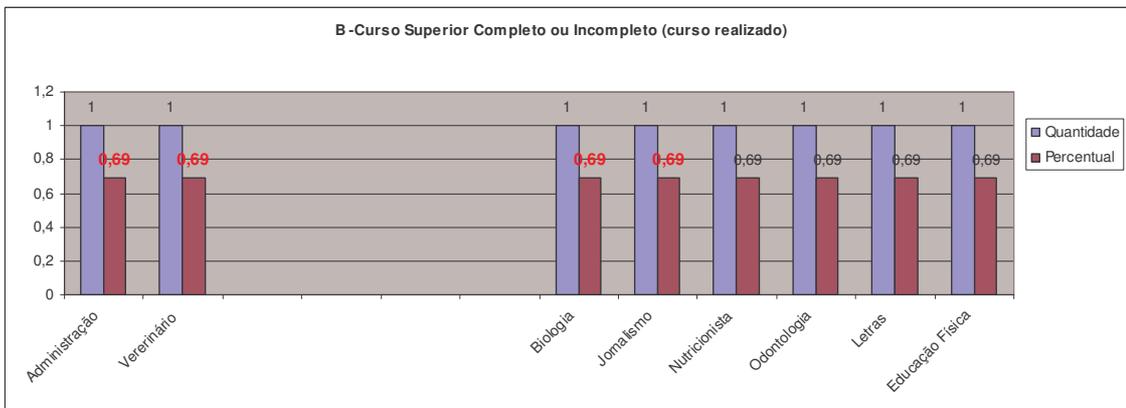
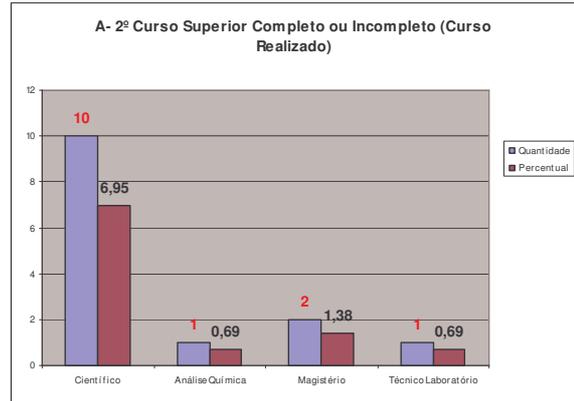
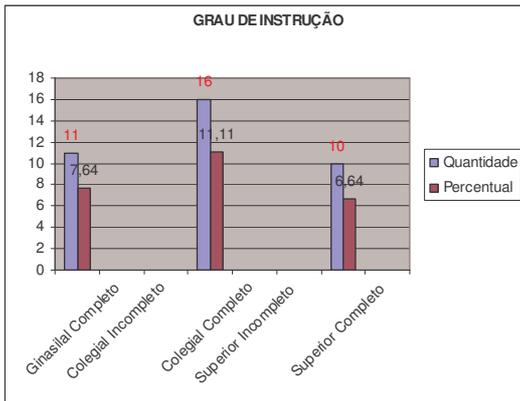
A pesquisa revela que a grande maioria dos pequenos produtores desse Perímetro de Irrigação é do sexo masculino 85,41%.

Gráfico 2



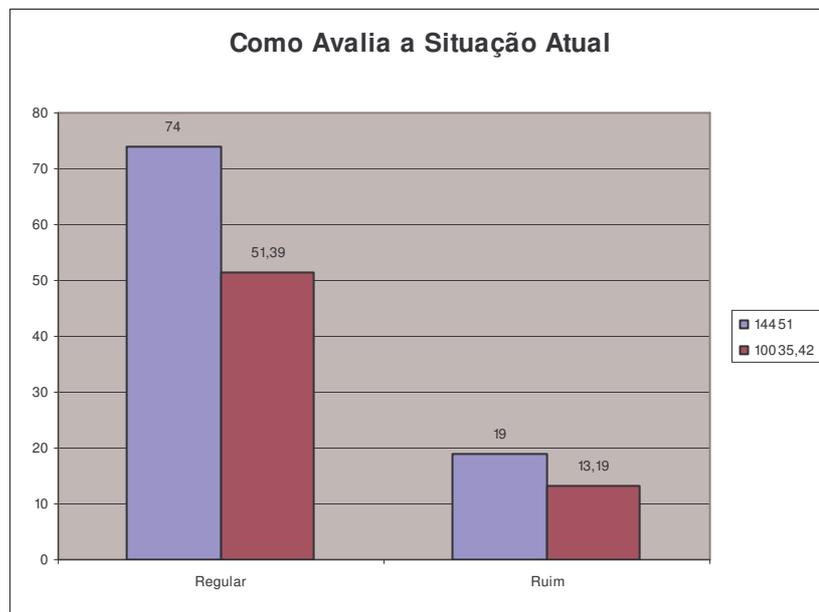
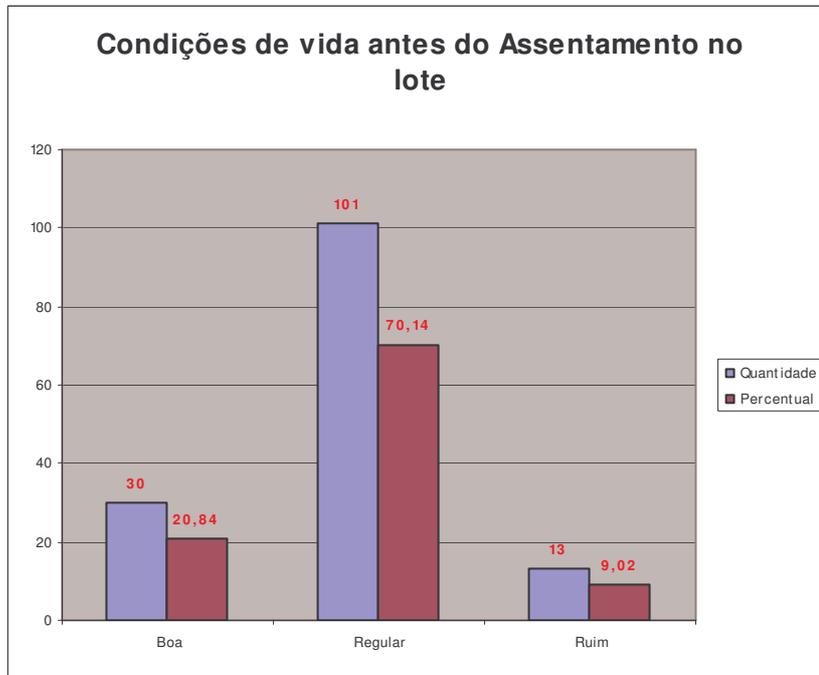
A grande maioria situa-se numa faixa etária superior aos 40 anos de idade 86,81%.

Gráfico 3



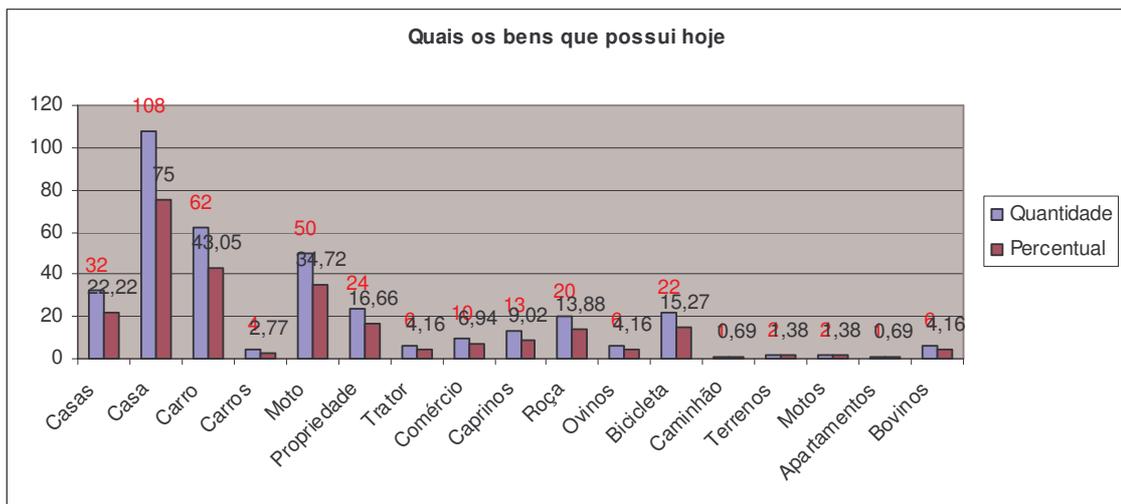
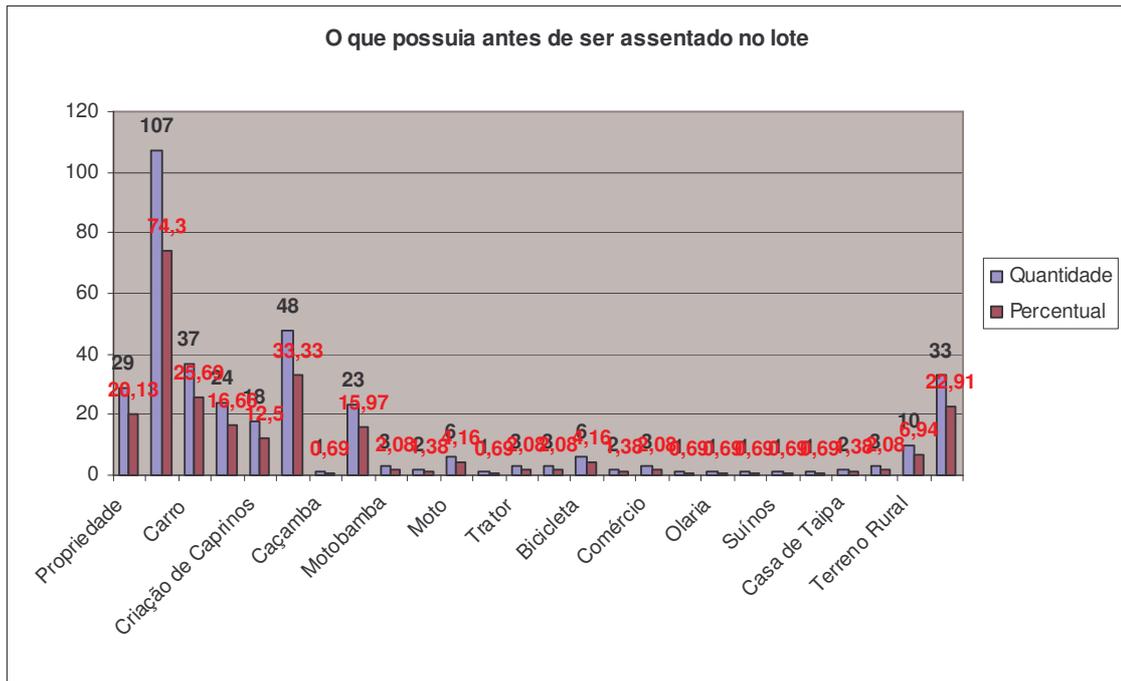
Em relação ao nível de instrução desses pequenos produtores, verifica-se que a grande maioria limitou os estudos ao nível primário (74,31%), também constatam-se produtores com nível médio (11,11%) existindo também 7% com curso universitário em vários cursos.

Gráfico 4



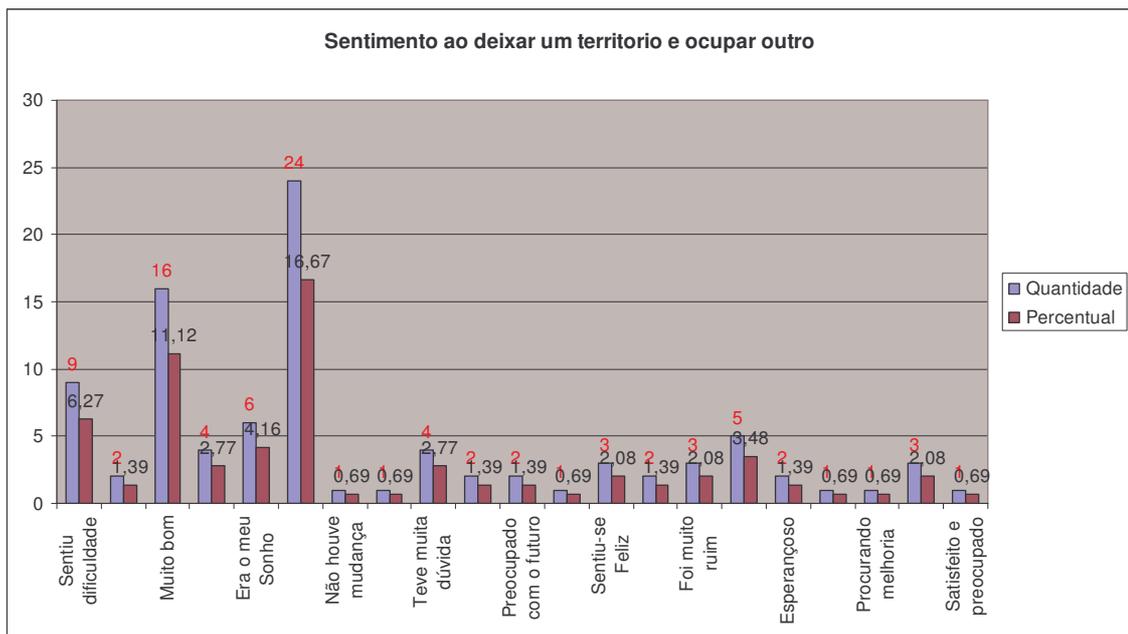
Comparando as condições de vida antes e depois do assentamento no lote, constata-se que houve uma melhora no nível bom. No nível regular antes era 70,14%, baixando para 51,39% e o nível ruim de 9,02% antes, para 13,19%.

Gráfico 5



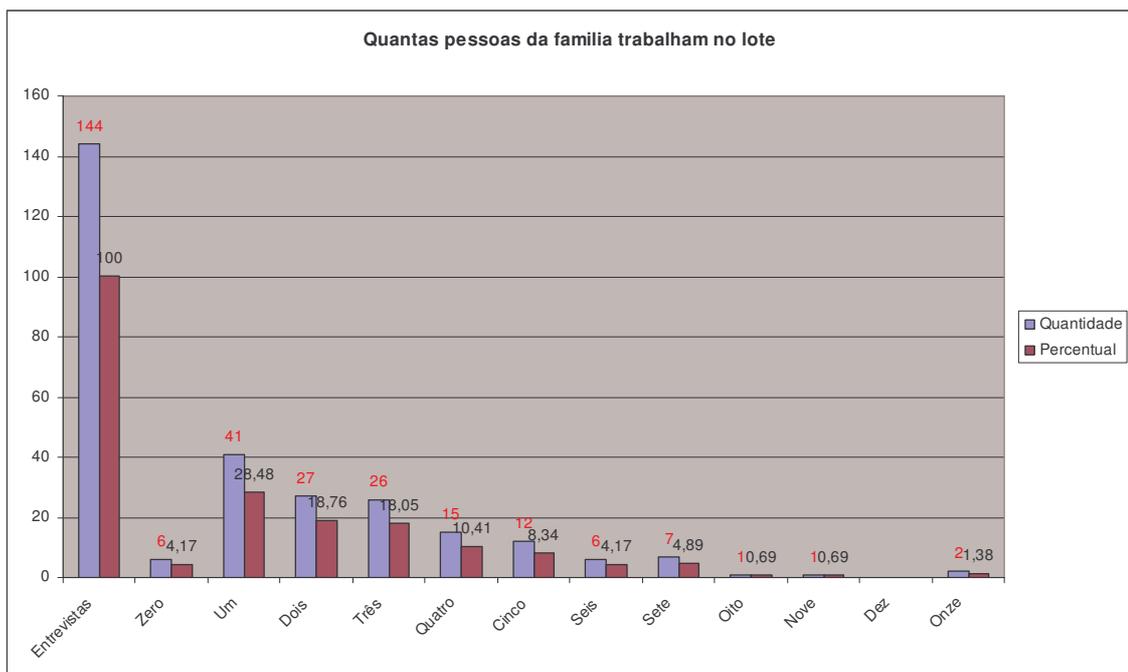
Ao comparar os bens que possuíam antes, com o que atualmente possuem, podemos constatar que houve uma melhora acentuada, mesmo para aqueles que se encontram numa situação ruim. Um bem material mais adquirido é o veículo moto.

Gráfico 6



Apenas 15,28% responderam: Sentiram dificuldade de se adaptarem, medo de não dar certo, dúvidas, dificuldade na técnica de irrigação, preocupação com o futuro e não sabem responder. 84,72% não tiveram nenhuma dificuldade para se adaptarem.

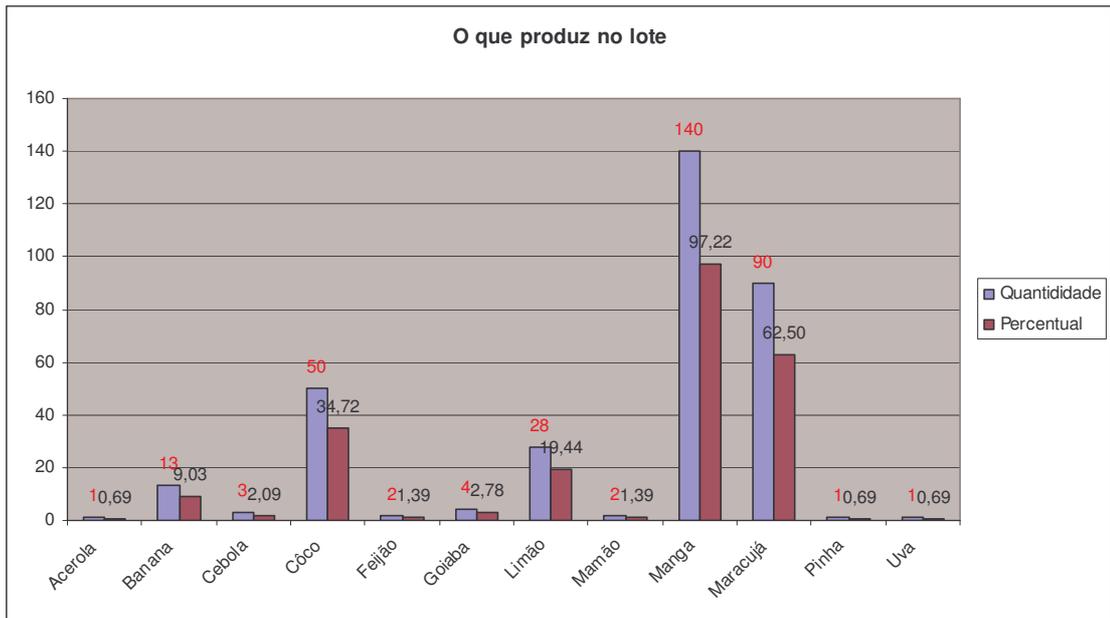
Gráfico 7



Apesar dos produtores entrevistados possuírem famílias numerosas o número de pessoas da família que trabalha no lote é bastante pequeno. De 28,48% dos

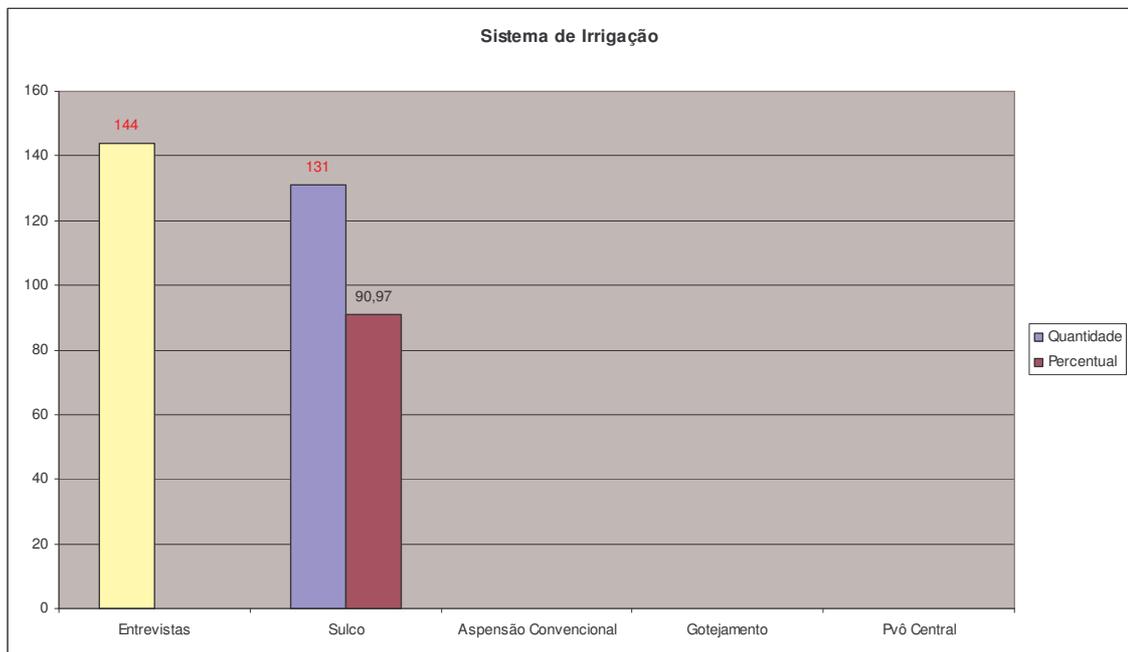
entrevistados apenas uma pessoa da família trabalha no lote. De 18,76% dos entrevistados apenas 2 pessoas da família trabalham no lote e de 18,05% dos entrevistados apenas 3 pessoas da família trabalham no lote.

Gráfico 8



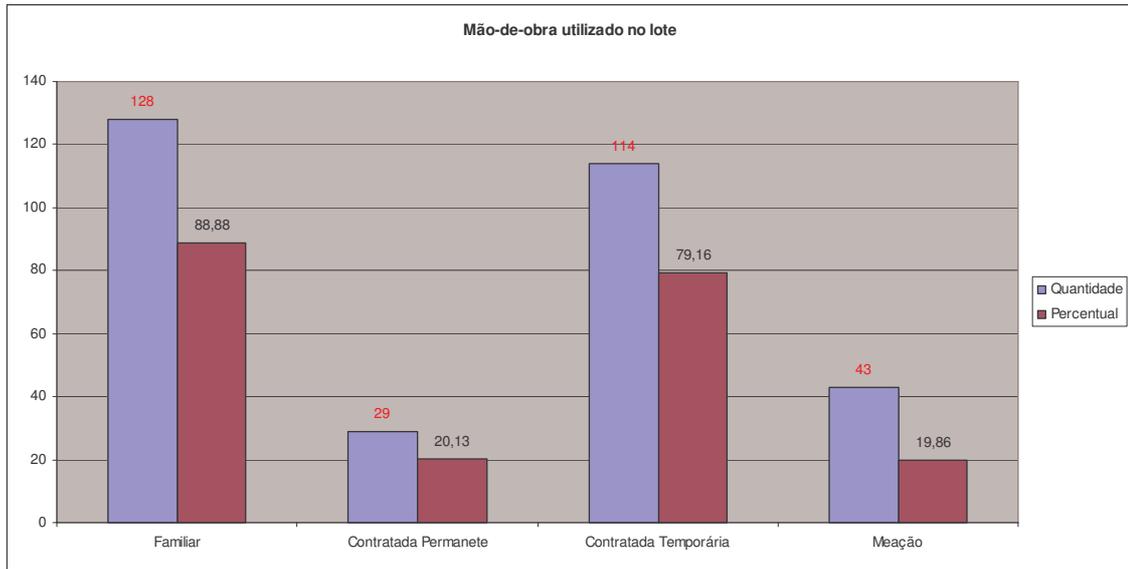
Do total dos produtores entrevistados, 97,22% produz manga. Em segundo lugar vem a cultura do maracuj6a com 62,50% e a cultura do coco com 34,72%.

Gr6fico 9



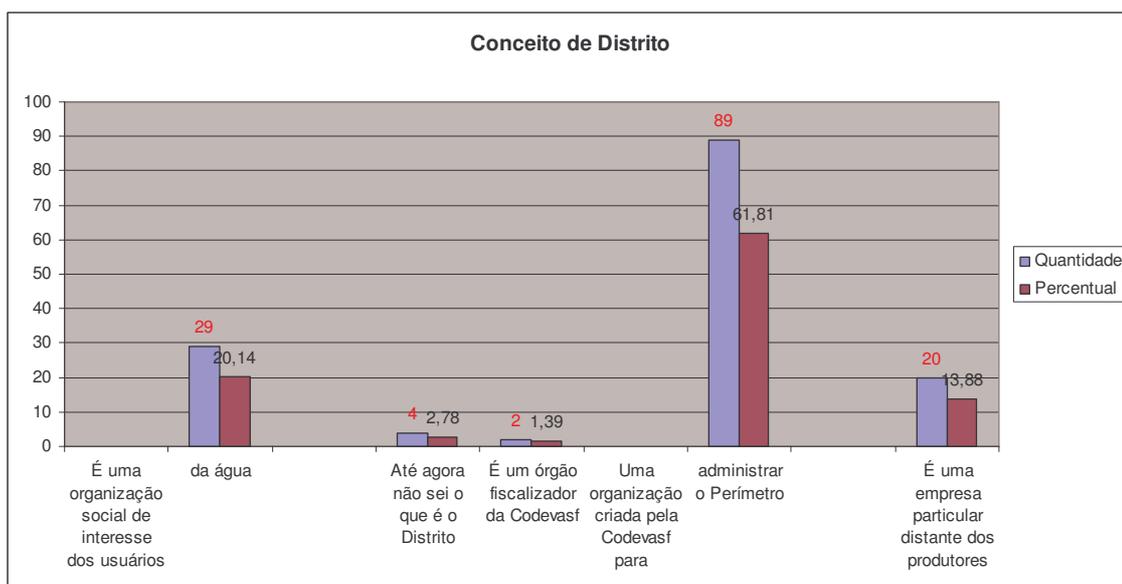
O Sistema de Irriga66o mais adotado no Per6metro continua sendo por gravidade em sulco num percentual de 90,97% dos lotes.

Gráfico 10



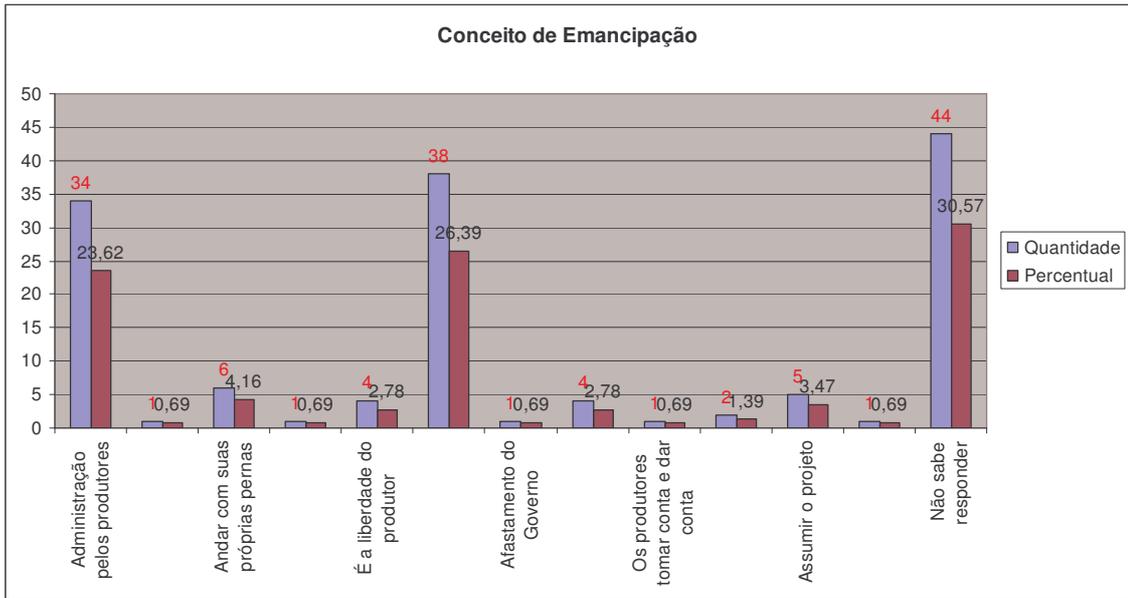
No item tipo de mão-de-obra utilizada no lote, a família é a de maior peso com 88,88%. Em seguida está o tipo de contratada de forma temporária com 79,16%. Apenas 20,13% mantêm mão-de-obra permanente, conjugada com a família e temporária. O sistema de meação ainda é muito significativa com 19,86% o que demonstra que esses produtores estão com alguma dificuldade para bancar as atividades do lote.

Gráfico 11



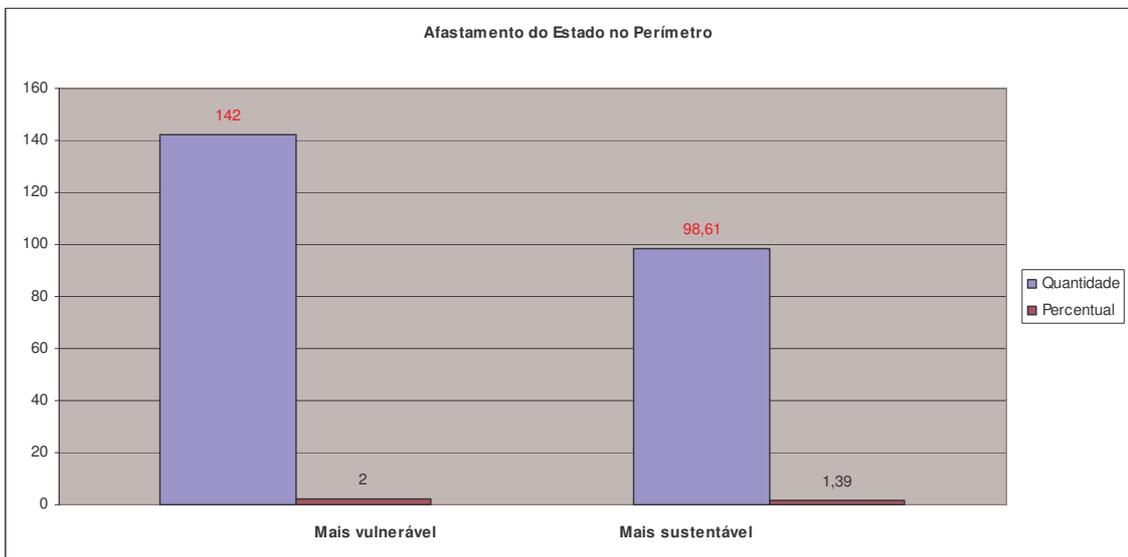
Para 61,81% dos produtores entrevistados, o Distrito de Irrigação é entendido como uma organização criada pela Codevasf para administrar o Perímetro. Apenas 20,14% dos entrevistados reconhecem o Distrito como uma organização social de interesse dos usuários da água. Ainda 13,88% consideram o Distrito como uma empresa distante dos produtores.

Gráfico 12



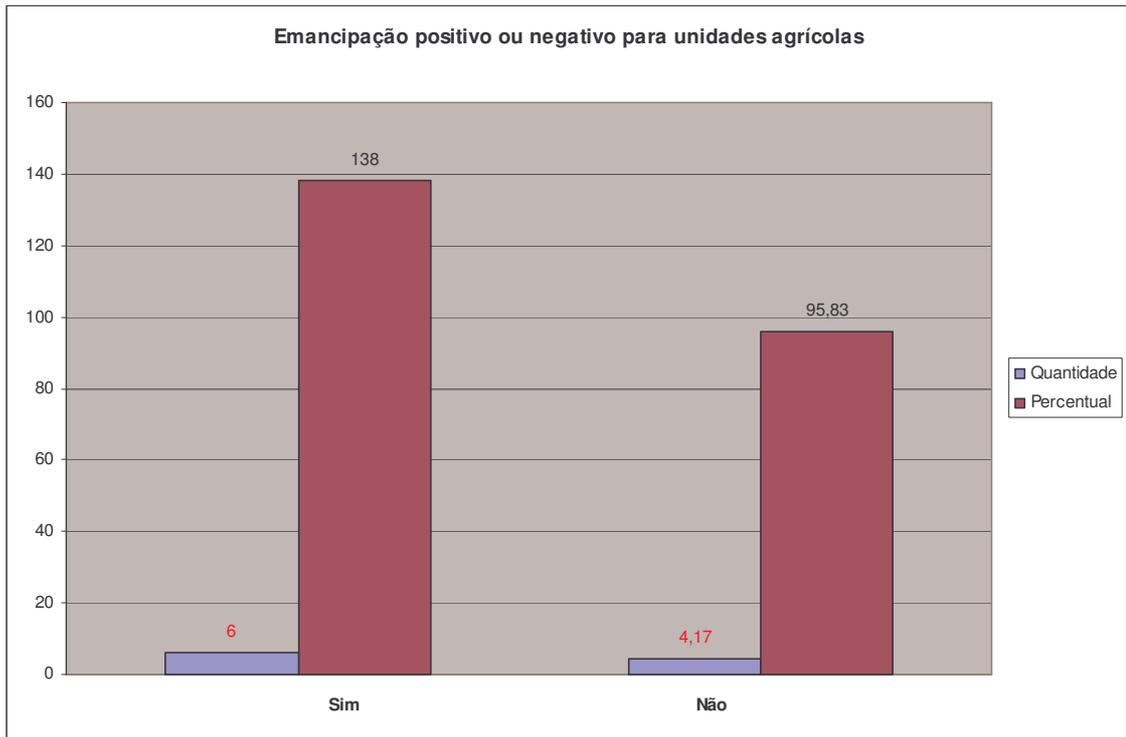
Perguntados pelo que entendem por Emancipação, 30,57% dos entrevistados responderam que não sabem o que significa. 26,39% entendem por transferência de responsabilidade 23,62% entendem ser a administração feita pelos produtores.

Gráfico 13



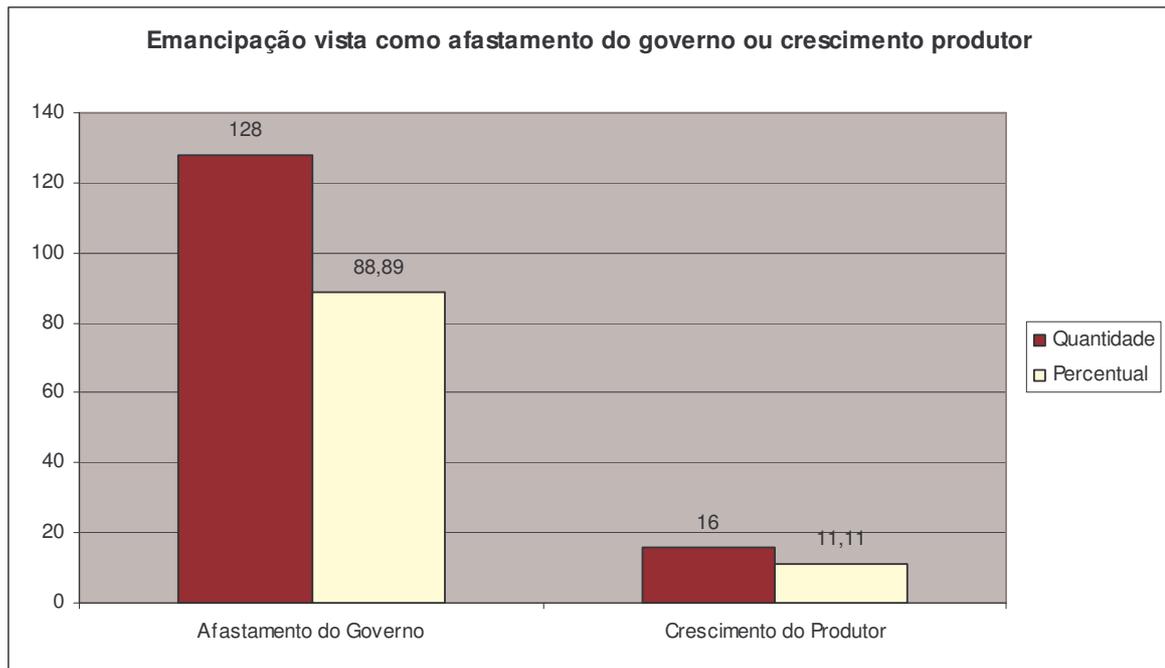
Para 98,61% dos produtores entrevistados consideram que com o afastamento do Estado o Perímetro fica mais vulnerável.

Gráfico 14



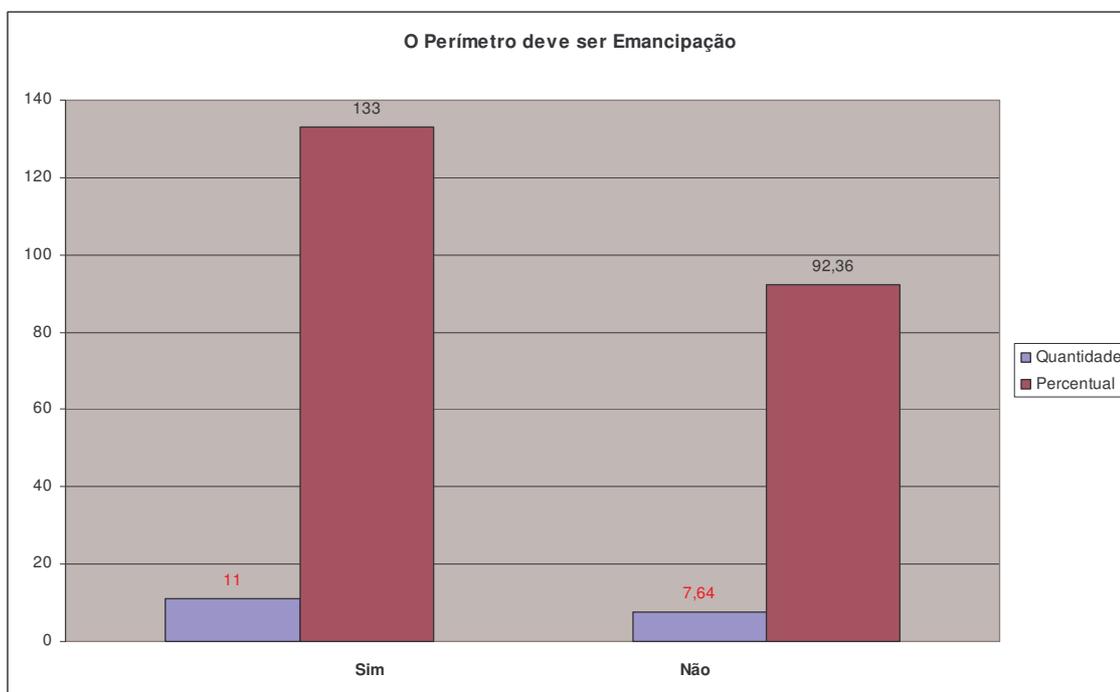
Do total dos produtores entrevistados, 95,83% consideram a ação da Emancipação negativa para as unidades agrícolas e somente 4,17% consideram positivo.

Gráfico 15



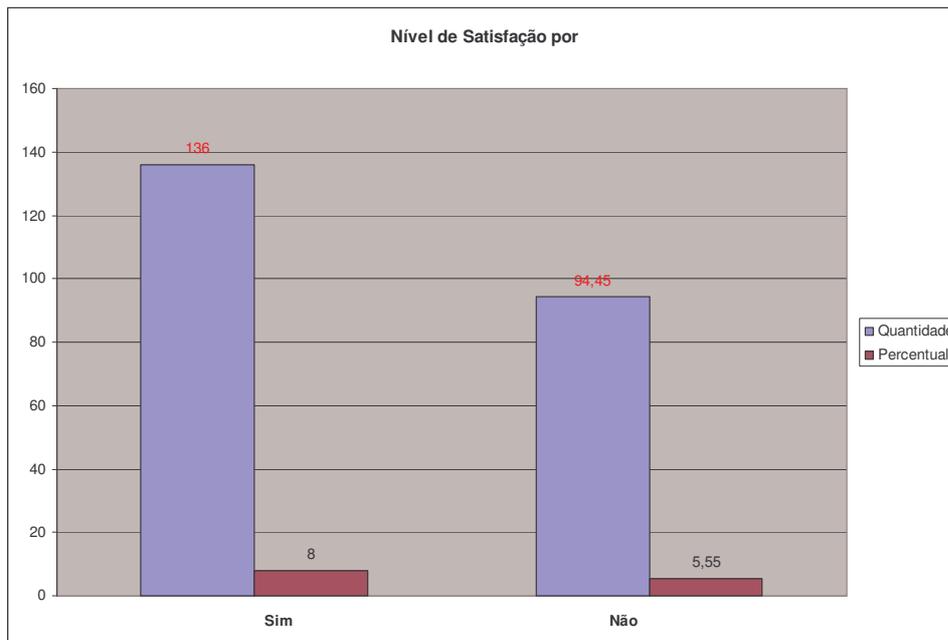
Dos produtores entrevistados 88,89% consideram a Emancipação como afastamento do Governo. E 11,11% que considera crescimento para o produtor.

Gráfico 16



Questionados sobre se queriam que o Perímetro fosse Emancipado, 92,36% dos entrevistados responderam categoricamente que não querem. Mesmo aqueles que responderam que querem eles administrando o Perímetro, ou seja, serem donos, dizem ao mesmo tempo que a Codevasf deve continuar provendo-os de recursos para dar a eles condições de produzirem.

Gráfico 17



Sobre o nível de satisfação por estarem no Perímetro, dos produtores entrevistados, 94,45% responderam que estão mais satisfeitos.

ANEXO II

Questionário de Pesquisa

I – Perfil do produtor:

01) Sexo: 1- Masculino 2-Feminino

02) Quantos anos o sr. Tem? -----

03) Qual o Grau de instrução?

1. Analfabeto

6. Colegial incompleto- Qual o curso?-----

2. Primário incompleto

7. Colegial completo- Qual o curso?-----

3. Primário completo

8. Superior incompleto- Qual o curso?-----

4. Ginásial incompleto

9. Superior completo- Qual o curso?-----

5. Ginásial completo

04) Qual a sua profissão?

05) Qual o seu estado civil? 1. Solteiro 2. Casado 3. Divorciado 4. Viúvo 5. Outro -

06) Onde o sr. nasceu?

07) Onde o sr. morava antes de vir para o Perímetro?

08) Quais as atividades que o sr. desenvolvia antes de vir para o Perímetro?

-
- 24) O lote do sr. é titulado? 1 – Sim 2 – Não
- 25) Se não titulado: 1 – Não quero 2 – Não é o titular 3 – Outro
- 26) Qual o sistema de irrigação do seu lote?
-
- 27) Qual a fonte de energia no lote?
-
- 28) Quais as benfeitorias existentes no lote?
-
- 29) Qual o tipo de mão-de-obra utilizada? 1 – familiar 2 – contratada permanente 3 – contratada temporária 4 – meação
- 30) Já teve acesso à crédito? 1 – sim 2 – não
- 31) Tem financiamento hoje? 1 – sim 2 – não
- 32) Se sim, qual o tipo? 1 – custeio 2 – investimento
- 33) Se não, por que? 1 – não precisa 2 – não tem acesso
- 34) Qual (is) a (s) fontes? 1 – Banco do Brasil 2 – Banco do Nordeste 3 – Outra
- 35) Quem geralmente compra sua produção? 1 – feirante 2 – atravessador 3 – cooperativa 4 – outros
- 36) Onde geralmente vende sua produção? 1 – no próprio lote 2 – no mercado do produtor 3 – outro
- 37) Possui informações sobre o preço mínimo? 1 – sim 2 – não
- 38) De onde obtêm estas informações? 1 – jornais 2 – televisão/rádio 3 – vizinho 4 – comprador 5 – internet

IV – ADMINISTRAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PERÍMETRO

PAPEL DA CODEVASF

- 39) COMO O SR. AVALIA A ATUAÇÃO DA CODEVASF? 1 – RUIM 2 – REGULAR 3 – TEM CORRESPONDIDO AS NOSSAS EXPECTATIVAS 4 – TEM FEITO MUITO POUCO PARA DESENVOLVER O PERÍMETRO 5 – ATÉ AGORA NÃO TEM CONTRIBUÍDO PARA AJUDAR O PRODUTOR**
- 40) Qual deveria ser o papel da Codevasf no Perímetro?
- 1 – Só participar das reuniões do Conselho de Administração do Distrito.
 - 2 – Só acompanhar as atividades do Distrito.
 - 3 – Investir na recuperação da infra-estrutura coletiva do Perímetro.
 - 4 – Ser uma parceira dos produtores nas negociações das dívidas com a União e com o Distrito.
 - 5 – Emancipar o Perímetro de fato e deixar que os produtores o administre.
 - 6 – Outros.
- 41) Qual deveria ser o papel do representante da Codevasf no Perímetro?
- 1 – Só acompanhar as atividades do Conselho de Administração do Distrito.
 - 2 – Só acompanhar as atividades do gerente do Distrito.
 - 3 – Fazer as duas coisas ouvindo sempre os produtores.
 - 4 – Envolver-se com todas as questões referentes ao bom desempenho do Perímetro

- para torná-lo auto-sustentável.
- 5 – Ser um interlocutor entre os produtores e a Codevasf para facilitar a vida dos mesmos.
- 6 – Outros.
- 42) O senhor acha que a Codevasf tem ingerência no Perímetro?
- 1 – Muita 2 – não 3 – seu tipo de ingerência é necessário
- 4 – Sempre que interfere é em benefício dela
- 5 – A interferência dela é para ajudar o produtor.
- 43) Como o sr. avalia a atuação dos técnicos da Codevasf no Perímetro?
- 1 – Muito boa 2 – Regular 3 – Péssima
- 4 – Contribui com os produtores, principalmente com informações
- 5 – Só vem para cobrar do produtor, mas nunca para solucionar problemas

PAPEL DO DISTRITO

- 44) O senhor sabe o que é o Distrito?
- 1 – É uma organização social de interesse dos usuários da água.
- 2 – Até agora não sei o que é o Distrito.
- 3 – É um órgão fiscalizador da Codevasf.
- 4 – Uma organização criada pela Codevasf para administrar o Perímetro.
- 5 – É uma empresa particular distante dos produtores.
- 45) Como o sr. vê a atuação dos Conselhos do Distrito?
- 1 – Só atua em benefício dos empresários.
- 2 – Não representa os interesses da grande maioria.
- 3 – Só faz o que o gerente manda.
- 4 – Atua baseado no Estatuto.
- 5 – Deveria ouvir mais os pequenos produtores para agir de acordo com os interesses da maioria e não de um pequeno grupo.
- 46) Como o sr. avalia a atuação do gerente do Distrito?
- 1 – Atende bem os produtores.
- 2 – Tem os produtores como irresponsáveis.
- 3 – Não procura estabelecer uma relação de amizade com os produtores.
- 4 – Faz um trabalho muito bom, pois é difícil lidar com gente.
- 5 – Tem o Distrito como se fosse dele e manda em tudo.
- 6 – É um bom gerente. Se não o Perímetro já estava uma bagunça.
- 7 – Não sei responder, pois não tenho contato com ele.
- 8 – Uma pessoa neutra.
- 47) Como o sr. avalia a situação técnica do Perímetro? 1 – Excelente 2 – Boa 3 – Regular 4 – Ruim
- 48) Como o sr. avalia a situação econômica do Perímetro? 1 – Excelente 2 – Boa 3 – Regular 4 - Ruim

V - AÇÕES DA EMANCIPAÇÃO:

- 49) O que o sr. entende por emancipação?

50) Em que as ações da emancipação torna a vida melhor ou pior?

51) Com a emancipação, ou seja, com o afastamento do Estado, o Perímetro se tornar mais sustentável ou mais vulnerável?

52) Qual a vantagem ou desvantagem da emancipação?

53) A emancipação se traduz em algo positivo ou negativo para a sustentabilidade das unidades agrícolas dos pequenos produtores?

1 – Sim 2 – Não

54) Para o sr. a emancipação significa o afastamento do governo ou se traduz em crescimento?

55) O sr quer que o Perímetro seja emancipado?

1 – Sim 2 – Não

56) O sr. está mais ou menos satisfeito por ter vindo para este Perímetro?

1 – Mais 2 – Menos

57) Hoje, avaliando os resultados do seu trabalho conseguido aqui, quais os planos que o sr faz para o futuro?
